



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS**

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

***Da conceção à obra no projeto de arquitetura paisagista.***

***Experiência na Câmara Municipal de Lisboa.***

**Volume I**

**VICENTE RAPOSO, Beatriz**

Orientação:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Maria Simões

Arquiteto Paisagista João Rocha e Castro

**Mestrado em Arquitetura Paisagista**

Relatório de Estágio

Évora, 2017



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS**

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

***Da conceção à obra no projeto de arquitetura paisagista.***

***Experiência na Câmara Municipal de Lisboa.***

**Volume I**

**VICENTE RAPOSO, Beatriz**

Orientação:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Maria Simões

Arquiteto Paisagista João Rocha e Castro

**Mestrado em Arquitetura Paisagista**

Relatório de Estágio

Évora, 2017

## **RESUMO**

O presente relatório de estágio pretende descrever os trabalhos de maior relevância desenvolvidos durante o período de estágio na Câmara Municipal de Lisboa, mais precisamente na Direção Municipal de Estrutura Verde, ambiente e Energia. A experiência contou com um trabalho maioritariamente direcionado para o processo projetual, englobando tanto a vertente conceptual como todo o processo inerente ao projeto de execução. Apesar de não ter acompanhado a obra dos projetos desenvolvidos por si ou naqueles em que teve pequenas intervenções, foi-lhe dada a possibilidade de fazê-lo em outras que se desenrolaram durante o período em que fez parte desta equipa. Conclui-se o presente trabalho com uma reflexão crítica onde ressalva a importância da realização de estágios curriculares tanto para a minha formação enquanto Arquiteta Paisagista como num futuro próximo, já em contexto profissional, aquando o término desta etapa.

## **ABSTRACT**

From framing to work in landscape architecture design. Experience in the Lisbon City Council./ Work Project/

This internship report has the intention to describe the most relevant works developed during the probationary period in the Lisbon City Council, more precisely in the Municipal Direction of Green Structure, Environment and Energy. The experience had a job mainly directed to the design process, encompassing all the conceptual aspects as well as the whole process inherent in the execution of project. Despite of not having been a work of monitoring on the projects developed by myself or where I had small interventions, I was given the chance to do it in others that took place during the period in which I was part of this team. I will conclude this work with a critical reflection which must stress the importance of effectuation of internships both in my training as a Landscape Architect as in the near future, at the end of this stage.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeira instância gostaria de agradecer aos meus pais, por me terem possibilitado ingressar na universidade e terem desde sempre funcionado como o maior pilar da minha vida, acreditando em mim mesmo quando eu não o fazia.

Um enorme agradecimento à professora Paula Simões que se mostrou incansável em todo o processo, respondendo a sempre com uma enorme simpatia e um coração gigante a todos os meus emails a horas tardias.

Seguidamente quero agradecer ao Arquiteto Paisagista João Castro, por me ter recebido de braços abertos na sua equipa, demonstrando sempre uma enorme vontade de me ensinar, inculcando em mim o gosto do trabalho em equipa, que muitas das vezes se mostra tão exaustivo, mas que no fundo é extremamente gratificante.

À equipa do DMEVAE que sempre me acolheu com o maior carinho desde o primeiro instante, demonstrando sempre uma grande capacidade de integração e um gosto imenso pela passagem de conhecimento às novas gerações.

Aos colegas e amigos estagiários, Elsa Lima e João Neves que alegraram os meus dias quando eles pareciam mais cinzentos e demonstraram sempre uma enorme disponibilidade em ajudar quando o tempo parecia escassear.

Às minhas avós pelo carinho e apoio que me deram durante todo o processo já para não esquecer dos avios de geleiras cheias de mimo que ajudaram a matar as saudades de casa.

Ao maior amor da minha vida, a minha irmã Carolina, por ser tão exigente comigo, fazendo de mim uma pessoa melhor e com responsabilidades acrescidas.

Ao Hugo que me acompanhou e acreditou que as minhas dúvidas não passavam de crises existenciais, aturando incansavelmente todas as horas de choro e de baixo astral que acompanharam todo esta etapa.

À professora Rute Sousa Matos tenho a agradecer todos os ensinamentos que me transmitiu, não se restringindo os mesmos ao âmbito profissional, tendo sido sem dúvida alguma uma das grandes mentoras que esta universidade me deu oportunidade de conhecer.

Ao professor Carlos Pinto Gomes, por quem tenho um grande carinho, sabendo ainda que levarei para sempre comigo todos os ensinamentos que me transmitiu.

Á professor Aurora Carapinha que fomentou em mim um gosto acrescido pela área da Arquitetura Paisagista e tudo aquilo que a mesma envolve, ensinando-me o que é a arte de olhar, sentir e escutar a paisagem.

Ao professor Pedro Batalha, um profissional de excelência, com uma enorme capacidade de tornar entusiasmantes todos os desafios propostos, inculcando nos seus alunos um grande sentimento de responsabilidade.

Á professora Isabel Ramos e á professora Adalgisa Cruz de Carvalho que despertaram em mim o gosto pelo Ordenamento do Território.

Por fim quero agradecer à grande família de amigos que constituí na Universidade de Évora e que tornaram todos estes anos talvez nos melhores da minha vida. Um grande obrigado a todos eles, sem sombra de dúvida que ficarão para sempre no meu coração.

## **SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS**

- **CML** - Câmara Municipal de Lisboa.
- **DL** – Decreto-Lei
- **DMEVAE** - Direção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia
- **EEl**- Estrutura ecológica integrada.
- **EEF** -Estrutura ecológica fundamental.
- **FSC** - Forest Stewardship Council
- **ha** – Hectare
- **PALBL** -Plano de Ação da Biodiversidade de Lisboa
- **PDML**- Plano Diretor Municipal de Lisboa.
- **PFM** – Parque Florestal de Monsanto
- **PROTAML**- Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.
- **REOT** - Relatório do Estado do Ordenamento do Território

# ÍNDICE

## Volume I

RESUMO .....	3
ABSTRACT .....	4
AGRADECIMENTOS .....	5
SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS .....	7
ÍNDICE .....	8
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES .....	10
INTRODUÇÃO .....	14
<b>1. DIFERENTES ESCALAS, CONTEÚDOS E OLHARES SOBRE UMA MESMA CIDADE .20</b>	
1.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA .....	22
1.2. CONCEITOS E PRINCÍPIOS, TIPOLOGIAS E FIGURAS LEGAIS. ....	27
1.2.1. <i>Conceitos e Princípios</i> .....	27
1.2.2. <i>Tipologias e Figuras Legais</i> .....	36
1.3. LISBOA E OS SEUS CORREDORES .....	42
<b>2. ALGUMAS DAS FASES DO PROJETO DE ARQUITETURA PAISAGISTA .....</b>	<b>56</b>
• ANÁLISE .....	57
• ESTUDO PRÉVIO.....	59
• PROJETO DE EXECUÇÃO.....	60
<b>3. PROJETOS DESENVOLVIDOS.....</b>	<b>62</b>
3.1. MIRADOURO DO BAIRRO DO ALVITO.....	63
3.1.1. <i>Introdução</i> .....	64
3.1.2. <i>Análise</i> .....	64
3.1.3. <i>Estudo Prévio</i> .....	67
3.2. ENVOLVENTE DO EDIFÍCIO DO ENTREPOSTO .....	79
3.3.1. <i>Introdução</i> .....	80
3.3.2. <i>Análise</i> .....	80
3.3.3. <i>Estudo Prévio</i> .....	86
3.4. ENCOSTA DO ALTO DO PINA .....	89
3.4.1. <i>Introdução</i> .....	90
3.4.2. <i>Análise</i> .....	90
3.4.3. <i>Programa</i> .....	100
3.5. MODELAÇÃO PARA ECOVIA NOS OLIVAIS.....	101
3.5.1. <i>Introdução</i> .....	102
3.5.2. <i>Localização</i> .....	102
3.5.3. <i>Proposta</i> .....	103
3.6. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA ÁREA ADJACENTE À ESCOLA BÁSICA INTEGRADA PATRÍCIO PRAZERES .....	105
3.6.1. <i>Introdução</i> .....	106
3.6.2. <i>Localização</i> .....	106
3.6.3. <i>Programa Prévio</i> .....	107
3.6.4. <i>Levantamento Fotográfico</i> .....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>124</b>

WEBGRAFIA..... 125

## VOLUME II

ANEXOS E GRANDES FORMATOS (ÍNDICE NO INTERIOR DO VOLUME II)

# ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

<i>Ilustração 1-Dimensões e sub- dimensões do Índice de Cidades Inteligentes 2020 feito com base INTELI. (2012). Índice das cidades inteligentes: Portugal. Org. INTELI – Inteligência em Inovação. Centro de Inovação</i> .....	33
<i>Ilustração 2- Planta de localização dos corredores Verdes de Lisboa. Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes">http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes</a> [acedido a 15 de fevereiro de 2016</i> .....	43
<i>Ilustração 3-Corredor Verde dos Olivais_1  Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/olivais">www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/olivais</a> [acedido a 1 de outubro 2016]. CML. Lisboa.</i> .....	44
<i>Ilustração 4 - Corredor Verde dos Olivais  Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/olivais">www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/olivais</a> [acedido a 1 de outubro 2016]. CML. Lisboa.</i> .....	45
<i>Ilustração 5-Localização do Edifício do Entrepasto e da Ecopista dos Olivais na Estrutura Ecológica Municipal e Sistema de Corredores Verdes. Mapa feito com base na carta de Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/u">http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/u</a> .....</i>	46
<i>Ilustração 6- Corredor Oriental_1  Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/oriental">http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/oriental</a> [acedido a 4 de outubro de 2016].....</i>	47
<i>Ilustração 7-Corredor Oriental_2  Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/oriental">http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/oriental</a> [acedido a 4 de outubro de 2016].....</i>	48
<i>Ilustração 8-Localização do Projeto para a Encosta do Alto do Pina na Estrutura Ecológica Municipal e Sistema de Corredores Verdes. Mapa feito com base na carta de Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/pla">http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/pla</a> .....</i>	49
<i>Ilustração 9-Corredor Ribeirinho  Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/ribeirinho">http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/ribeirinho</a> [acedido a 4 de outubro de 2016].....</i>	51
<i>Ilustração 10-Localização do Projeto para a Área Envolvente da Escola Básica Integra Patrício Prazeres na Estrutura Ecológica Municipal e Sistema de Corredores Verdes. Mapa feito com base na carta de Estrutura Ecológica Municipal.Fonte: <a href="http://www.cmlisboa.pt/fileadm">http://www.cmlisboa.pt/fileadm</a>.....</i>	52
<i>Ilustração 11-Corredor verde de Monsanto  Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/monsanto">http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/monsanto</a> [acedido a 17 de março de 2016].....</i>	53
<i>Ilustração 12-Localização do Projeto para o Miradouro do Bairro do Alvito Estrutura Ecológica Municipal e Sistema de Corredores Verdes. Mapa feito com base na carta de Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/p">http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/p</a> .....</i>	54
<i>Ilustração 13-Localização do Parque Florestal de Monsanto na área metropolitana de Lisboa.</i> .....	64
<i>Ilustração 14- Mapa de análise de condicionante e vistas</i> .....	65
<i>Ilustração 15-Localização da área de intervenção  Miradouro do Bairro do Alvito, onde se observa a sua configuração triangular.</i> .....	66
<i>Ilustração 16-Fotografia da vista para Norte tirada em cima do talude. Costas do miradouro  Miradouro do Bairro do Alvito</i> .....	66
<i>Ilustração 17-Fotografia da vista sobre o Tejo, tirada em cima da coroa do talude  Miradouro do Bairro do Alvito</i> .....	67

<i>Ilustração 18- Fotografia Panorâmica da vista sobre o Tejo  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>68</i>
<i>Ilustração 19-Esboço n<sup>o</sup>1  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>68</i>
<i>Ilustração 20-Esboço n<sup>o</sup>2  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>68</i>
<i>Ilustração 21-Esboço n<sup>o</sup>3  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>69</i>
<i>Ilustração 22- Esboço n<sup>o</sup> 4  Miradouro do Bairro do Alvito.....</i>	<i>69</i>
<i>Ilustração 23-Esboço n<sup>o</sup> 5  Miradouro do Bairro do Alvito.....</i>	<i>70</i>
<i>Ilustração 24- Esboço n<sup>o</sup> 6  Miradouro do Bairro do Alvito.....</i>	<i>70</i>
<i>Ilustração 25-Esboço n<sup>o</sup> 7  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>71</i>
<i>Ilustração 26-Esboço n<sup>o</sup>8  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>71</i>
<i>Ilustração 27-Plano geral  Miradouro do Bairro do Alvito  Respetiva legenda na figura 35.....</i>	<i>72</i>
<i>Ilustração 28-Legenda do plano geral  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>72</i>
<i>Ilustração 29-Modelo Quiosque República II. FONTE: Catálogo FABRIGIMNO  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>73</i>
<i>Ilustração 30-Desenho técnico da praça  Miradouro do Bairro do Alvito.....</i>	<i>73</i>
<i>Ilustração 31-Solução I de aparafusamento  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>76</i>
<i>Ilustração 32-Solução II de aparafusamento  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>76</i>
<i>Ilustração 33-Solução final de bancadas  Miradouro do Bairro do Alvito .....</i>	<i>77</i>
<i>Ilustração 34-Corte I_ Miradouro Bairro do Alvito.....</i>	<i>77</i>
<i>Ilustração 35-Corte II_ Miradouro Bairro do Alvito .....</i>	<i>78</i>
<i>Ilustração 36-Localização na área metropolitana de Lisboa  Edifício do entreposto</i>	<i>80</i>
<i>Ilustração 37-Sistema de Circulação  Edifício do Entreposto. A presente imagem encontra-se em maior formato no anexo 18.....</i>	<i>81</i>
<i>Ilustração 38-Entada poente  Edifício do Entreposto.....</i>	<i>81</i>
<i>Ilustração 39- Cantina I   Edifício do Entreposto.....</i>	<i>82</i>
<i>Ilustração 40- Cantina II   Edifício do Entreposto .....</i>	<i>82</i>
<i>Ilustração 41-Parque de estacionamento adjacente à entrada nascente_ Vista 1  Edifício do Entreposto .....</i>	<i>83</i>
<i>Ilustração 42-Parque de estacionamento adjacente à entrada nascente_ Vista 2  Edifício do Entreposto .....</i>	<i>83</i>
<i>Ilustração 43-Entrada nascente  Edifício do Entreposto.....</i>	<i>84</i>
<i>Ilustração 44 - Mapa de conflitos  Edifício do Entreposto.....</i>	<i>85</i>
<i>Ilustração 45- Painel de proposta final. A presente figura encontra-se em maior formato no anexo 20  Edifício do Entreposto.....</i>	<i>87</i>
<i>Ilustração 46- Exemplo figurativo do remate em valeta em cubo de granito  Créditos fotográficos: Gisela Costa .....</i>	<i>87</i>
<i>Ilustração 47-Exemplo figurativo das colunas em ferro  Créditos fotográficos: Gisela Costa.....</i>	<i>88</i>
<i>Ilustração 48 - Mapa de localização  Encosta do Alto do Pina.....</i>	<i>90</i>
<i>Ilustração 49- Mapa de discriminação de áreas. A presente figura encontra-se em maior formato no anexo 21  Encosta do Alto do Pina.....</i>	<i>91</i>
<i>Ilustração 50-Análise da envolvente  Encosta do Alto do Pina .....</i>	<i>92</i>
<i>Ilustração 51- Entrada Sul   Encosta do Alto do Pina .....</i>	<i>93</i>
<i>Ilustração 52- Entrada Sul área de intervenção  Encosta do Alto do Pina .....</i>	<i>93</i>
<i>Ilustração 53- 1<sup>o</sup> troço  Encosta do Alto do Pina.....</i>	<i>94</i>
<i>Ilustração 54- 1<sup>o</sup>Troço  Vista sobre Lisboa  Encosta do Alto do Pina .....</i>	<i>94</i>
<i>Ilustração 55 -1<sup>o</sup> Troço  Área de mata  Encosta do Alto do Pina .....</i>	<i>95</i>
<i>Ilustração 56- 1<sup>o</sup> Troço  Área de mata e entulho  Encosta do Alto do Pina .....</i>	<i>95</i>
<i>Ilustração 57- Entrada Norte  Encosta do Alto do Pina.....</i>	<i>96</i>
<i>Ilustração 58- Panorâmica 2<sup>o</sup> troço  Encosta do Alto do Pina.....</i>	<i>96</i>

<i>Ilustração 59- 2º troço vista I   Encosta do Alto do Pina .....</i>	<i>97</i>
<i>Ilustração 60- 2º troço vista II  Área de mata e entulho   Encosta do Alto do Pina ....</i>	<i>97</i>
<i>Ilustração 61- 2º troço vista III   Encosta do Alto do Pina.....</i>	<i>98</i>
<i>Ilustração 62- Panorâmica da vista do 2º troço  Encosta do Alto do Pina .....</i>	<i>98</i>
<i>Ilustração 63- Vista lateral  Encosta do Alto do Pina .....</i>	<i>98</i>
<i>Ilustração 64- Vista por trás da escola  Encosta do Alto do Pina.....</i>	<i>99</i>
<i>Ilustração 65- 3ª entrada. Portão da escola  Encosta do Alto do Pina.....</i>	<i>99</i>
<i>Ilustração 66- Mapa de localização  Troço 24B- Alvalade .....</i>	<i>102</i>
<i>Ilustração 67- Futura localização do troço  Área destinada  Troço 24B- Alvalade...103</i>	
<i>Ilustração 68- Mapa de localização  Área adjacente à Escola Básica Integrada</i>	
<i>    Patricio Prazeres .....</i>	<i>106</i>
<i>Ilustração 69- Muro que limita a escola  Área adjacente à Escola Básica Integrada</i>	
<i>    Patricio Prazeres .....</i>	<i>107</i>
<i>Ilustração 70- Acumulação evidente de entulho  Área adjacente à Escola Básica</i>	
<i>    Integrada Patricio Prazeres .....</i>	<i>108</i>
<i>Ilustração 71- Área adjacente à Escola Básica Integrada Patricio Prazeres.....</i>	<i>108</i>
<i>Ilustração 72- Muro a Este  Área adjacente à Escola Básica Integrada Patricio</i>	
<i>    Prazeres .....</i>	<i>109</i>
<i>Ilustração 73- Muro que limita a escola a Este  Área adjacente à Escola Básica</i>	
<i>    Integrada Patricio Prazeres .....</i>	<i>109</i>

*Quero transmitir o optimismo porque tudo é possível desde que se transformem as mentalidades (...) A grande cidade tem que estar ecologicamente equilibrada; dela devem fazer parte o espaço natural e rural, como instrumento da presença da natureza e da biodiversidade. Além de termos que nos alimentar e de termos um mundo saudável à nossa volta, também precisamos de ser Poetas.*

*Ribeiro Telles cit por Sousa, L. in: Utopia e Pés na Terra (2003, p. 56)*

# INTRODUÇÃO

O presente relatório encerra o estágio curricular que me concederá o grau de Mestre em Arquitetura Paisagista e pontua um percurso académico iniciado em 2010, na Universidade de Évora. Ele pretende relatar uma experiência em contexto profissional e partilhar as reflexões e os saberes adquiridos na relação com a equipa técnica e com os projetos da DMEVAE - Direção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia - do Município de Lisboa

A sua redação contribuiu para a organização e consolidação de muitos dos conhecimentos adquiridos no contexto académico, conhecimentos esses que ganharam novos sentidos e dimensões quando calibrados pelo contexto profissional a que tive acesso.

Após uma análise das opções que me eram possíveis para o encerrar deste ciclo - a realização de um estágio profissional, um trabalho de projeto ou uma tese - a minha escolha recaiu sobre aquela que respondia melhor à minha necessidade de contacto com o contexto real de trabalho e com o ganho de uma experiência profissional: o estágio. Este é o relatório desse processo, um diário de bordo de uma viajante, na sua primeira viagem de aprendiz em "alto mar".

Apesar de não ter a capacidade de Marco Polo – o experiente viajante de " *As cidades Invisíveis* " de Italo Calvino (2003) - para descrever com detalhe e minúcia todas as cidades, a complexidade da sua arquitetura e a filigrana de teias e fios invisíveis que lhe deram existência, gostei de ideia de imaginar este relato, como um quase diário bordo de uma viagem.

Desde cedo percebi que este relatório seria tanto mais conseguido se associasse à dimensão descritiva das ações e processos desenvolvidos, um conjunto de reflexões pessoais que contribuíssem para tornar visível, o invisível trabalho de pensar a cidade. Creio que a sua elaboração me possibilitou também um aumento do grau de consciência sobre a forma como a memória, a história, os modos de fazer, de trocar, de honrar os mortos e celebrar os Deuses, foram modelando diferentes contínuos culturais e naturais dessa grande metrópole.

Este quase diário pretende refletir o fio narrativo dessa jornada. A sua redação passou por um primeiro momento " (...) *desesperado em que se descobre que este império que*

*nos parecera a soma de todas as maravilhas é uma ruína sem pés nem cabeça, (...)*" (Calvino, 2003, p.9) e um segundo onde me foi dado descobrir "(...) *através das muralhas e torres destinadas a ruir, a filigrana de um desenho tão fino que escapasse ao roer das térmitas*" (Calvino, 2003, p.10).

Criar uma narrativa sobre a minha primeira viagem profissional permitiu-me perceber com exatidão a dimensão das palavras de Gonçalo Ribeiro Telles, com que abro este trabalho.

*O bem comum, a tolerância, a educação, o aperfeiçoamento da natureza humana é o léxico que ajuda a conjugar os tópicos do desenvolvimento sustentável, do equilíbrio ambiental e do ordenamento do território. E aqui talvez o ensinamento de Voltaire no seu Cândido de 1759 tenha inspirado a combatividade de Ribeiro Telles – se bem que este não seja "o melhor de todos os mundos possíveis" devemos fazer o possível com o mundo que temos.*

Teixeira (2003, p.23).

Na procura de uma estrutura para este relato leio nas entrelinhas das "*idades invisíveis*" (Calvino, 2003) a metáfora. O grande Kublai Kan (Calvino, 2003), aprende a conhecer os limites e as cidades do seu império, escutando das estranhas funções dos objetos que o viajante Marco Polo lhe faz chegar, escutando as fantásticas descrições sobre os lugares, a sua história, a arquitetura das suas cidades e a estatura dos diferentes povos. O Imperador escuta como se os territórios conquistados e as virtudes e vícios das cidades, invisíveis aos seus olhos de imperador apenas ganhassem visibilidade através das palavras, da narrativa do viajante.

Marco Pólo mede cada palavra com exatidão, já viajou por tantos lugares, já fez tanto "mundo" que conhece as cidades pelos cheiros, pelos ruídos, pelas vozes das mulheres que gritam nos terraços, pelos desejos.

Eu ainda pouco sei da cidade. Os desafios que acompanharam a minha chegada a Lisboa, a necessidade de perceber como me integraria na dinâmica da cidade, dentro da autarquia, dentro da equipa, conduziram-me à descoberta do familiar - o adquirido na minha formação base – e do desconhecido: processos, procedimentos, as técnicas, as praticas e os ritmos, que necessitei de integrar para ganhar clareza no relato.

Regresso a Marco Polo e ao momento em que o imperador lhe pede que descreva as cidades que visitava utilizando apenas as peças de um xadrez. Marco Polo, tal como relata Italo Calvino, dispõe no "*tabuleiro torres dominantes e cavalos desconfiado*

*adensando enxames de peões, traçando alamedas direitas e oblíquas (...)*" (Calvino, 2003, p.124) recriando "(...) *as perspetivas e os espaços das cidades brancas e negras (...)*" (Calvino, 2003, p.124), modelando a estrutura como um arquiteto que compreende a relação entre os elementos, entre os diferentes conteúdos, as diferentes escalas.

Tentei neste relatório que a compreensão de conceitos, o uso de terminologias e o relato das soluções encontradas para os diferentes problemas, não se sobrepusessem a essa dimensão maior, essa arte de modelação desenvolvida pelo arquiteto paisagista. Tentei também não me perder nas metáforas desta viagem. Por questões de clareza na leitura apenas regressarei a ela no apoio ilustrativo de uma ou outra questão teórica, procurando um equilíbrio entre a realidade e a utopia.

Esta oportunidade de estágio surge na sequência do envio do meu *curriculum vitae* para a Câmara Municipal de Lisboa. Após o contacto por parte da entidade, fui chamada para uma entrevista com o Arquiteto Paisagista João Castro, coordenador do Departamento de Estrutura Verde, onde me foram descritos quais os projetos de maior importância que decorriam na cidade de Lisboa, bem como quais as principais carências do departamento e conseqüentemente, quais as funções que me seriam incumbidas caso aceitasse efetuar o meu estágio na autarquia.

Compreender a estrutura funcional de um sistema administrativo como é o caso de uma Câmara Municipal é essencial para que possamos conhecer toda a estrutura hierárquica que lhe está subjacente e, conseqüentemente consciencializarmo-nos de quais são as reais responsabilidades de cada um dos setores e hierarquias, a que escala atuam e a quem são atribuídos os poderes decisivos numa organização como esta.

A Câmara Municipal de Lisboa é o órgão executivo do município, diretamente eleito pelos cidadãos recenseados na respetiva área, que tem como função e missão executar todas as políticas que potenciem o desenvolvimento do Concelho em diferentes áreas.

A Câmara Municipal de Lisboa é constituída por 17 autarcas eleitos: 1 Presidente e 16 vereadores.

O DMEVAE<sup>1</sup> encontra-se sob a supervisão do vereador José Sá Fernandes, tendo como Diretor Municipal o Eng.º. Ângelo Mesquita, e como coordenador do Departamento de Estrutura Verde o Arquiteto Paisagista João Rocha e Castro.

---

<sup>1</sup> Direção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia

Tendo uma duração de 6 meses (fevereiro a agosto de 2016) e com uma carga horária de 40 horas semanais, este estágio permitiu-me a relação com muitas perspetivas e modos de olhar o serviço público, a integração numa equipa de profissionais experientes e a relação com as técnicas e princípios sobre os quais se desenvolve o trabalho do Arquiteto Paisagista.

O centro da minha intervenção foi-se organizando em torno do desenho de projeto em espaço público, tendo sempre como objetivo a consolidação da Estrutura Verde da cidade.

As tarefas executadas permitiram experienciar as etapas inerentes ao projeto, participando desde o desenvolvimento do estudo prévio - onde foram sugeridos, discutidos e aprimorados os conceitos - até à realização das peças técnicas escritas e desenhadas que compõem o projeto de execução. Noutros casos foram-me solicitadas colaborações de apoio às dinâmicas do serviço.

Na organização deste relato optei por definir a seguinte estrutura:

Começo por uma breve introdução, onde procuro descrever o contexto geral em que se desenvolve o presente relatório e apresento um resumo sucinto do mesmo.

Ainda neste capítulo procuro clarificar a forma como se estruturou este relatório e as influências literárias que apoiaram a problematização do conceito de cidade.

Importa clarificar aqui que para dar coesão ao trabalho usei duas escalas de abordagem. A primeira mais abrangente, onde é estudado o enquadramento do projeto na cidade à escala de Lisboa. Nesta foram abordadas todas as temáticas que se revelaram cruciais na compreensão dos processos subjacentes ao crescimento da cidade assim como na definição dos instrumentos funcionais que ditam as regras e os fundamentos de gestão do território. Para que tal fosse possível houve a necessidade de abordar sumariamente vários conteúdos e relacioná-los, compreendendo quais as relações que estabelecem entre si.

A segunda escala permitiu-me trabalhar os estudos de caso desenvolvidos durante o meu percurso nesta instituição, essencial para poder debruçar-me sobre questões técnicas do desenho de projeto sempre em articulação com as ferramentas utilizadas na análise.

A opção por esta organização ajuda-nos a olhar a Arquitetura Paisagista como um processo de constante retorno ao passado e à nossa génese, sugerindo-nos assim que:

A história, a identidade cultural, social, política e económica assim como os conceitos são fundamentais na definição dos instrumentos de gestão territorial, sendo que a qualidade do desenho de Arquitetura Paisagista (somatório do que está feito e do que está planeado) estará diretamente relacionada com a forma como se materializam este conjunto de intenções, necessidades e condicionantes.

O sucesso da intervenção do Arquiteto Paisagista depende em muito da facilidade com que, após a intervenção finalizada e em pleno funcionamento, seja possível na estrutura do nosso projeto a leitura tanto dos instrumentos de gestão territorial como dos conceitos que os fundamentaram e a história de que estes mesmos conceitos resultaram. Experienciei assim que por mais contemporâneo que seja o desenho de projeto, o mesmo deverá sempre espelhar a sua génese, sendo o *genius locci* interpretado nas entrelinhas.

A estrutura do presente trabalho desenvolver-se-á da seguinte forma:

No primeiro capítulo sistematizar-se-á o corpo teórico que acompanhou o processo de desenho e conceptualização do projeto durante os 6 meses de trabalho, oferecendo uma contextualização histórica, essencial tanto à compreensão da estrutura da cidade e à sua expansão, como à idealização das soluções adotadas no desenho de projeto. Propõe-se aqui articular os instrumentos de gestão territorial e os conceitos chave, analisando a estrutura funcional da autarquia e identificando os padrões e regras base que regem o seu funcionamento e tipologias. É também este o lugar onde se apreende e discute a metodologia adotada no desenvolvimento do projeto de Arquitetura Paisagista.

No segundo capítulo serão referidas e desenvolvidas de forma generalizada algumas das fases intrínsecas ao ato de projetar que se revelaram cruciais na organização e desenvolvimento das intervenções aqui apresentadas.

O terceiro capítulo onde estão descritos os 5 projetos em que a minha intervenção se focou. Com eles tive a oportunidade de desenvolver e/ou acompanhar diferentes fases de processo de projeto e, através delas, enquadrar a importância de cada uma no processo de projetar:

1. **"Miradouro do Bairro do Alvito"** – Este foi o primeiro projeto, do qual me tornei totalmente responsável. A CML pretendia desenvolver um projeto que apresentasse um desenho atual e integrador das necessidades que se reconheceram para aquele lugar e para os seus utilizadores.

2. **"Envolvente do edifício do Entrepasto"**, instalações da Câmara Municipal de Lisboa, nos Olivais – Neste segundo projeto participei essencialmente no processo conceptual. O presente projeto pretende alcançar uma melhoria significativa dos espaços de estadia, acessos pedonais e segurança, garantindo assim aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa que frequentam o local no seu quotidiano, o façam de forma mais condigna e aprazível.
3. **"Troço da ecovia"** - O terceiro projeto onde fui integrada, teve especial enfoque na modelação de terreno, particularmente na necessidade da implementação de um troço da ecovia que percorre grande parte da cidade de Lisboa e que se pretende que venha a tornar-se num *continuum natural* ativo, de acesso a todos.
4. **"Encosta do Alto do Pina"** - Neste quarto projeto colaborei até à fase da definição do programa onde se discutia a sua função miradouro.
5. **"Escola Básica Integrada Patrício Prazeres"** – onde trabalhei no levantamento fotográfico e recolha cadastral relativa à área adjacente à escola, para onde se prevê o desenho de uma área de estadia e de um campo de futebol informal.

Partilho ainda uma reflexão crítica, muito pessoal, acerca dos verdadeiros desafios de desenhar a cidade contemporânea recorrendo à apresentação de alguns modelos que oferecem soluções inteligentes e sustentadas e que considero muito pertinente que venham a integrar o processo de “fazer cidade”.

Em jeito de balanço apresento uma apreciação/reflexão sobre esta experiência de seis meses, onde exalto a relevância deste processo não apenas na aplicação dos conceitos adquiridos ao longo da licenciatura e mestrado, mas também no ganho de competências humanas fundamentais ao meu crescimento individual como sujeito, aprendiz de Arquitetura Paisagista a construir a sua narrativa profissional.

## **1. DIFERENTES ESCALAS, CONTEÚDOS E OLHARES SOBRE UMA MESMA CIDADE**

*Da alta balaustrada do palácio real o Grão Kan vê crescer o império.*

Calvino (2003, p.75)

*Depois de ter caminhado sete dias através dos bosques, quem vai para Bauci não consegue vê-la e no entanto já la chegou. São finíssimas andas que se elevam do solo a grande distância umas das outras e se perdem acima das nuvens que sustêm a cidade.*

Calvino (2003, p.79)

Olhar e conhecer Lisboa. Duas perspectivas totalmente diferenciadas de apreendermos aquilo que a cidade nos tem para contar. As visitas precárias, mas regulares sempre me trouxeram novidade. No entanto agora, o olhar com que observo os lugares por onde passo é diferente. Há uma maior minúcia, um maior cuidado, talvez até uma maior curiosidade.

Os caminhos, os lugares são os mesmos, mas a sensibilidade aprofundou-se e a perspectiva alterou-se, intensificando-se a necessidade de conhecer a história que implícita da cidade e que tanto nos conta sobre as formalidades do seu desenho, da sua expansão e conseqüentemente, do seu ordenamento, mesmo que por vezes aparentemente desordenado pela caótica multiplicidade de situações, que se somatizam no tempo.

Observar a cidade e explorar a sua génese tornou visível toda a complexidade de situações, de sistemas, de substrato, aparentemente impercetíveis, diria mesmo, invisíveis, a um olhar inocente, despreocupado e desatento às particularidades intersticiais que a tornam tão singular e que na verdade a sustentam. A análise dos pormenores acaba por surgir naturalmente, levando-nos a uma outra escala de conhecimento e reconhecimento de cada lugar, recanto ou pormenor.

A contínua exposição a diferenciadas dinâmicas torna-nos mais atentos e capazes de fazer a leitura dos lugares e das suas singularidades, de compreender a complexidade das dinâmicas e a sua tradução em soluções técnicas, viáveis e eficazes, que respondam às necessidades do lugar e do utilizador. Pensar na solução enquadrando todas as questões subjacentes à sua génese - sazonalidade, ciclo ecológico, ciclo hidrológico, substrato, manutenção, continuidade natural e cultural, entre outros – incluindo as mais negativas – degaste temporal, vandalismo, restrições políticas e económicas.

Esse contato quer com as linhas gerais, quer com as particularidades da cidade, torna-nos curiosos quanto à sua evolução da sua morfologia, conduzindo-nos a um patamar de investigação diferente, que procura compreender o como(?), o quando(?) e o (por) onde(?) cresceu a metrópole. Importa, pois, fazer uma pequena contextualização histórica, que vai tendo cada vez mais sentido com o aprimorar da nossa intrusão no lugar.

Falar do planeamento e do projeto com base no conhecimento da história da cidade leva-nos a uma compreensão mais fundamentada das fragilidades e potencialidades do atual desenho urbano, sendo também mais fácil não só avaliar quão funcionais e eficazes são as soluções adotadas para os seus problemas estruturais, permitindo

organizar as linhas basilares que devem estar subjacentes ao nosso desenho para determinado local.

Se no geral as nuances são mais discretas, quando existe uma intenção de linguagem global que se prolongue e se desenhe por toda a cidade, ao passarmos para uma análise mais particular, facilmente apreendemos as singularidades que tornam cada intervenção única, tentando respeitar a história e o carácter que está na génese do lugar de estudo.

Com esta consciência propus-me a fazer uma retrospectiva da evolução histórica da cidade de Lisboa e das questões políticas mais impactantes que lhe são intrínsecas, contribuindo para compreender, quer a nível prático como também a nível teórico, a articulação com a legislação em vigor e outros conceitos basilares.

## **1.1. Breve contextualização Histórica**

### **Período Romano, Bárbaro e Muçulmano:**

A cidade de Lisboa nasce de um dos muitos núcleos urbanos, conhecidos como “citânias” expandidos no período pré-histórico, a norte do conhecido Castelo de S. Jorge.

Olissipo, assim se denominava, era constituída por um núcleo forte de soldados, e por um grande número de trabalhadores rurais que se dedicavam ao labor árduo do “trabalhar a terra”, e que viam a sua porção de terra defendida a troco de pequenas regalias: pão, vinho, gado e legumes.

Através da sua atitude polinizadora e de uma posição socioeconómica de destaque, o povo Romano (195 a.C.) instaurou o estatuto de “município” e, com ele, justificou a introdução de equipamento urbano de maior poder e magnitude: termas, monumentos e teatros.

A cidade era composta por um cruzamento de quatro estradas que compunham a rede viária romana: três com destino a Mérida e uma com destino a Bracara, atualmente designada Braga.

A sua localização está intrinsecamente relacionada com a sua função de defesa, pois protegia-se fortemente recorrendo aos fatores naturais, veja-se como se molda às colinas e vales e se apropria do rio Tejo.

No séc. III, a crise instala-se nesta sociedade e alarga-se também a toda a Península Ibérica. O clima era de conflito, medo e temor, vivia-se um período de guerra e a cidade transforma-se num verdadeiro forte, onde se escondiam os refugiados, fugidos dos constantes avanços dos exércitos cristãos. Sucessivas invasões, tanto dos germanos (500 d.C.) como dos árabes fragilizaram a população, transformando a sua estrutura.

A sociedade adquiriu uma nova organização; composta pelos grandes proprietários agrícolas e poderosos comerciantes, enriquecidos pelos fortes contactos estabelecidos com África, que se instalam no interior das muralhas, a fim de conseguir alguma proteção.

No decorrer do período da reconquista Cristã, Lisboa torna-se um alvo a conquistar; foi cobiçada, atacada e ocupada pelos mesmos, cerca de 1000 d.C.

A cidade, já antes conhecida pelas suas estratégicas ligações com o continente Africano, torna-se agora um centro de comércio em potência, estabelecendo contactos por toda a Europa exportava todo o tipo de mercadoria: metais de alta qualidade, mão de obra barata, num cenário que nada tinha de bravio ou infértil, onde existia um alto potencial para o cultivo da terra. A proteção estava assegurada, a grande muralha circular e os seus muros circundavam a cidade, torneando-a pelas suas margens até ao Tejo, tornando-se um verdadeiro deleito para os comerciantes poderosos e magnatas agrícolas.

### **Primeira, Segunda e Terceira Dinastia**

Com a conquista da cidade, em 1147, por D. Afonso Henriques, o 1º Rei de Portugal, Lisboa ganha uma nova forma, expande-se para fora das muralhas do castelo, pelos arrabaldes herdados e que hoje constituem a Baixa e Alfama.

No reinado de D. Fernando, após várias investidas dos Castelhanos, é erguida uma nova muralha, a "Cerca Nova".

Com Afonso III, assiste-se ao crescimento da área da cidade que passa de 16 ha para 101,65 ha. Lisboa assume-se definitivamente como a capital, fixando-se nela a corte, alimentando a sua importância como um dos grandes núcleos de exportação e trocas mercantis que davam um papel inquestionável no sistema económico de toda a

Península Ibérica. A cidade era circundada por propriedades agrícolas - num equilíbrio entre Ager, Saltus e Silva – que sustentavam dois dos principais mercados: a Praça da Figueira e a Praça da Ribeira.

A primeira urbanização é erguida em 1400 na colina do Carmo por D. João I, então Rei de Portugal, como resposta ao intenso crescimento que se verificava, desencadeando um período de expropriação dos terrenos agrícolas.

Após abandonar o castelo, a corte de D. Manuel I fixa-se no Paço Real, assumindo-se o Terreiro do Paço como o centro de toda a vida comercial da cidade. É também desta época que data o primeiro loteamento renascentista, situado no Bairro Alto, onde as antigas hortas e pomares, dão agora lugar a ruas e casarios típicos de um bairro popular. O Bairro Alto torna-se assim, entre os séculos XVI e XVII, o primeiro testemunho de uma nova consciência do desenho urbano e arquitetónico.

### **Terramoto de 1755**

Cerca das 10h da manhã do dia 1 de novembro de 1755 fez-se sentir o derradeiro terramoto que seguido de um monumental incêndio dizimou milhares de habitantes e destruiu cerca de dois terços dos arruamentos e devastando aproximadamente três mil das vinte mil casas existentes.

O pânico estava instalado. Os grandes centros urbanos - Baixa Pombalina, os bairros do Castelo e toda a zona do Carmo, tinham agora dado lugar a estilhaços, pedras e ruínas.

1755 torna-se assim um ano de viragem para a população Lisboaeta. “Era preciso enterrar os mortos e cuidar dos vivos”, disse o Marquês de Pombal, e assim aconteceu.

O plano de uma Lisboa Pombalina, era absolutamente inovador. O mesmo previa regras rígidas de um urbanismo prático e bastante peculiar, que provocou curiosidade e admiração. O seu desenho, concebido pelo próprio Primeiro Ministro, assistido por Manuel da Maia, Carlos Mardel e Eugénio dos Santos (Arquitetos e engenheiros), previa um crescimento ortogonal, de arruamentos alinhados e construções que ostentavam as regras básicas da engenharia e da arquitetura Clássica, tendo como principal foco a resistência à atividade sísmica.

O seu traçado era composto por eixos primordiais, que orientavam a implantação das novas habitações. A simetria era requisito obrigatório e geralmente os seus extremos eram pontuados com monumentos ou estátuas.

Na zona norte do Rossio implementou-se um espaço de sociabilidade, construindo aí o "Passeio Público" um monumental jardim vedado, com lagos, repuxos e um coreto, zona de recreio da burguesia. Posteriormente o mesmo foi aberto às novas avenidas e bairros em expansão.

### **Evolução após período Pombalino**

Com a queda da administração pombalina e a vitória do Liberalismo as mudanças refletiam-se na arquitetura da cidade que ganhou um novo e grandioso estilo, representado pelos novos e imponentes edifícios da cidade: Ópera de S. Carlos, Basílica da Estrela e Palácio da Ajuda; conseqüentemente densificou-se a construção ainda que respeitando a matriz da Baixa Pombalina.

A edificação do Palácio D. Maria II representa o ponto de rutura com as características neoclássicas que se encontravam anteriormente em vigor. Agora nascem novos jardins - Jardim da Estrela, Príncipe Real, S. Pedro de Alcântara- e plantam-se árvores no Rossio, um retorno ao contato e maior proximidade com a natureza.

A Avenida da Liberdade vê o seu eixo alargado, resultando num prolongamento do Parque Eduardo VII até ao Campo Grande, passando pela Rotunda de Picoas e pela Avenida da República, assim como todos os arruamentos ortogonais que foram nascendo pelo desenho de Frederico Ressano Garcia, engenheiro do município, que projetou as "Avenidas Novas". Após a Primeira Guerra Mundial os vazios foram ocupados, preenchendo-se na malha urbana todos os vazios existentes. A Avenida da Liberdade, principal eixo da nova cidade, é o melhor retrato desta transformação, o. Tardiamente vão-nos sendo deixados alguns exemplos do estilo Arte Nova, como é o caso do Cinema Tivoli ou do Hotel Vitória. Erguem-se novos bairros, ocupados por uma classe média que se expande a um ritmo alucinante e onde as áreas de estadia e lazer são maioritariamente constituídas por logradouros ajardinados.

Data também desta época a abertura da Avenida D. Afonso Henriques.

### **Lisboa Contemporânea**

O Arquiteto Paisagista começa agora a ocupar um papel fundamental no desenho da cidade, pensando-se agora numa cidade para o homem e não numa cidade contra o homem, tal como defende o Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles.

Duarte Pacheco, Presidente da Câmara de Lisboa, que posteriormente veio a ocupar o lugar de Ministro das Obras Públicas, assume-se como um impulsionador ativo na conceção de uma cidade de ruas largas e homogéneas, e na regularização do desenho das fachadas, mostrando também sinceras preocupações com as questões relacionadas com a reorganização do espaços público na cidade, com a garantia de uma melhoria da qualidade de vida para os habitantes, motivo pelo qual lança o desafio para o desenho do atual Parque Florestal de Monsanto.

Exaltam-se assim conceitos, técnicas, fundamentos e problemáticas já estudadas há muito por várias figuras da praça que refletiam as políticas abordadas internacionalmente. Recordemos os novos olhares sobre a cidade e sobre a relação da cidade com a paisagem envolvente trabalhados por figuras como Álvaro Dentinho, Francisco Keil do Amaral, António Viana Barreto, Gonçalo Ribeiro Telles, que oferecem novos olhares sobre o que é rural e urbano.

Ribeiro Telles refere que (...) *já não há separação entre paisagem rural e urbana; existe sim Paisagem Global, sustentada por princípios fundamentais de equilíbrio ecológico, do contínuo natural e da funcionalidade em termos de perenidade dos sistemas*" (in Cancela d'Abreu, 2003, p.66)

Criticado anteriormente pela reformulação do desenho de uma nova Avenida, que propunha um desenho atual de acordo com as *modernas regras de separação do tráfego rodoviário e pedonal* (Cancela d'Abreu 2003, p.66), Ribeiro Telles<sup>2</sup> assumiu uma importância não só domínio de toda a arte e ciência intrínseca à Arquitetura Paisagista, como na exímia disponibilidade na partilha de conhecimento, que o tornou num dos símbolos mais marcantes para a história da cidade de Lisboa e sua área metropolitana. Pensou assim numa rede globalizada à escala da cidade de Lisboa, que se ramificasse a partir do seu pulmão verde entranhando-se no esqueleto da cidade, crescendo com ela, conduzindo ao desenvolvimento sustentável da mesma.

Todo este conjunto de apontamentos, ideias e esboços foram ganhando forma. Começaram a desenhar-se os primeiros corredores verdes que na verdade, não são mais que a materialização da Estrutura Ecológica Municipal que Ribeiro Telles, sempre à frente do seu tempo, ambicionou para a cidade de Lisboa.

---

<sup>2</sup> *A contemporaneidade das suas ideias e a lucidez do seu discurso, pensado muitas vezes em antecipação, fazem-no às vezes ter razão antes de tempo, o que para espíritos menos abertos é por vezes sinónimo de não ter razão. Cheis de Sousa, L. (2003,p.65)*

## **1.2. Conceitos e princípios, tipologias e figuras legais.**

### **1.2.1. Conceitos e Princípios**

A equipa que constitui o Departamento de Estrutura Verde da Câmara Municipal de Lisboa caracteriza-se por uma grande multidisciplinariedade<sup>3</sup>. No entanto, foi extremamente enriquecedor perceber como, apesar de todos terem ideias diferentes, e áreas de projeto diferentes, há conceitos basilares comuns às diferentes perspetivas defendidas, o que resulta num trabalho orientado dentro dos mesmos parâmetros e que se foca no objetivo primordial de consolidar uma Estrutura Ecológica sustentável que assegure uma implementação equilibrada entre as áreas edificadas e a rede de Corredores Verdes.

Os conceitos defendidos são consequentemente os mesmos que sustentam os programas de ordenamento e planeamento do território, validando-os. Estes planos que têm em comum uma série de premissas, que posteriormente se adaptam às diferentes condições e restrições – políticas, económicas, culturais, ecológicas, biofísicas - do meio onde se inserem.

A implementação dos mesmos na cidade e a sua consequente materialização resulta naquilo que observamos como Corredores Verdes que somatizados concretizam a Estrutura Ecológica.

Numa ligação a alguns dos conceitos, princípios e tipologias, que fundamentam o trabalho desenvolvido, aqueles que entendi como mais expressivos, ou facilmente identificáveis na corrente projetual defendida no departamento do DMEVAE foram:

- ***CONTINUUM NATURALE***<sup>4</sup>

*"Sistema contínuo que permite o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas naturais e dos seus agrossistemas, através de estruturas que garantem a presença da natureza e da vida silvestre, a diversidade e o*

---

<sup>3</sup> A equipa do DMEVAE é constituída por especialistas de várias áreas, nomeadamente, Arquitetura, Topografia, Gestão, Engenharia Civil, Recursos Humanos, sendo que a maior percentagem se integra na área da Arquitetura Paisagista.

<sup>4</sup> Da Rocha, A. (sd) *7 Por uma defesa da compreensão da paisagem* (pág.12) disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/730/1/7-12Pages%20from%20aObraNasce04.pdf> (acedido a 11 março de 2016).

*potencial genético (biodiversidade), a circulação da água, do ar, a regulação das brisas, a protecção do vento e a estabilidade do território".*

Telles (2003)

- **CONTINUUM CULTURAL<sup>5</sup>**

*""Sistema contínuo" de espaços edificados e os seus vazios."*

Telles (2001)

- **ORDEM**

*A arquitectura paisagista é uma arte porque a concepção das suas obras é fundamentalmente intuitiva, e pertence ao grupo das belas-artes porque a criação de beleza é uma das suas finalidades. Neste sentido se entende aqui a palavra ordenar, visto a beleza ser na definição augustiniana o «splendor da ordem». -mas este ordenamento faz-se sempre em relação às necessidades do homem que há-de não apenas gozar a obra de arte, como sucede com a pintura, a música e a poesia, mas também utilizar-se dela como acontece na arquitectura.*

Caldeira Cabral (1993, p.24)

- **UNIDADE**

*(...) a unidade de composição que se não refere apenas a cada quadro restritivo, mas deve ligar logicamente todos os aspectos sucessivos da obra. A unidade deve entender-se não apenas em relação à forma, mas igualmente em relação à cor e nunca deve ser destruída pela preocupação da variedade. A unidade deve mesmo estender-se para além da obra e integrá-la na paisagem circundante. Tem de ser esta uma das preocupações dominantes da arquitectura paisagista.*

(Caldeira Cabral, 1993, p.28)

- **SIMPLICIDADE**

*(...) A arte é essencialmente sintética e não discursiva e, por isso, a sua perfeição consiste na simplicidade dos meios aparentemente tão desproporcionados ao fim*

---

<sup>5</sup> Da Rocha, A. (sd) *7 Por uma defesa da compreensão da paisagem.* (pág.12) Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/730/1/7-12Pages%20ofrom%20aObraNasce04.pdf> (acedido a 11 março de 2016).

*atingido. Simplicidade franciscana, que não quer dizer pobreza senão de espírito, não de conteúdo. (...)*

*Caldeira Cabral (1993, p.2)*

- **VARIEDADE**

*Obra viva, como é a da arquitectura paisagista, possui necessariamente uma variedade natural que lhe advém da própria vida. A variedade tem de procurar-se pelo aproveitamento cuidadoso do local e pela escolha das plantas que lhe hão-de dar carácter. Para esse fim temos todos os recursos do contraste de cor e de forma, do relevo acidentado ou plano, das linhas rígidas e dos contornos movimentados dos terrenos e das plantas, da luz e da sombra. (...)*

*Caldeira Cabral (1993, p.28)*

- **A FUNCIONALIDADE DA OBRA**

*(...) toda a obra de arquitectura paisagista se destinava a ser utilizada pelo homem e este, convém nunca o esquecer, tem além de uma lógica racional propriamente dita uma outra instintiva igualmente respeitável. Este aspecto humano da obra é tanto ou mais importante quando mais a obra interessar à comunidade. Parece cada dia mais evidente eu, neste campo como em outros, não podemos impor meras concepções abstractas, de régua e esquadro, concebidas na medição individual de gabinete, mas que temos de estudar na realidade viva e nas formas tradicionais as leis funcionais permanentes do homem."*

*Caldeira Cabral (1993, p.29)*

- **A VIABILIDADE DO PROJECTO**

*Ainda mais complexos, porém, são os problemas funcionais da viabilidade da obra. É que depois de tudo concebido e planeado é necessário (...) que as modificações introduzidas no equilíbrio da natureza não venham a produzir efeitos desastrosos, antes conduzam a uma harmonia melhor que a anterior. Porque a nossa obra não nos pertence inteiramente. Nós apenas podemos guiar uma evolução natural num ou noutro sentido. O resto terá de fazer-se fatalmente sem nós (...)*

*Caldeira Cabral (1993, p.30)*

- **ECOLOGIA**

*Ecologia é uma ciência (ramo da Biologia) que estuda os seres vivos e suas interações com o meio ambiente onde vivem. É uma palavra que deriva do grego, onde “oikos” significa casa e “logos” significa estudo. Esta palavra foi criada no ano de 1866 pelo biólogo e naturalista alemão Ernst Heinrich Haeckel. <sup>6</sup>*

*Em primeiro lugar, devo mencionar a ecologia. Para muitos – e muitos demais – ecologia é uma palavra mágica – suficiente para transformar a visão horrível de uma estrada plantada com craveiros ou gladiolos, na mais perfeita e equilibrada integração da estrada na paisagem que a rodeia, como se ali sempre tivesse estado. Ora isso não é assim tão fácil de fazer.*

Caldeira Cabral (1993, p.59)

- **CIDADE INTELIGENTE**

*O conceito de “cidade inteligente” tem vindo a dominar quer a literatura académica quer a agenda das políticas públicas. Encontram-se em conceção e implementação, diversos projetos a nível mundial, com características, motivações, níveis de maturidade, modelos de governação e fontes de financiamento diversas, apesar do mote de sempre a utilização das tecnologias de informação e comunicação para facilitar a vida urbana.*

*De forma a realizar uma avaliação do grau de inteligência urbana das cidades, têm vindo a desenvolver diversos índices de smart cities, sendo de destacar os recentes exemplos de Espanha (ADC, 2011,2012, e de Itália (Fórum PA 2012; Siemens, 2012). Neste contexto, a INTELI construiu um índice de cidades inteligentes especificamente adaptado a toda a realidade nacional, tendo a sua aplicação piloto abarcado 20 das 25 cidades do Living Lab RENER – Rede para a Inovação Urbana.*

*O objetivo é não só posicionar estrategicamente as cidades portuguesas, mas também produzir recomendações para a melhoria do desempenho dos territórios. Pretende-se ainda estimular a cooperação intermunicipal através do lançamento de projectos conjuntos numa logica de rede de cidades.*

INTELI (2012, p.7)

---

<sup>6</sup> Digital, C.C. (2004) *Portal de Pesquisas Temáticas* Disponível em: [http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/ecologia.html](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/ecologia.html) [acedido a 5 de janeiro de 2017].

*We believe a city to be smart when investments in human and social capital, and transport and ICT communications infrastructure fuel sustainable economic growth and a high quality of life, with a wise management of natural resources, through participatory governance.*

INTELI (2012, p.10)

Atualmente as cidades agregam uma grande fatia da população mundial, estimada em cerca de 50%, sendo, conseqüentemente responsáveis por consumos energéticos exorbitantes, cerca de 60-80% e pelas emissões exacerbadas de carbono, cerca de 75%, fomentando desta forma a desigualdade e exclusão social. Projeta-se ainda um agravamento significativo deste fenómeno, estimando-se que a população mundial crescerá de 7 para 9 mil biliões até 2040, tendo um maior impacte nos países desenvolvidos. Por outro lado, as cidades são também os grandes palcos da inovação, do acesso às mais avançadas tecnologias, assumindo-se como os grandes focos de conhecimento e criatividade.

Como forma de assegurar este crescimento imperativo tanto no que diz respeito à demografia como à economia, socialidade e ambientalismo, as novas propostas de desenho apostam em novos modelos de desenvolvimento urbano onde as diferentes formações e conhecimentos se devem articular.

A génese destes novos modelos assenta na utilização das novas tecnologias de informação e comunicação como promotoras de questões como a sustentabilidade ambiental e qualidade de vida dos cidadãos.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> O programa assenta numa análise e articulação de dados e informação como forma de antecipação de problemas futuros, visando uma resolução rápida e eficaz sempre que os mesmos ocorram.

De acordo com a UCL *cities are becoming smart not only in terms of the way we can automate routine functions serving individual persons, buildings, traffic systems but in ways that enable us to monitor, understand, analyse and plan the city to improve the efficiency, equity and quality of the life for its citizens in real life.*

São diversos os âmbitos em que se assentam os pilares deste programa, como por exemplo: energia, edifícios, mobilidade, governação, gestão de água e resíduos, saúde, segurança, cultura, entre outros.

A título de exemplo podemos enunciar as questões relativas ao controle do tráfego em tempo real assim como uma gestão inteligente do estacionamento, problemáticas tão reais numa cidade como a de Lisboa.

*Hollands (2008) propões quatro factores que têm dominado as diferentes concepções e projectos de "cidade inteligente" em implementação em todo o mundo, a saber: O foco nas tecnologias de informação e comunicação e nas infra-estruturas em rede; o desenvolvimento urbano induzido pelo mercado, sendo as cidades moldadas pelas grandes empresas multinacionais; a ênfase nas indústrias intensivas em tecnologias; e a preocupação com a sustentabilidade ambiental, nomeadamente com as questões energéticas.*

Ou seja, o autor conclui que a maioria das atuais abordagens, glorifica um desenho que se insere nos interesses das fações tecnológicas e de negócios, descurando as vertentes sociais, humanas e políticas, conduzindo assim a uma solução que potencia a fragmentação e polarização espacial, social e económica. Quando, ao invés, se deveria procurar a participação pública dos cidadãos em todo o processo é crucial, gerando uma inteligência e responsabilidade coletiva, consciente das verdadeiras problemáticas, desenhando smart cities e envolvendo os cidadãos como intervenientes no processo criativo.

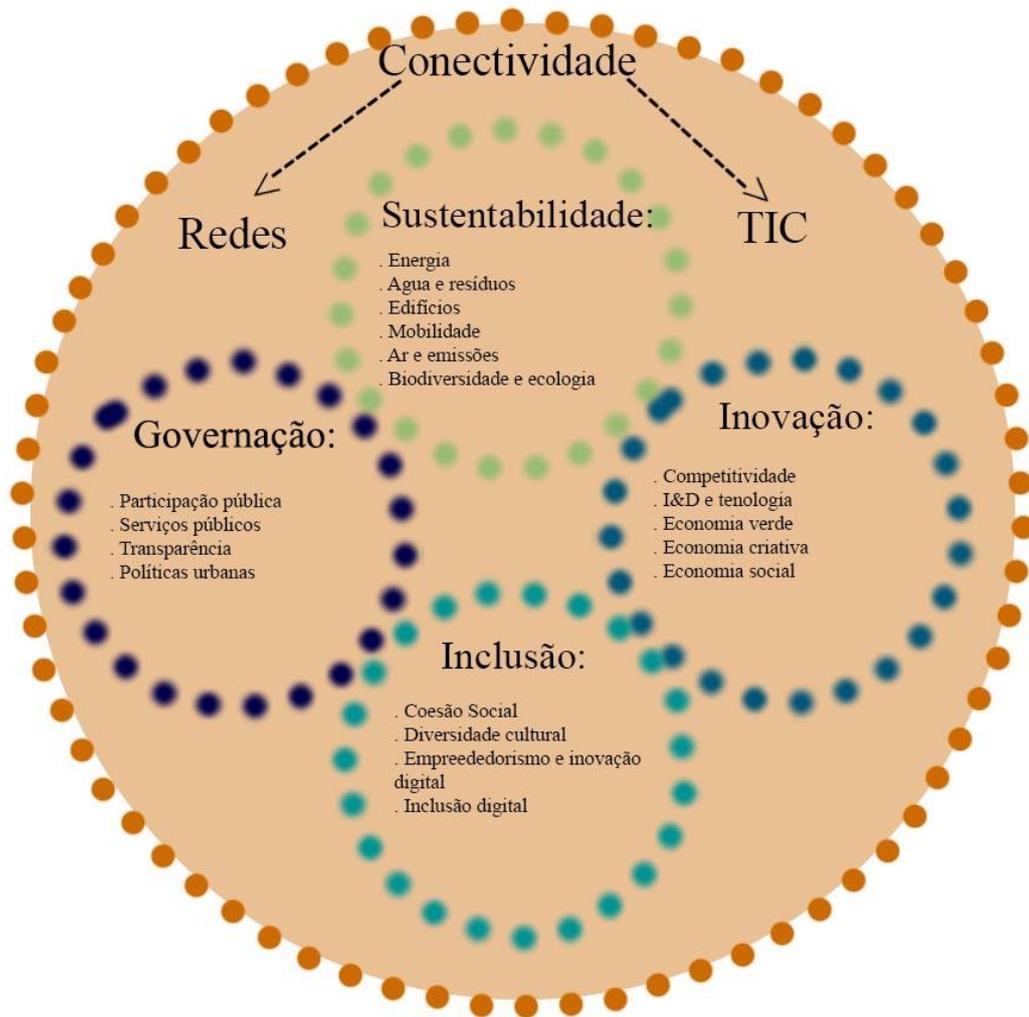
Sendo envolvidos de forma natural no teste de soluções urbanas propostas para o contexto atual, este tipo de prática resultará numa maior apropriação do espaço por parte do utilizador, numa melhor apropriação do espaço como seu, num entendimento mais alargado de quais as condicionantes e componentes que levaram a determinado desenho, tudo isto justificação para que o respeito da obra seja mantido e o cuidado e a manutenção cuidada do espaço seja uma consequência positiva de tal.

---

*Ou seja, a maioria destas abordagens tem como ponto de partida as tecnologias e os negócios, descurando a vertente humana, social e política, o que poderá conduzir à fragmentação e polarização económica, social e espacial.*

*O autor defende que as smart cities do futuro deverão partir das pessoas e das comunidades onde vivem e trabalham: "progressive smart cities must be seriously start with people and the human capital side of the question, rather than blindly believing that IT itself automatically transform and improve cities". Além do mais, "progressive smart city needs to create a real shift in the balance of power between the use of IT by business, government, communities nd ordinary people, as well as to seek to balance economic growth with sustainability. "*

(INTELI,2012, p.10)



*Ilustração 1-Dimensões e sub- dimensões do Índice de Cidades Inteligentes 2020 feito com base INTELI. (2012). Índice das cidades inteligentes: Portugal. Org. INTELI – Inteligência em Inovação. Centro de Inovação*

O modelo das *smart cities* tem ainda como base uma série de recomendações a ser ponderadas por forma ao sucesso da intervenção :

**- Liderança e visão estratégica<sup>8</sup>**

<sup>8</sup> A definição e implementação de projectos de cidades inteligentes exigem uma forte liderança e a existência de uma estratégia integrada e estruturada, articulando diversas políticas urbanas: economia, ambiente, mobilidade, coesão social, turismo, cultura, etc. Isto

- **Envolvimento dos cidadãos<sup>9</sup>**
- **Cidades para todos<sup>10</sup>**
- **Fomento da inovação<sup>11</sup>**
- **Soluções de baixo custo e elevado impacto<sup>12</sup>**
- **Microcidades dentro da polis<sup>13</sup>**

---

*reflecte-se na necessidade de interacção e de circulação de informação entre os vários departamentos governamentais a nível local.*

*(...)*

*Em termos de projectos de inovação social pretende-se promover a participação dos jovens das regiões de convergência no processo de difusão de uma cultura de inovação no âmbito das smart communities, via proposta de projectos orientados para a resolução de problemas urbanos através de tecnologias inovadoras. (INTELI,2012, p.107)*

<sup>9</sup> *O sucesso dos projetos de cidades inteligentes passa necessariamente pela participação das comunidades e dos cidadãos que vivem e trabalham na cidade. Uma smart city será uma cidade para as pessoas, tendo como objetivo final a melhoria do bem-estar da população.*

*Se nas cidades em construção na Ásia e Médio Oriente prevalecem modelos de governação top-down, na Europa deverão ser privilegiadas abordagens horizontais e interactivas. Neste âmbito, os cidadãos devem ser chamados a intervir quer na definição de políticas e estratégias para o futuro das cidades, quer no próprio processo de inovação. (INTELI,2012, p.107)*

<sup>10</sup> *As cidades inteligentes não podem ser cidades para as classes mais favorecidas da população mas deverão promover a igualdade de oportunidades em termos económicos, sociais e espaciais. (INTELI,2012, p.109)*

<sup>11</sup> *O fenómeno das cidades inteligentes não tem apenas como objectivo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e fomentar a eficiência dos serviços públicos, mas também promover a inovação e gerar emprego e riqueza. De facto, será aberto um espaço de oportunidades para as empresas que desenvolvem soluções urbanas inovadoras nas áreas de governação, energia, mobilidade, saúde, etc.*

*Os governos nacionais, regionais e locais podem facilitar este processo lançando compras publicas de soluções inovadoras, quer na fase pré-comercial quer na fase comercial. O sector público pode funcionar como catalisador de inovações comerciais nas áreas onde se manifestam necessidades sociais e prevalecem falhas de mercado. (INTELI,2012, p.109)*

<sup>12</sup> *Muitos dos programas de cidades inteligentes estão associados a elevados investimentos em infra-estruturas e software, sendo realizados em colaboração com grandes empresas multinacionais de tecnologia de informação e comunicação. No entanto, é também possível tornar uma cidade smart começando por implementar projectos de baixo custo e com elevado impacto na vida das comunidades, o que potencia a mobilização dos cidadãos em virtude dos resultados rápidos e eficazes destas iniciativas. Tal como afirma Brousell (2012) "being smart is about redefining processes and engaging citizens". Isto é particularmente verdade quando estamos a falar da intervenção em espaços urbanos existentes e não da construção de cidades a partir do zero. (INTELI,2012, p.109)*

<sup>13</sup> *As cidades podem eleger determinados espaços como living labs para testar novas soluções urbanas inteligentes em microambientes, como são os casos de um parque tecnológico, um complexo cultural, um hub de transportes ou um campus universitário.*

*A título de exemplo a INTELI esta a conceber um projecto na área da mobilidade com uma universidade de Lisboa, com o objetivo de criação de um sistema piloto de mobilidade sustentável no campus, gerador de efeitos demonstradores passíveis de serem replicados noutros ambiente. Esta estratégia, dirigida ao ecossistema universitário, completa a*

**- Integração de infraestruturas e interoperabilidade<sup>14</sup>**

**- Financiamento inteligente<sup>15</sup>**

**- Avaliação dos resultados<sup>16</sup>**

Parte fulcral do processo de conceção de uma *smart city*<sup>17</sup> é a avaliação dos resultados obtidos.

O desenvolvimento de uma metodologia de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos é insubstituível na avaliação do sucesso destas intervenções funcionando consequentemente na identificação de problemas ou soluções inviáveis a evitar futuramente.

**- Benchmarking com outras cidades<sup>18</sup>**

---

*articulação de diferentes modos de transporte energeticamente mais eficientes, no curto prazo, e o alargamento a outros campus da cidade, no medio e longo prazo. (INTELI,2012, p.110)*

<sup>14</sup> *A implementação de soluções de gestão inteligente dos recursos energéticos, dos modos de mobilidade de pessoas e bens, e da informação será uma das principais assinaturas dos diferentes modelos de smart cities. Contudo, existe um risco associado que resulta da possível fragmentação de iniciativas: nesse cenário, os stakeholders desenvolvem soluções tecnológicas diferentes que quando implementadas, podem dificultar a adopção em larga escala por parte dos utilizadores. (INTELI,2012, p.110)*

<sup>15</sup> *Os projectos de cidades inteligentes apresentam modelos de financiamento diversos, de natureza pública e/ou privada o que resulta em muito da natureza dos seus promotores. Estes poderão ser governos locais, grandes empresas privadas ou parcerias entre actores económicos e sociais.*

*(...) O financiamento público-privado ou os fundos privados são também modelos utilizados, sendo esperado que os projetos sejam auto-sustentáveis e gerem retorno. Mas existem outras hipóteses como: explorar o potencial de poupança de custos associada a todas as tecnologias inteligentes; maximizar o potencial de partilha de informação das plataformas de serviços partilhados; dinamizar plataformas de dados abertos, incentivando inovações locais por parte da comunidade (aplicações urbanas inovadoras); utilização das compras publicas de forma inovadora e criação de novos mercados. (INTELI,2012, p.110)*

<sup>16</sup> *Nos projectos de cidades inteligentes importa desenvolver metodologias de acompanhamento e avaliação, ex-ante, ad interim e ex-post, com vista a corrigir desvios e comparar custos com benefícios. Falamos da utilização de indicadores quantitativos e qualitativos, abrangendo as dimensões económica, social, ambiental e cultural da vida urbana. (INTELI,2012, p.111)*

<sup>17</sup> INTELI. (2012). *Índice das cidades inteligentes: Portugal*. Org. INTELI – Inteligência em Inovação. Centro de Inovação.

<sup>18</sup> *O conhecimento de boas práticas e de experiências internacionais pode ser bastante útil quando uma cidade pretende lançar projectos de smart city. Trata-se de aprender com os sucessos e fracassos dos outros, adaptando tais ensinamentos às especificidades locais. Além do mais, determinadas soluções urbanas inovadoras que funcionaram bem numa cidade poderão ser replicadas a nível nacional e internacional. Este é, aliás, um dos principais*

Para além disto há que compreender que cada caso é um caso e que determinadas soluções inovadoras que quando aplicadas em determinadas situações podem não representar necessariamente benefício.

A aplicação desta metodologia tem-se revelado uma mais valia para as cidades. As análises foram efetuadas com base nos resultados das chamadas "cidades laboratório" (INTELI,2012, p.58) desenvolvidas por todo o mundo, sendo que em Portugal temos o privilégio de encontrar já 20 cidades onde estão a ser desenvolvidos estes estudos<sup>19</sup>, através de uma cooperação entre a INTELI e a Universidade de Lisboa.

Atualmente o objetivo deste grupo de trabalho será alargar este estudo a cerca de 100 municípios nacionais até 2020.

### **1.2.2. Tipologias e Figuras Legais**

Uma Estrutura Ecológica equilibrada deverá funcionar como um instrumento de gestão territorial, que assegure os fundamentos ambientais, orientando o ordenamento por forma a que o mesmo resulte numa transformação equilibrada do território que ocupamos, desenhando "*cidades inteligentes*" (INTELI, 2012) que materializam os conceitos e princípio defendidos.

O reconhecimento<sup>20</sup> desta estrutura como elemento integrante na legislação que administra o território faz com que o sistema implementado assegure a continuidade, assim como as funções ecológicas, o funcionamento do sistema hídrico, a paisagem assim como os intervenientes culturais e sociais. Devolvendo à cidade o seu carácter natural repõem-se funções e características, tais como: Manutenção e recuperação da

---

*objectivos das redes de cidades inteligentes em emergência em todo o mundo, como é o caso da Rede Espanhola de Cidade Inteligente.*

*Pretende-se que no living lab RENER se reforce a cooperação entre as cidades, no sentido da obtenção da massa crítica necessária à afirmação internacional, assim como a articulação com as redes de cidades com foco na América Latina.*

*Para além da cooperação, será saudável a competição entre cidades em termos de inteligência urbana, o que poderá ser estimulado através do lançamento de um prémio anual para projectos inteligentes em Portugal.* (INTELI,2012, p.111)

<sup>19</sup> Um exemplo real disso mesmo e o caso do Bairro da Mouraria em Lisboa, para o qual foi desenvolvido um programa de desenvolvimento comunitário, iniciado em 2012, que prevê uma maior coesão social, traduzindo-se a mesma na reabilitação urbana desta área da cidade e que tem dado provas de uma melhoria considerável na vida dos seus habitantes e comunidades.

<sup>20</sup> Esta ideia fundamenta-se seguinte fonte:  
<http://sustentabilidadenaopalavraeacao.blogspot.pt/2013/03/a-estrutura-ecologica-da-cidade-regiao.html> [acedido a 4 de fevereiro de 2017].

biodiversidade, uma melhoria considerável de vida dos cidadãos e a contribuição para a resiliência económica.

Os trabalhos realizados durante o período de estágio e com os quais tive contacto são a materialização do conjunto de intenções defendida pelos instrumentos de gestão territorial, mais propriamente, o PDM<sup>21</sup>, resultante da implementação dos conceitos base à Arquitetura Paisagista, tendo sido por isto indispensável uma breve leitura dos mesmos.

Com a crescente implementação dos grandes lotes habitacionais que pretende dar resposta ao acelerado desenvolvimento populacional que se faz sentir, surge também a necessidade de promover a melhoria da qualidade de vida das populações, assente em modelos já adotados em outras zonas da Europa.

É no decorrer desta nova perspetiva que surgem os Planos de Gestão Territorial, que atuam ao nível local, estando atualmente em vigor o PDM de Lisboa<sup>22</sup>, que através da sua articulação com a legislação vigente pretende constituir uma base territorial e com ela um macro programa que sustente a Estrutura Ecológica da cidade<sup>23</sup>.

A visão abrangente e a multidisciplinariedade do conhecimento, caracterizada pelo contacto com a História, a Ecologia, a Geografia Física, a Cultura e as questões sociais, assim como a relação estreita que estabelece com os conceitos descritos anteriormente – (ver pág. 22)- fez do Arquiteto Paisagista um elemento crucial não só definição das políticas que sustentam os Planos de Gestão Territorial, assim como num desenho das soluções para uma cidade contemporânea que materialize estes mesmo conceitos.

Toda a cidade conta a sua história, e Lisboa vê em si espelhadas as consequências das decisões tomadas ao longo de todos os anos de crescimento, sejam esta positivas ou negativas, resultantes de um crescimento quantitativo. Tal como defende Ribeiro Telles:

*Para mim desenvolvimento não é um mero crescimento económico. Crescimento – aumentar o produtor nacional bruto – não tem significado, não é progresso.*

---

<sup>21</sup> Consultar Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML). Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao\\_pdm.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao_pdm.pdf) [acedido dia 11 de abril de 2016].

<sup>22</sup> Aprovado em 2012.

<sup>23</sup> Consultar Planta de Estrutura Ecológica Municipal de Lisboa. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/02\\_ECOLOGIC A.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/02_ECOLOGIC A.pdf)

*O desenvolvimento, pelo contrário, é antes a gradual evolução para diferentes níveis de complexidade. Uma sociedade progride quando tinge níveis de complexidade de que resulta a felicidade possível, a alegria de viver, a saúde.*

*Desenvolvimento não é um acrescentamento de quantidade, mas sim uma melhoria de qualidade.*

Ribeiro Telles, G. In: Caldeira Cabral (1993, p.28)

"Apagar" a história de uma cidade seria impensável, pois com isso estaríamos a rejeitar todas as questões sociais e culturais que tornam a cidade no reflexo do seu povo, tornando-a num lugar sem memória e renegando o seu *genius locci*. A solução será então trabalhar a cidade e a sua cultura, consciente de todos os conceitos que resultarão num desenvolvimento sustentável, potenciando um crescimento qualitativo, e para que tal seja possível será necessário compreender e aplicar a os fundamentos legislados nos planos de gestão territorial.

Entende-se como o " *Plano Diretor Municipal de Lisboa, um instrumento de planeamento territorial, que vincula o modelo de organização espacial e a estratégia de desenvolvimento adotada no terreno municipal, a classificação do solo e as regras e parâmetros extensíveis à ocupação, uso e transformação do solo. O presente documento é aplicável a toda a extensão de território do município de Lisboa, vinculando entidades públicas e particulares.(...) O PDML estabelece as grandes estratégias de desenvolvimento, as orientações e as políticas urbanísticas para o território municipal, define a programação da respetiva execução e as regras para a contratualização com os vários atores que intervêm no território.(...) O presente documento prevê a criação de sistema sustentável intrínseco á própria cidade, em todas as suas vertentes, quer sociais, quer económicas e particularmente, ambientais que seja capaz de satisfazer todas as necessidades da população, representando iguais oportunidades para todos.*" <sup>24</sup>

O PDML integra de forma estruturada todas as orientações e regras estabelecidas pelo PNPOT<sup>25</sup> e pelo PROTAML<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup>Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML). Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao\\_pdm.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao_pdm.pdf) [acedido dia 11 de abril de 2016].

<sup>25</sup> PNPOT: – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

<sup>26</sup> PROTAML: Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.

No que se refere à Estrutura Ecológica Municipal <sup>27</sup>, igualmente prevista e assegurada no regulamento do PDML, a mesma encontra-se subdividida em duas tipologias – “*Estrutura Ecológica Fundamental e Estrutura ecológica integrada- visando assegurar a continuidade e complementaridade dos sistemas naturais no território urbano, a sustentabilidade ecológica e física do meio, as funções dos sistemas biológicos, a biodiversidade, o controlo dos escoamentos hídricos e circulação do vento, o conforto bioclimático e a valorização do património paisagístico.*”

**3-Estrutura ecológica fundamental** define uma estratégia de valorização e salvaguarda dos sistemas naturais fundamentais que, em articulação com a rede ecológica definida à escala metropolitana, estabelece as matrizes do sistema de corredores estruturantes, do sistema húmido e do sistema de transição fluvial estuarino e encontra-se assinalada na Planta da estrutura ecológica municipal.

**4-Estrutura ecológica integrada** decorre da estrutura ecológica fundamental e inclui os espaços verdes e os logradouros verdes permeáveis a preservar identificados na Planta de estrutura ecológica municipal e na Planta de qualificação do espaço urbano, e ainda os espaços verdes de enquadramento a áreas edificadas e os eixos arborizados assinalados na Planta de estrutura ecológica municipal, tendo por objetivo uma perspetiva sustentável e integrada do território municipal.” <sup>28</sup>

Relativamente ao projeto para o miradouro no Bairro do Alvito, situado no Parque Florestal de Monsanto, e à intervenção na Encosta do Alto do Pina, situada na Freguesia da Penha de França, determina-se que os mesmos estão providos de todas as características para integrarem a SUBSECÇÃO II- Outras componentes ambientais urbanas, Artigo 17.º- Sistema de vistas – cumprindo os parâmetros seguidamente descritos:

---

<sup>27</sup> Consultar Planta de Estrutura Ecológica Municipal de Lisboa. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/o2\\_ECOLOGICA.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/o2_ECOLOGICA.pdf).

<sup>28</sup> Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML). Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao\\_pdm.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao_pdm.pdf) [acedido dia 11 de abril de 2016].

- 1- *O sistema de vistas é formado pelas panorâmicas e pelos enfiamentos de vistas que, a partir dos espaços públicos, nomeadamente os miradouros, jardins públicos, largos e praças e arruamentos existentes, proporcionam a fruição das paisagens e ambientes urbanos da cidade de Lisboa.*
- 2- *O sistema de vistas tem por objetivos salvaguardar e valorizar as relações visuais que, devido à fisiografia da cidade, se estabelecem entre os espaços públicos e os elementos característicos da paisagem urbana nos seguintes subsistemas identificados na Planta do sistema de vistas:*
  - a) *Subsistema da frente ribeirinha, subdividido em setor ocidental e setor oriental, onde se estabelecem relações visuais com o Rio e o Estuário;*
  - b) *Subsistema de pontos dominantes, subsistema de ângulos de visão e subsistema de cumeadas principais, onde se estabelecem relações visuais com a cidade e com o território envolvente, nomeadamente com o Parque de Monsanto;*
  - c) *Subsistema de vales, onde se estabelecem relações visuais com as encostas e as zonas baixas da cidade, nomeadamente com o Aqueduto das Águas Livres.*<sup>29</sup>

Pelas suas características de lugares de contemplação e admiração, a intervenção foi dinamizada por forma a que posteriormente os mesmos seja também compreendidos no sistema de vistas da Lisboa Histórica e Cultural, que atualmente já conta com um total de 9 locais intervencionados- Miradouro de S. Pedro de Alcântara, Miradouro da Graça, Miradouro da Penha de França, Miradouro do Parque Eduardo VII, Miradouro da Praça das Armas do Castelo, Miradouro do Torel, Miradouro Boto Machado, Miradouro da Senhora do Monte e Miradouro de Monte Agudo.<sup>30</sup>

No que se refere ao projeto para o espaço exterior do Edifício do Entreposto nos Olivais, assim como para a área adjacente à Escola Básica Patrício Prazeres por ser um projeto de integração paisagista, que assegura a continuidade e articulação com a área envolvente, resultando num espaço de enquadramento a áreas edificadas, penso que o mesmo deverá integrar futuramente a Estrutura Ecológica Integrada.

---

<sup>29</sup> *Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML). Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao\\_pdm.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao_pdm.pdf) [acedido dia 11 de abril de 2016].*

<sup>30</sup> O trabalho que decorre desde 2006 visa a elaboração de uma proposta para um programa base que prevê a requalificação e dinamização da rede de miradouros da cidade de Lisboa, englobando as vertentes histórica e turística, contemplando igualmente questões relacionadas com a biodiversidade, sustentabilidade e conservação paisagística.

Relativamente á modelação do Troço 24B, a mesma integra a rede de Percursos e Corredores da cidade de Lisboa, contribuindo ativamente para o fechamento da mesma, funcionando como ‘peça’ fundamental na ligação entre a Mata de Alvalade e a Quinta de Conde de Arcos, incorporando por isto a Estrutura Ecológica Fundamental, nomeadamente o Artigo 12.º - *Sistema de corredores estruturantes* – Da Divisão I – *Estrutura ecológica fundamental*<sup>31</sup> – que expõe:

- 1- *O sistema de corredores estruturantes articula a estrutura ecológica a uma escala metropolitana e integra áreas públicas e privadas consolidadas ou a consolidar que estabelecem as ligações existentes e definem reservas para as ligações a promover no âmbito de projetos ou planos.*
- 2- *O sistema de corredores estruturantes é constituído por:*
  - a) *Parque de Monsanto;*
  - b) *Arco Ribeirinho;*
  - c) *Arco Periférico;*
  - d) *Arco Interior;*
  - e) *Corredor Verde Oriental (Vales da Zona Oriental);*
  - f) *Corredor verde de Monsanto;*
  - g) *Corredor do Vale de Alcântara;*
  - h) *Corredor da Alta de Lisboa;*
  - i) *Corredor de Telheiras.*
- 3- *Deve ser garantida a continuidade física dos corredores estruturantes e a sua concretização deve ser efetuada na totalidade ou, caso não seja possível, de forma integrada, em projetos de espaço exterior, ou unidades de execução ou planos de urbanização ou de pormenor, sem prejuízo da exploração das zonas afetadas à atividade portuária.*<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Consultar Planta de Estrutura Ecológica Municipal de Lisboa. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/02\\_ECOLOGIC A.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/02_ECOLOGIC A.pdf).

<sup>32</sup> Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML). Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao\\_p dm.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao_p dm.pdf) [acedido dia 11 de abril de 2016].

### 1.3. Lisboa e os seus corredores

*(...) a filigrana de um desenho tão fino*

Calvino (2003, p.9)

Os corredores verdes, que atualmente se encontram em fase programática de estudo ou projeto na sua execução, formalizam uma estrutura contínua que materializa a proposta de Estrutura Verde para a cidade de Lisboa.

A implementação dos objetivos definidos para a Estrutura Verde decorre faseadamente de acordo com o estipulado no planeamento territorial e vem sendo coordenada pelo planeamento urbanístico sendo que a definição programática e a implementação em obra terão de estar de acordo com as diretrizes definidas pela Estrutura Verde.

A estrutura terá de estar de acordo com as premissas enunciadas no PDML<sup>33</sup>, nomeadamente Artigo 12.º - *Sistema de corredores estruturantes* – Da Divisão I – *Estrutura ecológica fundamental*.

A supervisão da execução da estrutura verde será remetida para o REOT<sup>34</sup> e para o PALBL<sup>35</sup> estando também em vigor outros programas setoriais, nomeadamente:

- Programa de adaptação climática, que também inclui o Plano de Drenagem.
- Programa de mitigação climática, onde ganharão realce as medidas de fecho do ciclo de carbono e poupança hídrica.
- Rede Ciclável.

---

<sup>33</sup> Documento disponível: Câmara Municipal de Lisboa. *Publicacao pdm* (2012). Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao\\_pdm.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao_pdm.pdf) [acedido dia 11 de abril de 2016].

<sup>34</sup> REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território

<sup>35</sup> PALBL - Plano de Ação da Biodiversidade de Lisboa



Ilustração 2- Planta de localização dos corredores Verdes de Lisboa. Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes> [acedido a 15 de fevereiro de 2016]

À CML compete o desenvolvimento dos espaços verdes estruturantes – espaços que pela sua dimensão se assumem como bases na estrutura da cidade - assim como a sua manutenção e a requalificação e implementação dos espaços verdes não estruturantes- espaço importantes pelas articulações que estabelecem, mas que, no entanto, não têm dimensão para dar forma ao desenho geral da estrutura. A gestão dos segundos por sua vez será realizada pelas Juntas de Freguesia.

Durante a realização deste estágio surgiu a oportunidade de integrar as equipas que trabalhavam em áreas pertencentes aos corredores posteriormente descritos, tornando por sua vez o meu trabalho mais interessante e também desafiante pela responsabilidade de participar na sua materialização em sede de projeto.

Atualmente encontram-se em implementação nove corredores verdes: Corredor Verde dos Olivais, Corredor Verde Central, Corredor Verde da Alta do Lumiar, Corredor Verde Oriental, Corredor Verde Periférico de Lisboa, Corredor Verde Ocidental do Rio Seco, Corredor Verde do Vale de Alcântara, Corredor Verde Ribeirinho e Corredor

Verde de Monsanto (ver figura 2). Durante a minha participação nos vários projetos desenvolvidos foi necessária uma breve pesquisa para perceber em que corredores os mesmos se inseriam, e de que forma estávamos a contribuir para a consolidação da Estrutura Verde que os mesmos materializam.

### - Corredor Verde dos Olivais<sup>36</sup>



*Ilustração 3-Corredor Verde dos Olivais\_1 | Fonte: [www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/olivais](http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/olivais) [acedido a 1 de outubro 2016]. CML. Lisboa.*

Sendo a freguesia do Olivais de génese planeada reconhece-se que estão contempladas uma série de zonas verdes, sendo o Parque do Vale do Silêncio um dos exemplos mais representativos disso mesmo. O Corredor Verde dos Olivais caracteriza-se assim pelo seu papel estruturante na ligação entre o Parque Hortícola Quinta do Conde de Arcos, o Parque dos Olivais e o Parque do Vale do Silêncio, através de todos os espaços intersticiais que foram sendo recuperados, permitindo o desenvolvimento de circuitos de ligação tornando-os contínuos e visitáveis.

<sup>36</sup>Esta ideia foi fundamentada pelo confronto dos conteúdos disponibilizados na seguinte fonte: Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Olivais*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/olivais> [acedido a 21 de maio de 2016].

Atualmente já se encontra implementado o percurso a partir do Parque José Gomes Ferreira, que estabelece a ligação das zonas verdes que ladeiam a Avenida da Cidade do



Porto até ao Parque dos Olivais,

*Ilustração 4 - Corredor Verde dos Olivais | Fonte: [www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/olivais](http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/olivais) [acedido a 1 de outubro 2016]. CML Lisboa.*

existindo intenção de que o mesmo se prolongue posteriormente para o Parque Urbano da Quinta de Conde de Arcos que atualmente está em execução, estando já terminada e em total funcionamento toda a área hortícola.

No decorrer do trabalho desenvolvido surgiu a possibilidade de integrar a equipa que atualmente se encontra responsável por esta segunda ligação, o troço 24B<sup>37</sup>, que assume uma elevada importância. Apesar da escala espacial desta ecovia ser menor, a mesma assume uma importância fundamental, funcionando a sua localização como um suporte essencial para que a articulação entre o Corredor Verde dos Olivais e o Corredor Verde Central, pela ligação entre a Mata de alvalade e a Quinta onde d'Arcos (ver imagem 5).

A sua implementação permite assim continuar com o trabalho que tem sido realizado, dando continuidade aos corredores já construídos nesta área da cidade, contribuindo desta forma para a consolidação desta rede global.

---

<sup>37</sup> Processo pormenorizado no ponto 3.4 do presente trabalho

Ainda neste corredor pode desenvolver o projeto para a área adjacente ao edifício do Entrepasto<sup>38</sup>, que se prevê funcionar como um espaço de integração e enquadramento paisagístico, dando continuidade ao trabalho já realizado (ver imagem 5).



Ilustração 5-Localização do Edifício do Entrepasto e da Ecopista dos Olivais na Estrutura Ecológica Municipal e Sistema de Corredores Verdes. Mapa feito com base na carta de Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/u>

<sup>38</sup> Processo pormenorizado no ponto 3.2 do presente trabalho

## - Corredor Verde Oriental<sup>39</sup>

O Corredor Verde Oriental<sup>40</sup> localiza-se tal como o próprio nome indica, na zona oriental de Lisboa (ver figura 6), englobando freguesias como a de Marvila e/ou do Beato, desenvolvendo-se em parceria com um dos maiores contínuos verdes da cidade, o Parque da Bela vista – atualmente a segunda maior zona verde de Lisboa.

Abrangendo extensas zonas verdes de baixa carga este corredor caracterizar-se-á pela extrema importância atribuída não só aos modelos de gestão ecológica e territorial como também à elevada preocupação com questões como a biodiversidade.

Atualmente, no PDML prevê-se um aumento considerável desta área, permitindo a ligação em contínuo verde ao rio para Sul, na zona de Xabregas, seguindo-se posteriormente o Vale de Chelas.

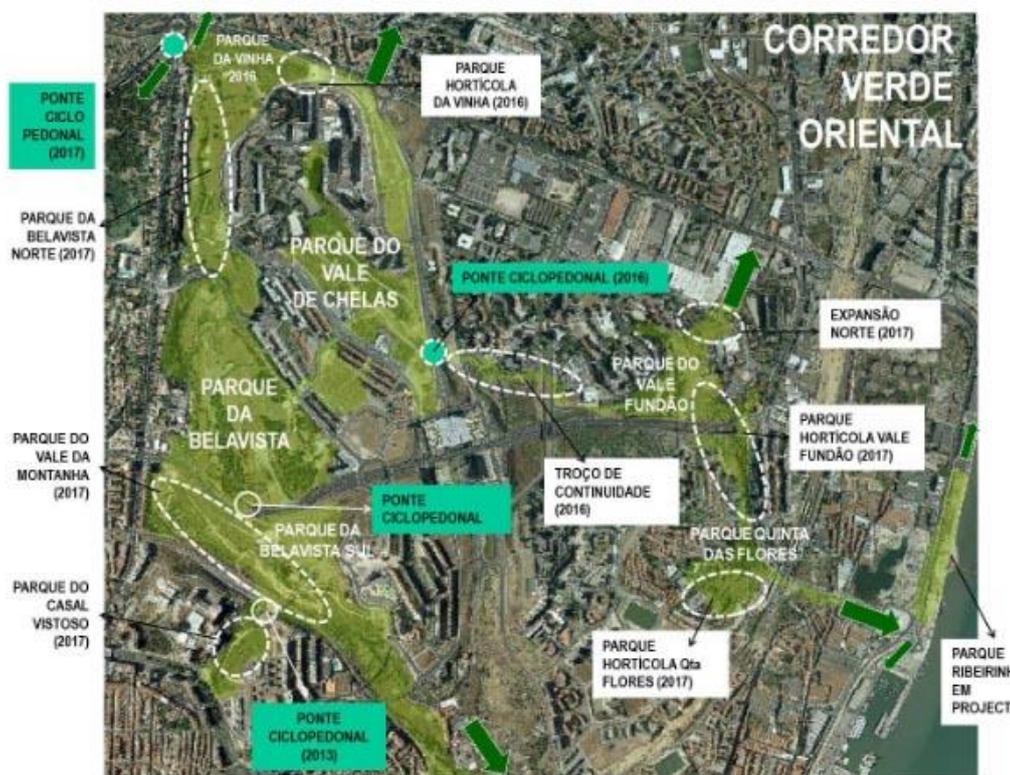


Ilustração 6- Corredor Oriental\_1| Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/oriental> [acedido a 4 de outubro de 2016].

<sup>39</sup> Esta ideia resulta do confronto dos conteúdos disponibilizados nos documentos na seguinte fonte: Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Oriental*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/oriental> [acedido a 4 de outubro de 2016].

<sup>40</sup> Recomenda-se a consulta de: <https://vimeo.com/184565834>



contacto com área destinada para o desenho do futuro Parque do Casal Vistoso, que atualmente se encontra em execução, através da instalação de uma ponte ciclo pedonal que atravessa o Vale da Montanha. A execução deste último pretende a recuperação das linhas de drenagem pluvial à superfície, estando ligado por uma rede de caminhos ao Parque da Belavista Sul. A Norte do mesmo, estabelece-se a ligação ao antigo campo de golfe ao Parque da Vinha, um espaço de recreio e de lazer que englobará um parque hortícola e que estabelecerá contato com o Corredor Verde Central e o Corredor dos Olivais.

Uma das obras que se localiza neste corredor e em que integrei a equipa técnica, é o projeto para a Encosta do Alto do Pina<sup>41</sup>. Esta intervenção trabalha uma área com muito potencial, já que o declive e a sua localização (ver figura 8) lhe conferem um sistema de vistas muito abrangente.



Ilustração 8-Localização do Projeto para a Encosta do Alto do Pina na Estrutura Ecológica Municipal e Sistema de Corredores Verdes. Mapa feito com base na carta de Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/pla>

<sup>41</sup> Processo pormenorizado no ponto 3.3 do presente trabalho.

## **- Corredor Verde Ribeirinho<sup>42</sup>**

O Corredor Verde Ribeirinho caracteriza-se pela sua notável interface fluvial (ver figura9) – estuarina, tendo também um papel fundamental nas preocupações ecológicas numa área tão sensível a risco de cheias como a presente. Aquela área, fortemente artificializada com o passar dos anos, tem permitido que se abra o rio à cidade sequencialmente, através de um conjunto de requalificações, algumas já executadas outras ainda em fase de projeto.

A Estrutura Verde caracteriza-se assim pela sua formalização descontínua, onde para além da artificialização das margens encontramos também pontos onde as atividades portuárias ganham um novo olhar e conseqüentemente, uma nova importância.

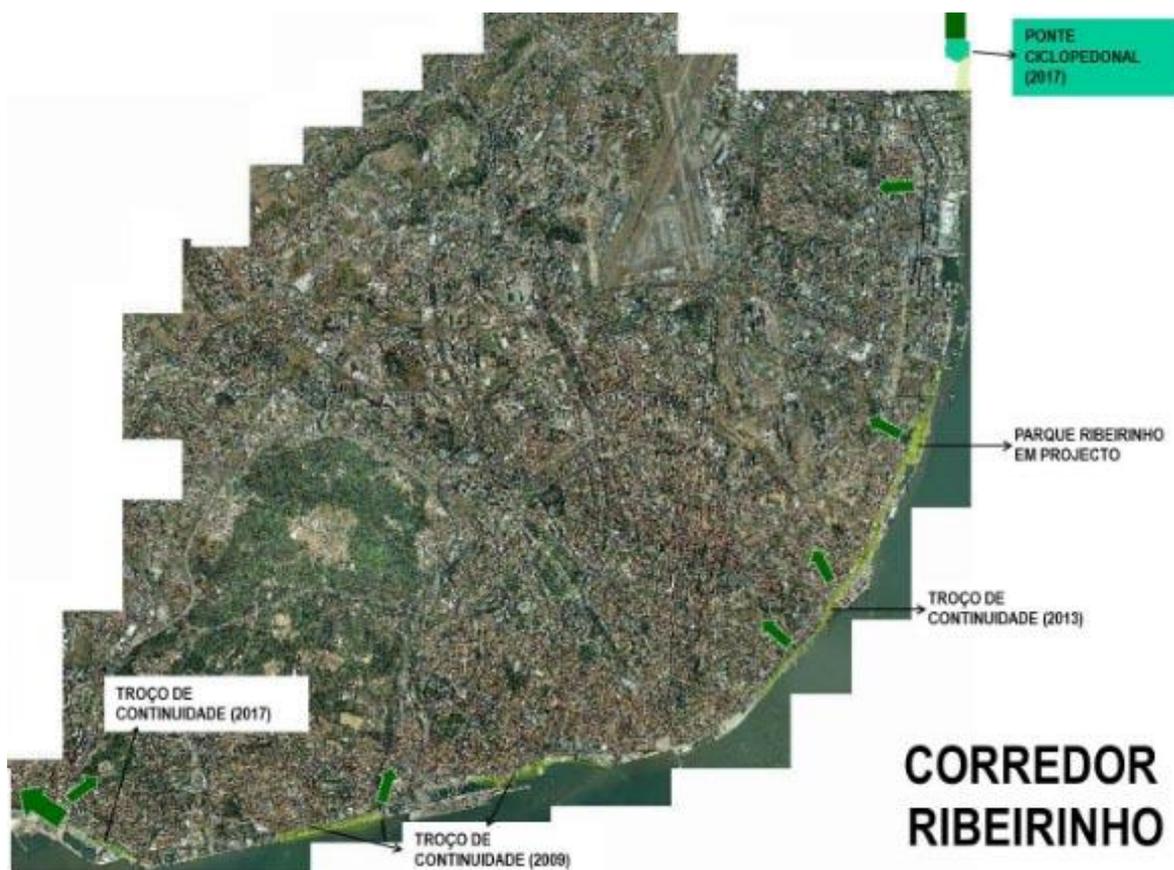
Desde a requalificação para a realização da Expo 98, que tem vindo a fazer-se um enquadramento em torno do Tejo, considerando-se de maior importância as relações que o mesmo estabelece com a malha urbana que o envolve.

O Parque das Nações é um dos exemplos que melhor espelha esta nova relação do homem com o rio, mostrando-nos como as margens adquirem um carácter natural quando comparadas com as margens artificializadas da restante frente ribeirinha. Refira-se que nestas zonas mais artificiais tem sido premissa devolver o rio à cidade, tal como podemos observar no Terreiro do Paço e na Ribeira das Naus, entre outras.

Em 2009, após estabelecida a ligação pedonal e ciclável entre o Cais do Sodré e a Torre de Belém, viram-se abertas ao público diversas áreas ribeirinhas, tendo sido interdito o estacionamento automóvel em frente ao rio entre as Docas de Santo Amaro e a Torre de Belém. A circulação confortável por parte dos peões foi exaltada, tendo sido arborizadas umas séries de corredores.

---

<sup>42</sup> Esta ideia foi fundamentada pelo confronto entre os documentos da seguinte fonte: Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Ribeirinho*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/ribeirinho> [acedido a 4 de outubro de 2016].



*Ilustração 9-Corredor Ribeirinho | Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/ribeirinho> [accedido a 4 de outubro de 2016].*

No Troço Belém- Algés foi ainda instalado o Centro Champalimaud, provido de uma série de áreas ajardinadas e cuja implantação contribuiu para a demolição de uma série de construções que existiam na área da "Docapesca".

Em 2013 estabelece-se a ligação ciclável entre Santa Apolónia e o Parque das Nações, dando á população a oportunidade de circular agora pela frente portuária, contínua em funcionamento, em vez de circularem as antigas áreas isoladas.

Em 2017 a Câmara Municipal de Lisboa prevê uma nova fase no desenho deste corredor ribeirinho, estabelecendo-se a ligação com a frente Ribeirinha do Concelho de Loures, através da implementação de um circuito ciclo pedonal sobre o Rio Trancão e da adaptação das margens para utilização com percursos de estadia e lazer.

A extensão para a ligação a Algés a partir da Torre de Belém será mais um dos passos no sentido de dinamizar toda a frente ribeirinha, beneficiando ainda das novas requalificações do Cais do Sodré, Campo das Cebolas e do Parque Ribeirinho Oriental.



Ilustração 10-Localização do Projeto para a Área Envolve da Escola Básica Integrada Patrício Prazeres na Estrutura Ecológica Municipal e Sistema de Corredores Verdes. Mapa feito com base na carta de Estrutura Ecológica Municipal.Fonte: <http://www.cmlisboa.pt/fileadm>

O meu contributo para a consolidação deste corredor foi o projeto que integrei para a área envolvente da Escola Básica Integrada Patrício Prazeres<sup>43</sup> (ver figura 10), uma zona inóspita e de declive suave, onde a pouca presença de material vegetal de grande porte a torna desabrigada, e o abandono a que foi votada acarreta graves problemas de poluição.

<sup>43</sup> Processo pormenorizado no ponto 3.5 do presente trabalho

### - Corredor Verde de Monsanto<sup>44</sup>

Os estudos para o Corredor Verde de Monsanto (ver figura 11) começaram em 1977, sendo esta uma das pesquisas e projeções mais ilustres do Professor Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, tendo aí surgido também a primeira definição de Corredor Verde, articulado com toda a Estrutura Ecológica da cidade, articulando o Parque Florestal de Monsanto com a cidade de Lisboa.

O objetivo primordial é a definição de uma Estrutura Ecológica contínua, que integre de forma harmoniosa todos os espaços verdes que vão surgindo ao longo do trajeto, promovendo a ligação entre a periferia e o interior da cidade.



*Ilustração 11-Corredor verde de Monsanto | Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/monsanto> [acedido a 17 de março de 2016].*

A ligação desenvolve-se ao longo de aproximadamente de 2,5km de extensão, somando uma área total de 51 ha que liga o Parque Florestal de Monsanto ao Parque Eduardo

---

<sup>44</sup>Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Monsanto*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/monsanto> [acedido a 17 de março de 2016].

VII, existindo uma ciclovia que preconiza esta ligação e que se inicia no Jardim Amália Rodrigues.

De Sul para Norte somos apresentados por uma série de estruturas e equipamentos que potenciam o recreio livre e a estadia, nomeadamente: "Avenida da Liberdade; Parque Eduardo VII; Jardim Amália Rodrigues (Alto do Parque); Ponte Ciclopedonal sobre a Rua Marquês da Fronteira (inaugurada em 2012); por uma zona de prado junto ao Palácio da Justiça com cerca de 1ha de prado biodiverso de sequeiro; parque de skates; duas áreas fitness; miradouros; Ponte Ciclopedonal "Gonçalo Ribeiro Telles"; Jardins da Amnistia Internacional; Parque Hortícola Jardins de Campolide; Parque de Recreio Infantil e Juvenil, e o Parque Urbano da Quinta José Pinto; tudo conectado através de uma ligação pedonal e ciclável."<sup>45</sup>



Ilustração 12-Localização do Projeto para o Miradouro do Bairro do Alvito Estrutura Ecológica Municipal e Sistema de Corredores Verdes. Mapa feito com base na carta de Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/p>

O presente corredor encontra-se ainda articulado com a Avenida Duque d'Ávila, possibilitando o acesso pedonal até ao Jardim do Arco do Cego, havendo também

<sup>45</sup> Camara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Monsanto*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/m Monsanto> [acedido a 17 de março de 2016].

intenções de estabelecer futuramente ligação ciclo pedonal com a Alameda Afonso Henriques.

Por todas as ligação e sistemas que abrange, este corredor é considerado uma peça fundamental e definidora da Estrutura Ecológica Municipal, estabelecendo uma matriz constituída por sistemas e subsistemas, nomeadamente: "*Sistema de Mobilidade, o Sistema de Circulação da Água e do Ar, o Sistema de Transição Fluvial-Estuarino e o Sistema de Unidades Ecológicas Estruturantes, onde se destacam os Subsistemas Parque Periférico, Zona Ribeirinha, Corredor Verde de Chelas, Corredor do Vale de Alcântara e o próprio Corredor Verde de Monsanto.*"<sup>46</sup>

O projeto para o Miradouro do Alvito<sup>47</sup>, no qual integrei a equipa técnica, situa-se neste mesmo Corredor Verde, caracterizando-se pela sua posição de miradouro natural, tendo toda a intervenção sido dirigida para o bom aproveitamento das vistas assim como um equilibrado enquadramento com a envolvente (ver figura 12).

---

<sup>46</sup> Camara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Monsanto*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/monsanto> [acedido a 17 de março de 2016].

<sup>47</sup> Processo pormenorizado no ponto 3.1 do presente trabalho

## **2. ALGUMAS DAS FASES DO PROJETO DE ARQUITETURA PAISAGISTA**

De todos os desafios propostos ao longo da minha participação, aquele que na minha opinião se mostrou mais difícil de ultrapassar foi sem dúvida alguma as fragilidades potenciadas pela minha entrada tardia na equipa que me levaram a falhar inicialmente uma das fases mais importantes na metodologia projetual, a fase da análise, nomeadamente no projeto para a Envolvente do Edifício do Entrepasto.

O projeto de Arquitetura Paisagista tem subjacente uma organização base, que deve estar subordinada às condicionantes legais de cada município<sup>48</sup> (ver pág. 36) , mas que na sua globalidade, assenta nos mesmo conceitos, princípios (ver pág. 27) e faseamento desenvolvidos na academia e tem, geralmente, o mesmo objetivo: Um projeto estruturado, que estabeleça um compromisso entre o desenho e o trabalho desenvolvido no terreno, sempre garantindo a qualidade da obra, prevenindo erros conceptuais, permitindo o controle do orçamento estipulado e garantindo que a obra independentemente da fonte da sua adjudicação, decorrerá conforme o estipulado inicialmente em projeto.

O sucesso do projeto passa muito pelo rigor metodológico e domínio técnico, pelo respeito dos tempos e pela correta hierarquização das diferentes fases que o compreendem, com especial enfoque na Análise, no Estudo Prévio e no Projeto de Execução.

Consciente da necessidade de uma base fundamentada que me auxiliasse nesta fase ainda tão imberbe da minha carreira profissional procurei sistematizar num documento de apoio ao processo de desenho de projeto, o que seria fundamental para garantir que iria responder de forma correta a cada uma destas fases, colmatando assim algumas das falhas provocadas pela minha inexperiência.

- **Análise**

- **Recolha de informação**

Uma das primeiras tarefas a desenvolver na fase de análise é a recolha de informação. Este passo revela-se fundamental no reconhecimento da área de intervenção assim como de toda a sua envolvente, promovendo uma articulação mais coesa tanto entre os

---

<sup>48</sup> Consultar o Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao\\_pdm.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao_pdm.pdf)

elementos constituintes da área em si como também com a sua envolvente. O material consultado/levantado neste procedimento geralmente inclui:

- Consulta dos ortofotomapas da cidade de Lisboa, que nos permitam não só uma integração da área de intervenção no contexto da cidade, identificando-se as ligações existentes com a envolvente, mas também uma visão abrangente de toda a conjuntura;

- Uma ida ao local para reconhecimento do lugar e respetivo levantamento fotográfico, que permitirá documentar a área, perceber tridimensionalmente as relações que o espaço estabelece com a envolvente, assim como quais as condicionantes espaciais e sociais que se observam, limites, barreiras, obstáculos, elementos existentes, entre outros.

- Consulta do cadastro disponível referente ao maior número de condicionantes envolvidas, que será um elemento importante não só para identificar alguma das condicionantes que possa ter passado despercebida na ida ao local, como também para perceber quais os sistemas subterrâneos a ter em conta aquando a nossa intervenção.

- Levantamento/consulta da planta do local e da sua envolvente em formato digital, que permitirá uma melhor sumarização dos elementos presentes assim como de elementos importantes na manutenção das correspondências com as áreas adjacentes.

- **Levantamento topográfico**

Posteriormente segue-se a fase do levantamento topográfico, que facultará o conhecimento detalhado da topografia do terreno, possibilitando uma melhor abordagem a questões relacionadas com a orografia, drenagem, infiltração da água, permeabilidade, possíveis movimentos de terra, entre outros.

- **Caracterização e diagnóstico**

Deverá ser efetuado um reconhecimento da área de intervenção e da sua envolvente, enumerando todas as suas potencialidades e condicionantes, considerando todos os elementos estruturantes e dinamizadores do mesmo.

A análise deve contemplar o estado de conservação do local, incluindo pavimentos, material vegetal, equipamento urbano, iluminação, exposição solar, exposição ao vento, disponibilidade hídrica e sistema de vistas.

- **Estudo Prévio**

Esta fase é definida como aquela onde se inicia todo o processo criativo, sendo aqui estudadas as primeiras abordagens, definidos os primeiros conceitos assim como o programa fundamental e desenhada toda a estrutura sobre a qual assentará o projeto final.

- **Programa**

Considerando que o programa é um esboço constituído pelas intenções gerais para a área de intervenção, recorreremos a esboços escritos e/ou desenhados (ver pág. 67), onde se prevê que fique fechado o conceito e definidas as diferentes espacialidades, funções e linhas estruturantes, resultando este no "esqueleto" do nosso desenho final. Há que salientar que nesta fase serão definidas as possíveis soluções, discutidas e analisadas pelos elementos constituintes da equipa de projetistas e geridas em conformidade com as ambições do cliente, seja este um particular ou público.

- **Análise das condicionantes**

### **Matriz Projetual**

Consoante a complexidade do espaço e do programa e também a necessidade de articulação com outras necessidades, a matriz deverá contabilizar todas as questões intervenientes no processo a fim de definir a distribuição do trabalho, devendo contemplar:

- ✓ **Água:** Drenagem, rega.
- ✓ **Vegetação:** Estrato arbóreo, estrato arbustivo, subarbustivo e herbáceo, revestimento do solo.
- ✓ **Solo:** Terra viva.
- ✓ **Revestimentos:** Pavimentos
- ✓ **Elementos Urbanos:** Iluminação pública, mobiliário urbano, elementos de água, sinalética, pequenas intervenções (pérgola, bancadas ou outros elementos construídos no local), segurança.

A análise das condicionantes e potencialidades intervenientes no processo será crucial para que haja um verdadeiro reconhecimento de quais as especialidades que terão de

ser contempladas em todo o projeto de execução, sendo direcionadas para as respectivas especialidades sempre que não haja autonomia por parte do responsável para executar as cláusulas técnicas e os desenhos adjacentes na sua perfeição.

- **Projeto de Execução**

Chegado à fase do projeto de execução subentende-se um programa totalmente finalizado, onde serão efetuados alguns ajustes caso necessário, mas sempre respeitando os vetores conceptuais que direcionaram o evoluir de todo o trabalho de equipa. Esta fase será ainda essencial na definição de um compromisso de validação daquilo que for a evolução do trabalho, garantindo a perfeita materialização da obra, prevenindo anomalias, respeitando o orçamento e assegurando que a mesma decorre de acordo com o proposto inicialmente no desenho de projeto.

Finalizado o trabalho, será organizada uma pasta onde serão dispostos todos os documentos em que o projeto de execução se desmembra, composta pelo conjunto de peças, escritas e desenhadas, que perfazem o todo, nomeadamente:

- **Peças escritas**

As peças escritas constituem elementos que detalhadamente nos fornecem, juntamente com as peças desenhadas, a informação escrita do projeto, constituindo uma abordagem global a todas as vertentes do mesmo. Abrangem questões relacionadas com a formalidade e conceptualização do desenho, metodologia de execução geral e pormenorizada, contabilização dos materiais necessário e custos possíveis.

Este elemento é fundamental para que o resultado final seja o mais fiel possível ao definido inicialmente, entendendo-se o mesmo como a maior e mais segura salvaguarda do projetista, no entanto, incorretamente, muitas das vezes na fase de obra são declinadas. O mesmo desmembra-se em quatro peças chave:

- a. Cláusulas Técnicas de Execução**<sup>49</sup> (consultar anexo 1)
- b. Memória Descritiva**<sup>50</sup> (consultar anexo 2)
- c. Orçamento**<sup>51\*</sup>
- d. Mapa de quantidades**<sup>52\*</sup>

\*Peças encomendadas a empresa privada.

- **Peças desenhadas:**

As peças desenhadas ilustram de forma detalhada todos os elementos descritos na peça escrita "Especificações técnicas de execução", corroborando com as mesmas. São utilizadas muitas vezes para um melhor entendimento daquilo que é pretendido, sendo, por experiência, as peças mais consultadas enquanto decorrem os trabalhos de execução na obra<sup>53</sup>.

---

<sup>49</sup> Documento em que são descritas todas as técnicas de implementação que preconizam o trabalho a realizar assim como qual o tipo de material, categoria, qualidade, dimensão, entre outros.

<sup>50</sup> Documento onde está especificada toda a conceptualização do trabalho e onde é realizada uma descrição da metodologia e organização do projeto.

<sup>51</sup> Documento descritivo do preço de todas as atividades e materiais.

<sup>52</sup> Peça onde são quantificados todos os materiais necessários, características e dimensões, assim como todos os processos que sejam necessários contabilizar e que tenham um custo associado.

<sup>53</sup> Este conjunto em regra engloba pelo menos as seguintes peças desmembra-se em variados elementos:

- ✓ Levantamento topográfico (consultar anexo 3);
- ✓ Planta de estaleiro (consultar anexo 4)
- ✓ Plano geral (consultar anexo 5);
- ✓ Planta de Amarelos e Vermelhos (consultar anexo 6);
- ✓ Plano de Modelação (incluindo perfis) (consultar anexos 7, 8 e 9);
- ✓ Plano de Modelação e decapagem (consultar anexo 10)
- ✓ Planta de Pavimentos (incluindo pormenores construtivos) (consultar anexos 11, 12, 13, e 14);
- ✓ Plano de Plantação e revestimentos (consultar anexo anexos 15 e 16);
- ✓ Pormenor construtivos (Estruturas de ensombramento, elementos de água) (consultar anexos 12, 13 e 14)
- ✓ Plano de Rega
- ✓ Planta de mobiliário urbano

Complementarmente o contato com outras especialidades pode implicar a incorporação de outros elementos mais técnicos.

### **3. PROJETOS DESENVOLVIDOS**

### **3.1. Miradouro Do Bairro Do Alvito**

### 3.1.1. Introdução

O miradouro do bairro do Alvito foi o projeto desenvolvido em parceria com o arquiteto paisagista João Castro e com a arquiteta Sofia Andrade<sup>54</sup>.

Ao longo de todo o processo foram estudadas várias opções projetuais que respondessem ao programa pré-existente definido pelo coordenador e pelo Diretor Municipal<sup>55</sup>, onde se previam:

- O desenho de um anfiteatro, como zona de lazer e recreio livre;
- A instalação de um Quiosque modelo República II, já utilizado em outros parques, jardins e miradouros da cidade.

### 3.1.2. Análise

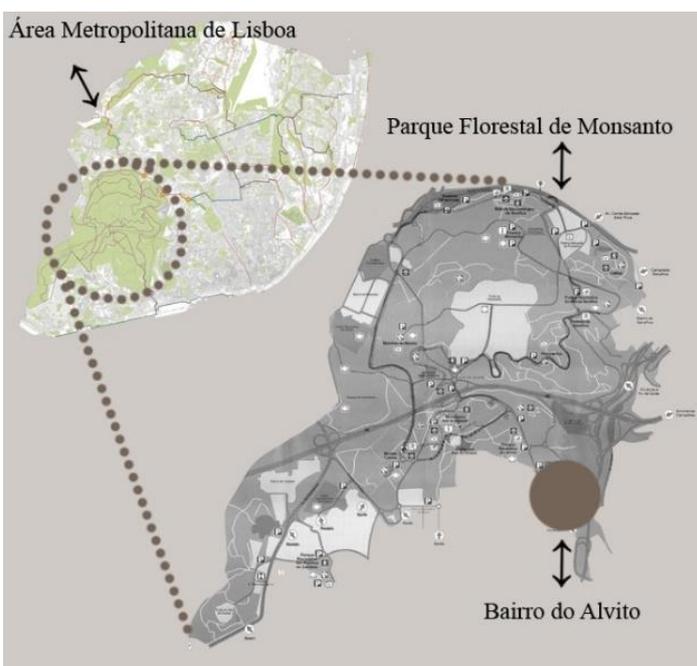


Ilustração 13-Localização do Parque Florestal de Monsanto na área metropolitana de Lisboa.

O projeto do miradouro enquadra-se no bairro do Alvito, na cidade de Lisboa mais concretamente Parque Florestal de Monsanto<sup>56</sup> que - com uma área extensa de cerca de 900 ha, e constituído por múltiplas áreas de mata densa e diversas espécies - desempenha um papel fundamental como "pulmão verde" na cidade de Lisboa. Veja-se a sua importância na identificação do

corredor de Monsanto (ver pág. 53).

A oferta de diversas ambiências criadas pelas diversas e por vezes antagónicas formações arbóreas - como é o caso do contraste entre a clareira e a mata cerrada - fazem deste lugar um exemplo particularmente interessante do ponto de vista paisagístico.

<sup>54</sup> Responsável pela estrutura instalada no local, o quiosque

<sup>55</sup> Eng.º Ângelo Mesquita

<sup>56</sup> Camara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Parque Florestal de Monsanto*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/parque-florestal-de-monsanto> [acedido a 17 de abril de 2017].

As aberturas visuais amplas para a cidade histórica e Rio Tejo (ver figura 14), o contacto com a natureza e com o meio ambiente, a sustentabilidade deste sistema, tornam o PFM um local de recreio passivo diferenciado e um elemento fundamental da estrutura verde da cidade de Lisboa. Ele oferece ao utilizador uma série de trilhos para a prática do BTT, de áreas destinada à escalada e à prática do skate, um parque de merendas, desenhados de forma adaptada à realidade do lugar e que funcionam como opções de lazer e desporto para grande diversidade de utilizadores.

A oferta lúdico-desportiva, inserida no programa "O Parque, uma Floresta Escola", é um exemplo de uma preocupação de educação ambiental onde se pretende valorizar uma consciência cidadã e fomentar o gosto e o interesse pelas questões ambientais e a biodiversidade.

O facto do PFM ter sido distinguido com a Certificação da Gestão Florestal no âmbito do FSC (Forest Stewardship Council), uma das certificações mais importantes a nível mundial, potencia um empenho particular na manutenção e gestão desta área.

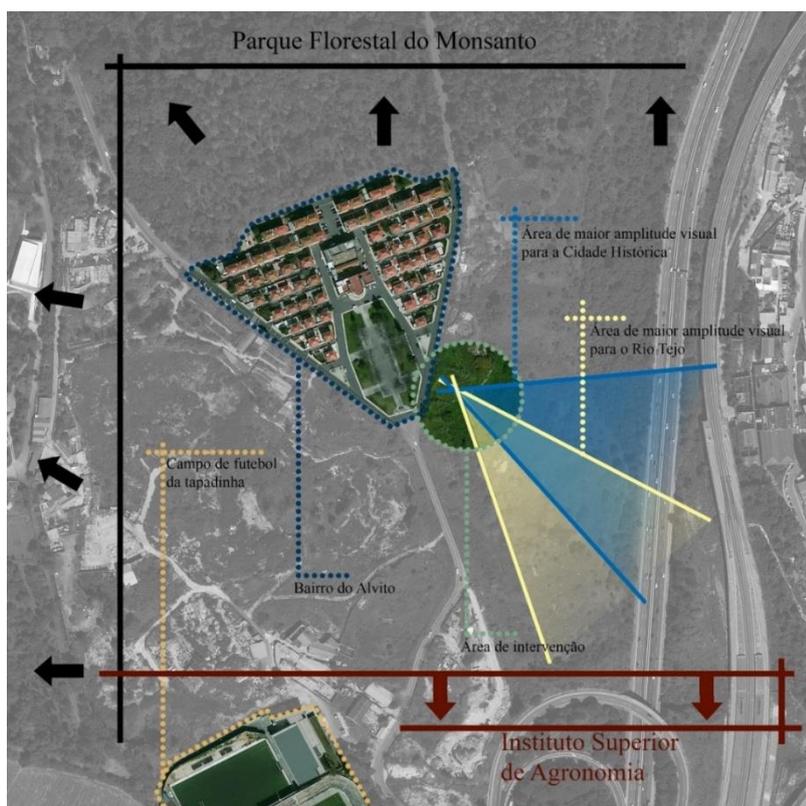


Ilustração 14- Mapa de análise de condicionante e vistas



*Ilustração 15-Localização da área de intervenção | Miradouro do Bairro do Alvito, onde se observa a sua configuração triangular.*

Sobre o Bairro do Alvito, projetado em 1937 pelo Arquiteto Paulino Montez, e inicialmente designado por Bairro Oliveira Salazar, destacaria a sua arquitetura modernista. A planta do bairro apresenta uma configuração triangular (ver figura 15) tendo como principais equipamentos comunitários uma Escola Primária, que atualmente serve de sede ao Teatro “A Lanterna Mágica” e uma Biblioteca Municipal.

A área de intervenção encontra-se situada a Este do mesmo e caracteriza-se por estabelecer uma relação particularmente interessante com a sua envolvente, permitindo ao

utilizador quer o contacto intimista com a natureza e uma vista privilegiada para o Tejo.

À data do presente relatório a área integra um projeto não finalizado da autoria da Arquiteta Paula Saraiva, o que obrigou a aprofundar de forma mais detalhada e articulada, o desenho desta área tendo a DMEVAE sido contactada para prestar esse serviço.



*Ilustração 16-Fotografia da vista para Norte tirada em cima do talude. Costas do miradouro | Miradouro do Bairro do Alvito*



*Ilustração 17-Fotografia da vista sobre o Tejo, tirada em cima da coroa do talude| Miradouro do Bairro do Alvito*

Nas várias visitas feitas ao local, verificamos que este se encontra visivelmente abandonado com uma exposição às condições eólicas e solares que o torna sensorialmente desagradável.

No que diz respeito às questões de segurança, o lugar apresenta falhas igualmente extensas, não existindo qualquer tipo de proteção para quem o frequenta, quer ao nível da iluminação quer nas guardas, o que deixa qualquer utilizador completamente exposto à área de contacto com a estrada que delimita a oeste o local.

A análise detalhada do lugar permitiu perceber que para além dos fatores que inibiam a fruição do local, a inexistência de equipamentos, infraestruturas e de um desenho limpo e intuitivo, não convidava o utilizador a ficar, olhar e viver o espaço, saboreando a maravilhosa vista que ali oferece sobre as margens do Tejo e Centro Histórico (ver figura 14 e 15).

### **3.1.3. Estudo Prévio**

O programa, previamente definido pelo Eng.º Ângelo Mesquita, tinha como linhas gerais a instalação de um quiosque, assim como a localização do mesmo.

Pretendia-se para o local um desenho atual, que definisse um anfiteatro onde se privilegiassem as relações visuais que a própria morfologia potencia no local- o carácter de miradouro natural que pré-existia no local.

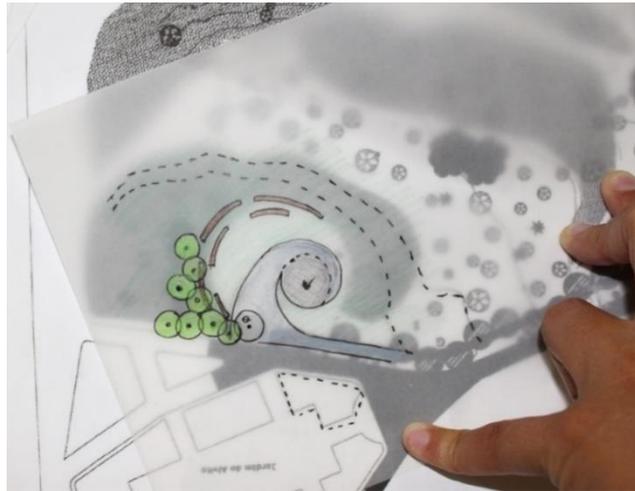
Foram desenhados vários estudos e esboços, onde o desenho procurou consolidar o programa já definido (implementação do quiosque e definição da sua localização) e dotar o local de outras características que o tornem convidativo, seguro e agradável, nomeadamente a implementação de um anfiteatro de linhas contemporâneas, introdução de novas massas que equilibrem a ação eólica e solar, a reestruturação dos caminhos e a formalização de uma praça.



*Ilustração 18- Fotografia Panorâmica da vista sobre o Tejo| Miradouro do Bairro do Alvito*

### **1º Esboço:**

A proposta baseia-se num modelo diferente de praça, promovendo o movimento do utilizador da entrada para o centro que por sua vez se situaria no ponto com uma melhor visibilidade para a vista que envolve a área de intervenção. Posteriormente concluiu-se que não seria uma boa solução por



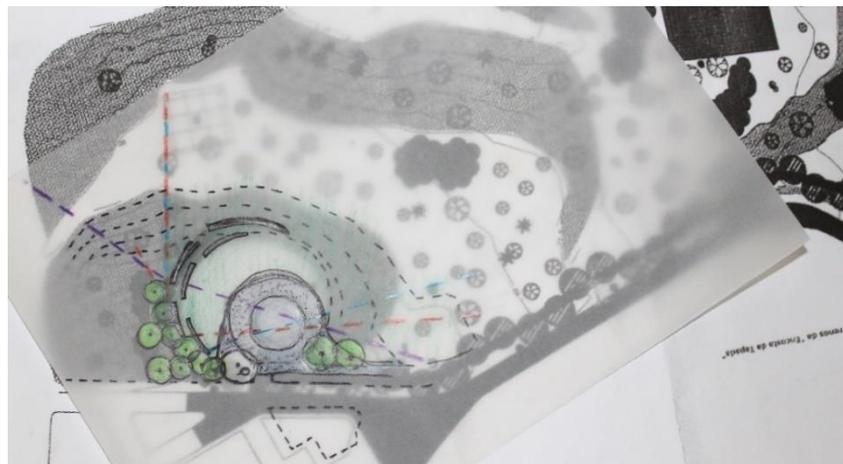
*Ilustração 19-Esboço nº1| Miradouro do Bairro do Alvito*

apresentar um desenho com formas pouco intuitivas que facilmente dificultariam a utilização do espaço por poderem confundir o utilizador (ver figura 19).

### **2º Esboço:**

Num segundo esboço (ver figura 20) ensaiou-se uma praça ligeiramente deslocada para oeste, coincidindo a mesma com o percurso existente que ladeia a área de intervenção.

A mesma foi revogada pois concluímos que para que as bancadas fossem harmonizadas seria provocado um desvio considerável do raio visual do espectador,



*Ilustração 20-Esboço nº2| Miradouro do Bairro do Alvito*

orientando o olhar para uma área com pouco interesse paisagístico.

Foram estudadas outras possibilidades com uma conceptualização idêntica, no entanto chegou-se à conclusão de que não só não resultava pelos motivos assinalados anteriormente como criaria uma série de conflitos nomeadamente na definição dos caminhos e da sua articulação com a praça e as bancadas.

### 3º e 4º Esboço:

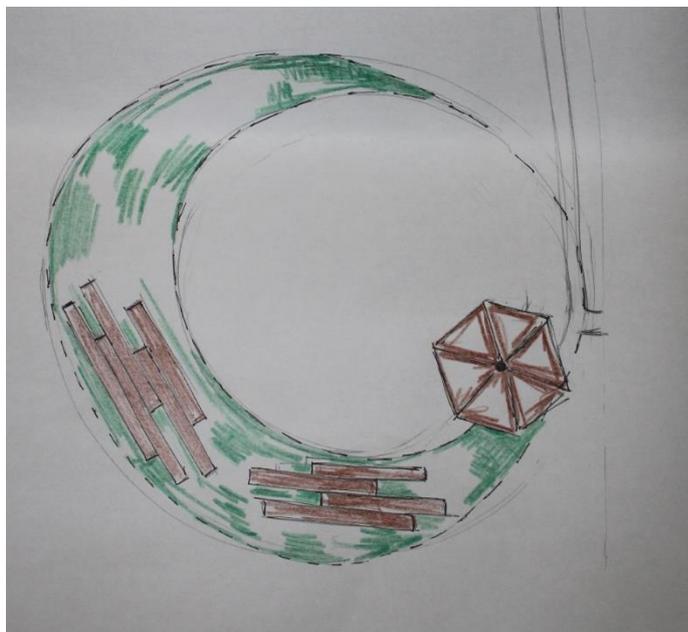


Ilustração 21-Esboço nº3| Miradouro do Bairro do Alvito

Partindo do pressuposto de que, fundamentalmente, a praça teria sempre de exercer o seu papel centralizador, foram estudadas várias formas para a mesma assim como qual a formalização que resultaria numa melhor integração das bancadas.

Neste caso o desenho decorre de dois conjuntos de bancadas, constituídas por quatro e cinco socalcos, de forma descontinuada

(ver figura 21).

Após análise do desenho concluiu-se que esta era uma péssima solução pois contrariava a verdadeira forma do terreno, que adquiria naturalmente uma forma oval, e que contribuía para a contestação de tudo o que tinha sido definido inicialmente, nomeadamente, um espaço naturalizado que respeitava as formas do terreno (ver figura 22).

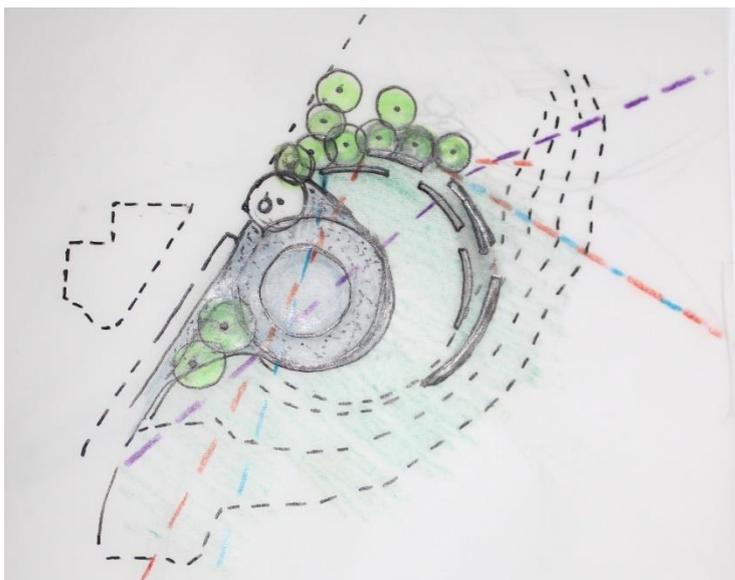


Ilustração 22- Esboço nº 4| Miradouro do Bairro do Alvito

### 5º, 6º e 7º Desenho:

O quinto esboço (ver figura 23) já apresenta uma estrutura de bancadas mais adaptada à fisionomia do terreno. No entanto a formalização da escadaria que dava acesso às mesmas apresentava-se muito rígida, contrariando mais uma vez os conceitos de articulação e integração que desde sempre defendemos para este projeto.

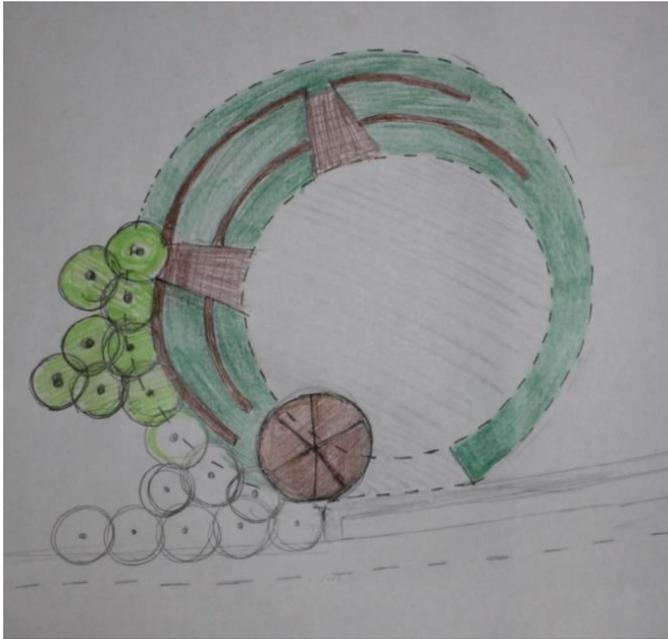


Ilustração 23-Esboço nº 5| Miradouro do Bairro do Alvito

Após várias tentativas de integração da escadaria (ver fig. 24 – 25) que daria acesso às bancadas do anfiteatro concluímos que seria necessário retirá-las por as mesmas teriam uma altura máxima de 40 cm, estando o acesso a pessoas com mobilidade reduzida assegurado pela bancada de baixo.

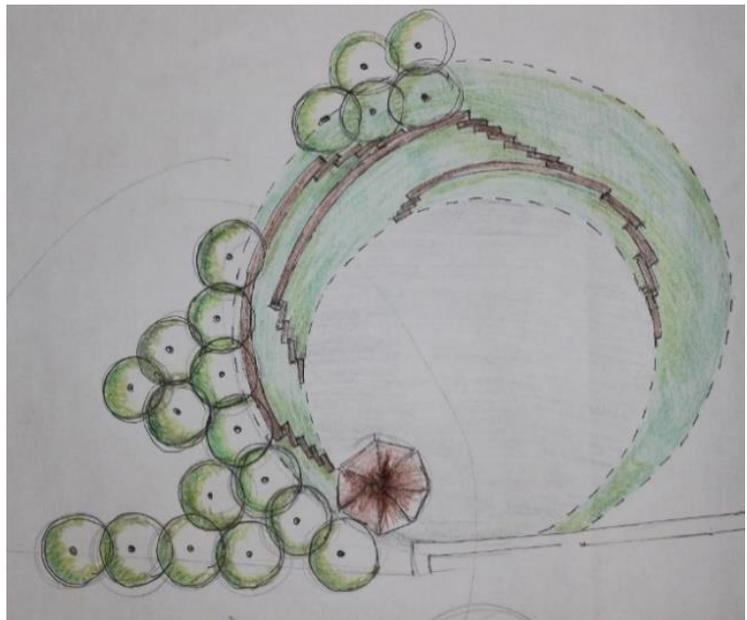


Ilustração 24- Esboço nº 6| Miradouro do Bairro do Alvito



A proposta final, tal como podemos ver no plano geral (ver figura 27), tem como objetivo a conceção de um espaço de estadia e lazer, definido através da formalização de um anfiteatro naturalizado, que responda e contemple todos os aspetos de natureza estética, funcional, técnica e económica, resultando desta forma num local adaptado às necessidades dos futuros usos



Ilustração 27-Plano geral| Miradouro do Bairro do Alvito| Respetiva legenda na figura 35

quer em conforto quer em segurança. Pretende-se ainda

uma inteira integração paisagística através da sua articulação com a malha urbana e a paisagem envolvente.



Ilustração 28-Legenda do plano geral| Miradouro do Bairro do Alvito

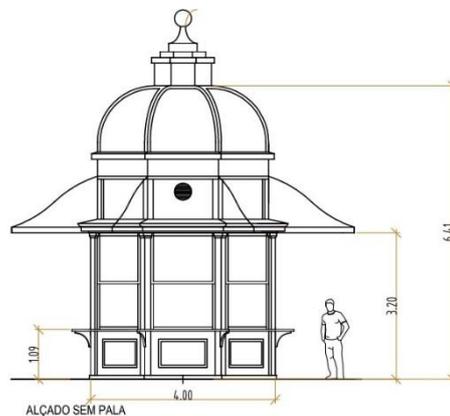
O conceito e desenho do projeto surge desta forma fortemente ancorado a uma ideia de simplicidade e integração paisagística, e assumindo as características que reconhecemos a uma paisagem envolvente. Por este mesmo motivo a solução adotada para contrariar a formalidade da praça, foi desenhá-la ligeiramente mais achatada, adquirindo a mesma uma forma oval - estrutura que melhor potenciava o seu carácter de miradouro natural - e as três bancadas surgem ‘amarradas’ à mesma diluindo-se no terreno de forma a conseguir uma maior continuidade com a topografia em que se inscreve (consultar anexo 6 e anexo 7).

Será privilegiada a continuidade visual com a área envolvente, nomeadamente com o Rio Tejo e o centro histórico da cidade de Lisboa, através do posicionamento meticuloso e preciso não só das bancadas do anfiteatro como de toda vegetação

arbórea, que cria aberturas visuais em pontos estratégicos, potencia a função de miradouro e contrariando a disposição em terreiro.

Numa orientação espacial de Norte para Sul, o Plano geral inclui 3 espacialidades distintas:

1. O anfiteatro (consultar figura 30);
2. O quiosque (consultar figura 29 e anexo 17);
3. A praça (consultar figura 30). O modelo do quiosque escolhido foi o "República II", quiosque característico do final do séc. XIX, princípio do séc. XX, de linhas arquitetónicas clássicas, constituído



por uma estrutura em perfis metálicos, preenchida por painéis opacos fixos e vãos de porta e de janela. O modelo encontra-se provido de pala de ensombramento, tal como se pode confirmar na figura 36. A introdução deste elemento promove o convívio e a estadia no espaço, respondendo a necessidades pontuais dos possíveis frequentadores do espaço.

Ilustração 29-Modelo Quiosque República II. FONTE: Catálogo FABRIGIMNO | Miradouro do Bairro do Alvito

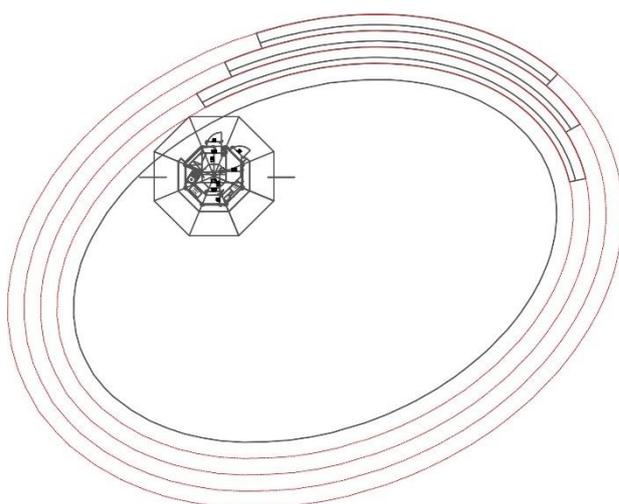


Ilustração 30-Desenho técnico da praça | Miradouro do Bairro do Alvito

constituirão os socalcos que formalizam as bancadas.

O desenho da praça assim como o das bancadas que formalizarão o anfiteatro, será de composição simples, tendo ambos o mesmo modelo de base, que procura um encaixe perfeito entre os diferentes elementos. O mesmo será desenvolvido através da criação de um sistema de linhas paralelas entre si, das quais a mais interior será a linha que desenha o perímetro da praça, e as que se desenvolvem paralelamente

A dimensão de cada bancada procura explorar a sua abrangência visual, tendo comprimentos diferentes, permitindo ao anfiteatro integrar-se na encosta. Veja-se a sua pormenorização na figura 30 e nos anexos 13 e 14.

O sistema de pavimentos compreenderá apenas duas matérias a gravilha negra, que será aplicada na área definida no plano de pavimentos (consultar anexo 11) mais propriamente na praça central do projeto e as traves de madeira maciça, aplicadas na área de bancada formal.

A escolha de apenas um pavimento para os percursos prende-se com o objetivo alcançar um desenho limpo, simples e de rápida leitura. Não se verifica por outro lado, a necessidade de diferenciar ou hierarquizar os mesmos, razão pela qual os mesmos serão formalizados com o mesmo material adotado para pavimentação da praça.

A eleição do material, gravilha negra de origem basáltica foi feita não só por forma a não menosprezar as intenções do projeto anterior, respeitando assim a prévia escolha do mesmo, mas também porque a tonalidade mais escura diminui a reflexão do pavimento e, conseqüentemente, conduz o nosso olhar para aquilo que é verdadeiramente belo, neste caso, a vista fabulosa com que somos privilegiados quando nos encontramos no local. Nas áreas de aplicação deste pavimento o solo foi modelado por forma a suavizar o declive, permitindo que a gravilha se mantenha.

Para formalizar uma separação discreta entre o pavimento da área da praça e o prado que o circunda foram estudadas várias hipóteses, ficando a seleção final reduzida a duas finais que nos pareceram as mais apropriadas - a implantação de um perfil metálico em "L" com fundação em betão e/ou a utilização de um lancil em alumínio, veja-se o anexo 12. A segunda, porém, pareceu-nos ser a mais apropriada, por considerarmos ser um material mais discreto, de longa durabilidade, de fácil implementação e fixação cuja aplicação dispensa trabalhos maiores, (fundações).

A plantação das espécies arbóreas propostas desenvolver-se-á segundo uma linguagem mais orgânica, veja-se o anexo 15, que contraria a rigidez da praça e se harmoniza com a vegetação envolvente. Foi definido ainda um alinhamento arbóreo que é desenhado paralelamente à estrada fazendo a transição de uma malha mais urbana para a uma organização mais orgânica.

Com base neste critério a vegetação é utilizada com o objetivo de proporcionar diferentes ambiências, tendo sido utilizadas espécies que pelas suas características e

exigências edáfo-climáticas, se adaptam com uma facilidade aceitável às características da região.

Respeitando a linguagem que o próprio Parque Florestal do Monsanto nos impõe, e considerando o conceito chave deste projeto, as espécies adotadas foram:

- *Pp- Pinus pinea*, com um PAP de 14-16cm;
- *Eg- Eucalyptus globulus*, com um PAP de 14-16cm;
- *Ef- Eucalyptus ficifolia*, com um PAP de 14-16cm
- *Pni- Populus nigra vr. italica*, com um PAP de 14-16cm
- *Css- Cupressus sempervirens vr. sempervirens*, com um PAP de 14-16cm

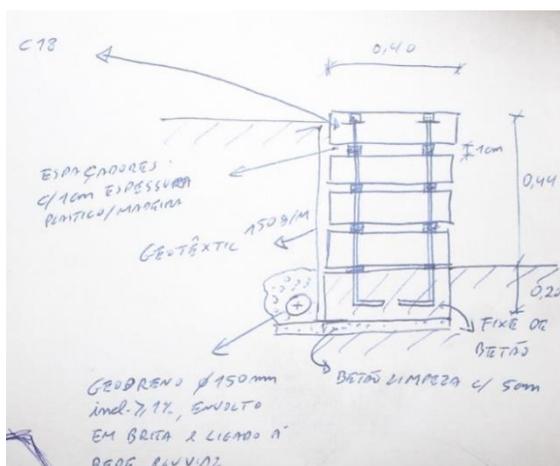
A introdução de exemplares com este porte, integrados e articulados não só com as pré-existências assim como também com as vistas de maior interesse, tem como objetivo não só a criação de um espaço mais intimista, resguardado e protegido como a criação de uma multiplicidade de ambiência que leve o utilizador a percorrer o espaço em toda a sua extensão.

O prado de sequeiro será utilizado em toda a área restante (consultar anexo 16), excetuando as áreas pavimentadas. A mistura será composta por *Lolium perenne* “brighstar”, *Poa pratensis* “bluestar”, *Festuca rubra tricoopyla*, *Festuca arundinacea* “silverado” e *Festuca arundinaceae* “matador”, da A. Pereira Jordão. A escolha desta tipologia de prado está intimamente ligada à autonomia, plasticidade e autossuficiência que queremos que perpetue no local.

O anfiteatro, perfeitamente integrado e articulado com o desenho da praça, será composto por três bancadas, onde o assento será em madeira de pinho tratado, escolhido pela sua nobreza e nacionalidade. Esta peça técnica foi talvez a que careceu de maior estudo pois a técnica adotada nunca tinha sido utilizada anteriormente, tendo sido crucial a ajuda do Engenheiro Civil Ricardo Alves, que forneceu um auxílio muito importante em todo o processo.

## Solução I:

Esta solução consistia num sistema de sobreposição das tábuas de madeira, unidas verticalmente entre si por uma peça em plástico maciço, (veja-se a figura 31) potenciando assim a circulação do ar que resultaria numa maior respirabilidade dos materiais, prolongando a sua durabilidade. Em cada ancada seria



instalado um geodreno por forma a assegurar a drenagem do sistema.

Ilustração 31-Solução I de aparafusamento| Miradouro do Bairro do Alvito

Apesar de ser uma solução inovadora não foi a eleita pela possibilidade de acumulação de resíduos nos espaços entre tábuas poder potenciar a sua deterioração, contrariando aquilo que inicialmente se tinha pensado, e, também, porque o resultado estético final não era o pretendido inicialmente pelo grupo de trabalho. Outro dos fatores também determinante para o abandono desta ideia foi o facto de a nível orçamental não ser viável, pois implicava a instalação de geodrenos em todas as bancadas.

## Solução II:

A segunda solução, ilustrada pela figura 32, surge da adaptação da primeira, e pretende a sobreposição de quatro tábuas de madeira, não espaçadas entre si. A fixação entre as tábuas será efetuada com recurso à utilização de um varão rocado, com um perfil em "L", que será posteriormente fixado numa estrutura de betão. Para que o trabalho seja concretizado na perfeição a perfuração

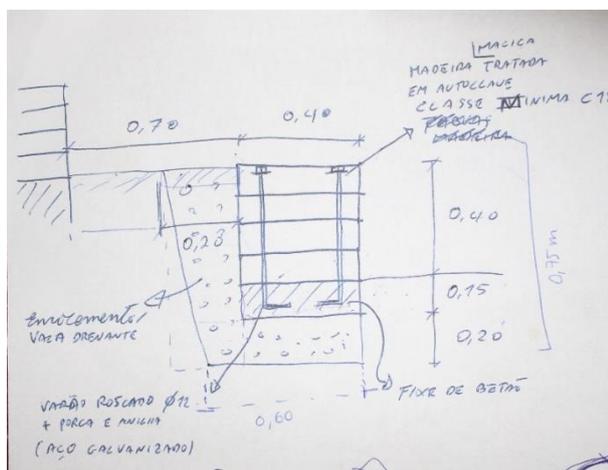
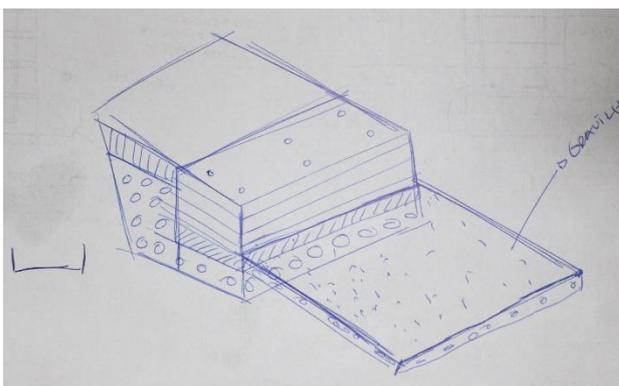


Ilustração 32-Solução II de aparafusamento| Miradouro do Bairro do Alvito

de cada peça tem de ser manuseada de forma minuciosa, em 6 pontos igualmente espaçados entre si. A drenagem será garantida através da construção de um enrocamento em vaza drenante apenas na bancada que apresenta das cotas mais baixas.



*Ilustração 33-Solução final de bancadas | Miradouro do Bairro do Alvito*

O espelho de cada bancada deverá apresentar uma altura de 0,40 m - constituído por quatro tábuas cada uma com a altura de 0,10m - para que não ofereça grande dificuldade na sua subida e para que o enquadramento na envolvente seja o mais singelo possível (consultar anexos 12 e 13).

As bancadas deverão apresentar um compasso regular, sendo executadas em segmentos de 1.50m em 1.50m, respeitando desta forma ao máximo a curvatura do arco que formaliza o anfiteatro.

Com o objetivo de assegurar todas as questões relacionadas com a visibilidade e segurança do espaço, particularmente no período noturno, a solução adotada no que toca à iluminação restringe-se à implementação de um único candeeiro, nomeadamente uma coluna constituída por vários projetores, cuja luz emitida abrangerá o espaço na sua totalidade, sem que a vista seja comprometida, sendo respeitadas desta forma todas as intenções projetuais anteriormente descritas.



*Ilustração 34-Corte I\_ Miradouro Bairro do Alvito*



*Ilustração 35-Corte II\_ Miradouro Bairro do Alvito*

### **3.2. Envolvente do Edifício do Entrepasto**

### 3.3.1. Introdução

O presente projeto tem como área de intervenção à envolvente do edifício do Entrepasto, onde atualmente funcionam parte das instalações da Câmara Municipal de Lisboa.

A iniciativa surge de uma necessidade premente em melhorar as condições de trabalho daqueles que diariamente habitam este espaço, expostos horas a fio a um ruído ensurdecedor e uma poluição intensa. À má qualidade do ar e ao perigo do contacto com os gases emitidos, junta-se uma experiência visual pouco aprazível.

O processo foi iniciado por uma equipa constituída por três Arquitetos Paisagistas: João Castro, Gisela Costa e o Estagiário João Neves que acabei por substituir a quando do término do seu estágio.

### 3.3.2. Análise

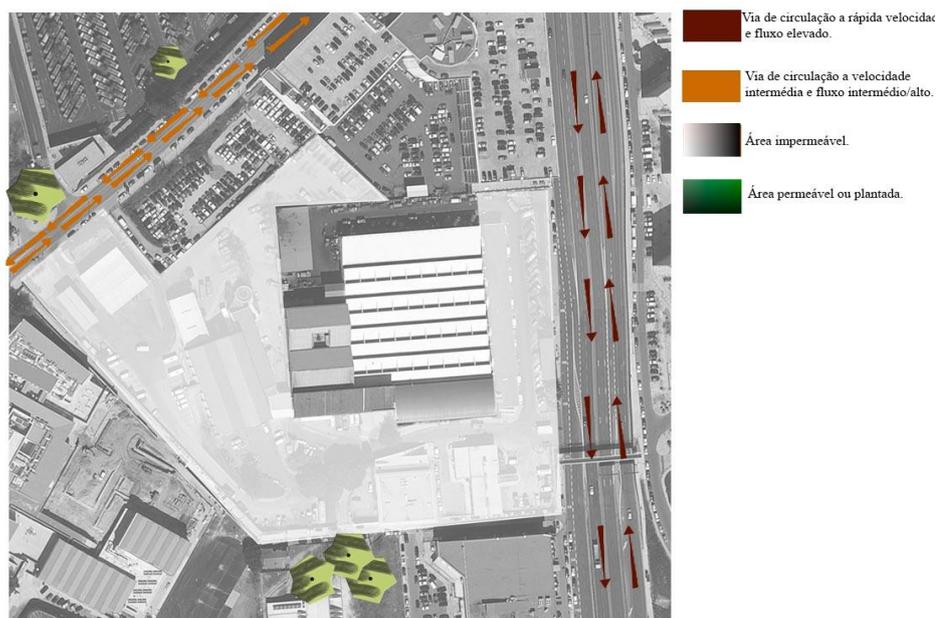


A área de intervenção deste projeto situa-se nos Olivais (ver figura 36), mais propriamente entre a Avenida Infante D. Henrique e a Azinhaga/ Quinta das Courelas, inserindo-se no Corredor Verde dos Olivais (ver pág. 44).

Ilustração 36-Localização na área metropolitana de Lisboa | Edifício do entreposto

A área de intervenção corresponde não só á envolvente do edifício do Entrepasto, mas também a todos os espaços intersticiais criados pela presença de outros edifícios de apoio – cantina (ver figuras 36 e 37 e anexo 18), armazéns de resíduos e posto de abastecimento e lavagem automóvel. Atualmente funcionam aqui parte dos serviços da CML e tal como se pode observar na figura, a circulação automóvel em torno do edifício torna-se intensa, podendo muitas vezes interferir no quotidiano dos trabalhadores.

#### Análise da Envolvente



*Ilustração 37-Sistema de Circulação | Edifício do Entrepasto. A presente imagem encontra-se em maior formato no anexo 18*



*Ilustração 38-Entada poente | Edifício do Entrepasto*



*Ilustração 39- Cantina I | Edifício do Entreposto*



*Ilustração 40- Cantina II | Edifício do Entreposto*



*Ilustração 41-Parque de estacionamento adjacente à entrada nascente\_ Vista 1| Edifício do Entreposto*



*Ilustração 42-Parque de estacionamento adjacente à entrada nascente\_ Vista 2| Edifício do Entreposto*



*Ilustração 43-Entrada nascente | Edifício do Entreposto*

Debater o desenho e projeto com o nosso cliente revelou-se um processo bastante útil nesta fase, pois só através do contacto com a população que frequenta ativamente o local foi possível identificar os verdadeiros problemas, e identificar as situações e zonas de conflito inicialmente entendidos como meros pormenores.

A caracterização geral da área permite identificar alguns problemas, nomeadamente:

- Priorização inequívoca da circulação automóvel, em detrimento da circulação pedonal. Os espaços onde a segunda é preconizada praticamente não existem ou encontram-se em péssimas condições e estado de conservação.
- Existência de situações de conflito que traduzem um mau desenho do espaço e podem gerar acidentes graves de trabalho, tal como podemos verificar na figura 44:

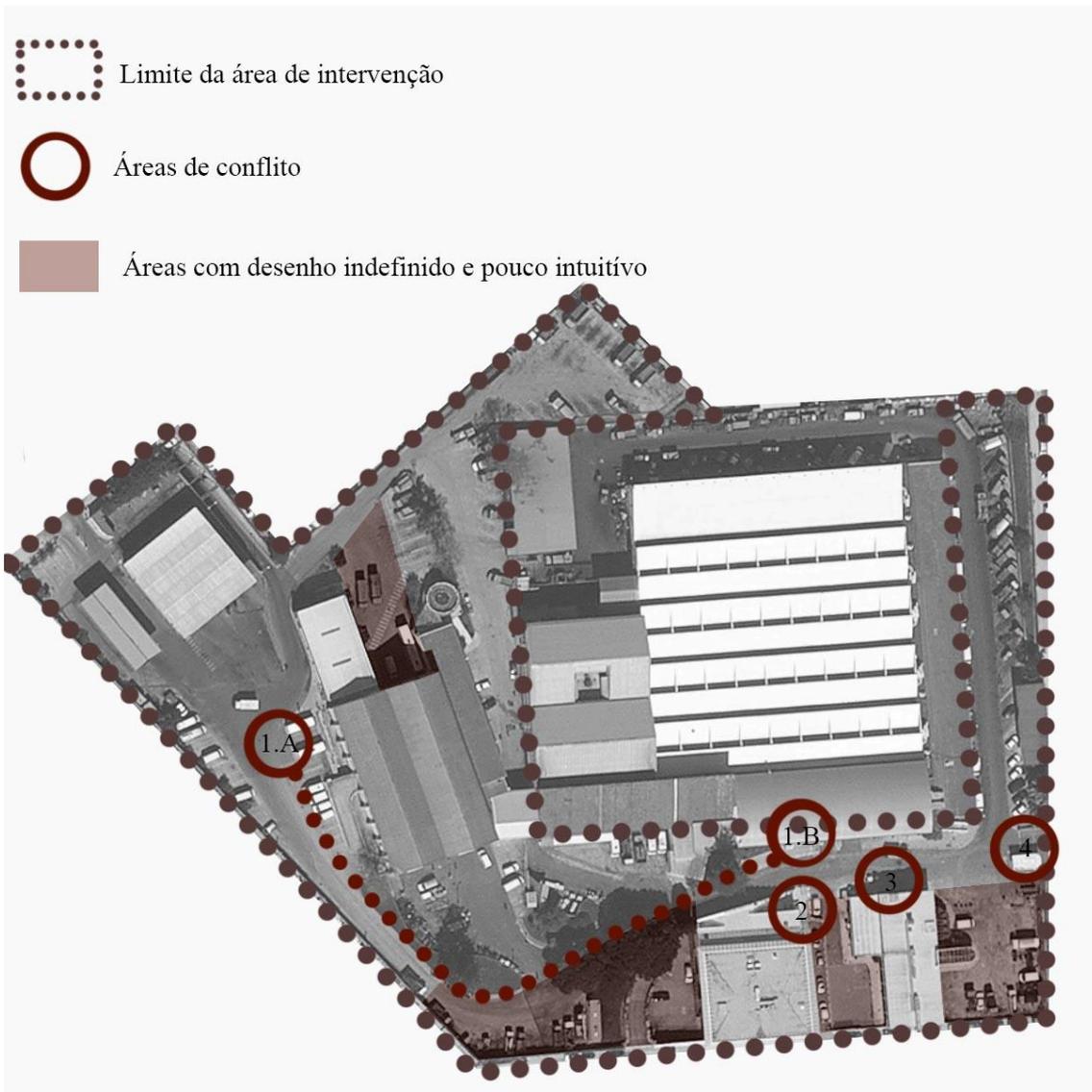


Ilustração 44 - Mapa de conflitos | Edifício do Entrepasto

- Área de conflito 1- Via de largura exagerada, de circulação indefinida, sem proteção para os peões.
- Área de conflito 2- Área de cargas e descargas, entrada para escadaria e entrada de peões.
- Área de conflito 3- Área de passagem para refeitório e utilizada para estadia por estar à sombra.
- Área de conflito 4- Área de saída e entrada de automóveis e de prestação de informação a funcionários.

Todas as áreas apresentam um desenho indefinido ou pouco intuitivo

- Existência de inúmeras situações onde a circulação não está definida mas que, no entanto, as condições existentes convergem para que automaticamente o condutor assumira que a prioridade é sua, e que o peão intua o procedimento da mesma forma, existindo por isto uma grande propensão para acidentes.
- O estado do piso nas zonas de circulação rodoviária encontra-se igualmente desgastado, tornando-se bastante inseguro nas alturas em que o piso está molhado, quer porque choveu quer porque houve algum derramamento de material proveniente das bombas de gasolina situadas na zona de cotas mais altas da área de intervenção.
- Toda a área se caracteriza por ser extremamente impessoal, fragmentada, não existindo áreas de estadia e lazer assim como elementos de ligação e continuidade que ocupem os vazios entre os elementos do edificado, dando total protagonismo a edifícios que por si só são exemplos de uma arquitetura pouco agradável e nada adequada para o local e função.

### **3.3.3. Estudo Prévio:**

Após uma breve apresentação onde foram expostos quais os objetivos e o âmbito do projeto conclui-se que do ponto de vista funcional, o plano geral (ver anexo 19 e 20 e figura 45) integraria - A melhoria considerável da funcionalidade e dignidade dos espaços envolventes, disciplinando a circulação não só das pessoas, mas principalmente dos veículos, estruturando uma rede pedonal qualificada.

- A criação de zonas de estadia e lazer que fomentem o equilíbrio das zonas pavimentadas e edificadas conferindo-lhes um maior enquadramento.
- Introdução de material vegetal nomeadamente, arbóreo e arbustivo, nas áreas de estacionamento, promovendo uma reorganização mais equilibrada de toda a área. As espécies eleitas serão autóctones ou adaptadas às condições edafo-climáticas do local.
- Serão ainda requalificados todos os canteiros existentes e criados outros novos.

OLIVAIS II - Proposta para envolvente do edifício do Entreposto



Ilustração 45- Painel de proposta final. A presente figura encontra-se em maior formato no anexo 20| Edifício do Entreposto

No que se refere aos materiais eleitos para consolidar a área de circulação automóvel, as zonas destinadas ao estacionamento e as zonas mistas, adotou-se o cubo de granito, garantindo uma uniformidade na solução, sendo que no remate com a zona pedonal, será desenhada uma valeta de cubos que permitirá suprimir o lancil existente (ver figura 46).



Ilustração 46- Exemplo figurativo do remate em valeta em cubo de granito| Créditos fotográficos: Gisela Costa

Nas zonas mistas, (tanto da circulação automóvel como da circulação pedonal), apesar da tipologia de pavimentação adotada ser a mesma, pelos motivos anteriormente apresentados, a separação será garantida com recurso á utilização de balizadores maciços em ferro. A largura da faixa de circulação automóvel será também reduzida, no sentido de induzir uma redução na velocidade.



*Ilustração 47-Exemplo figurativo das colunas em ferro | Créditos fotográficos: Gisela Costa*

O circuito unicamente pedonal será efetuado em betonilha branca, material já utilizado anteriormente em outras áreas da cidade e eleito por apresentar uma boa aderência física.

### **3.4. Encosta do Alto do Pina**

### 3.4.1. Introdução

O presente projeto, surge de uma iniciativa conjunta da CML com a Junta de Freguesia e pretende requalificar uma área abandonada. Neste processo a minha integração na equipa deu-se inicialmente, embora a minha saída tenha sido precoce, pois o desenvolvimento do processo não me permitiu ir além da fase de análise.

### 3.4.2. Análise

A área de intervenção situa-se na Freguesia da Penha de França, no Corredor Verde de Oriental (pág. 47), estando limitada a Norte pela Rua Barão Sabrosa e a Sul pela Rua Actor Vale, mais precisamente pela Escola Básica 1º Ciclo Actor Vale e do Jardim de Infância de S. João nº 2 (ver figura 48).

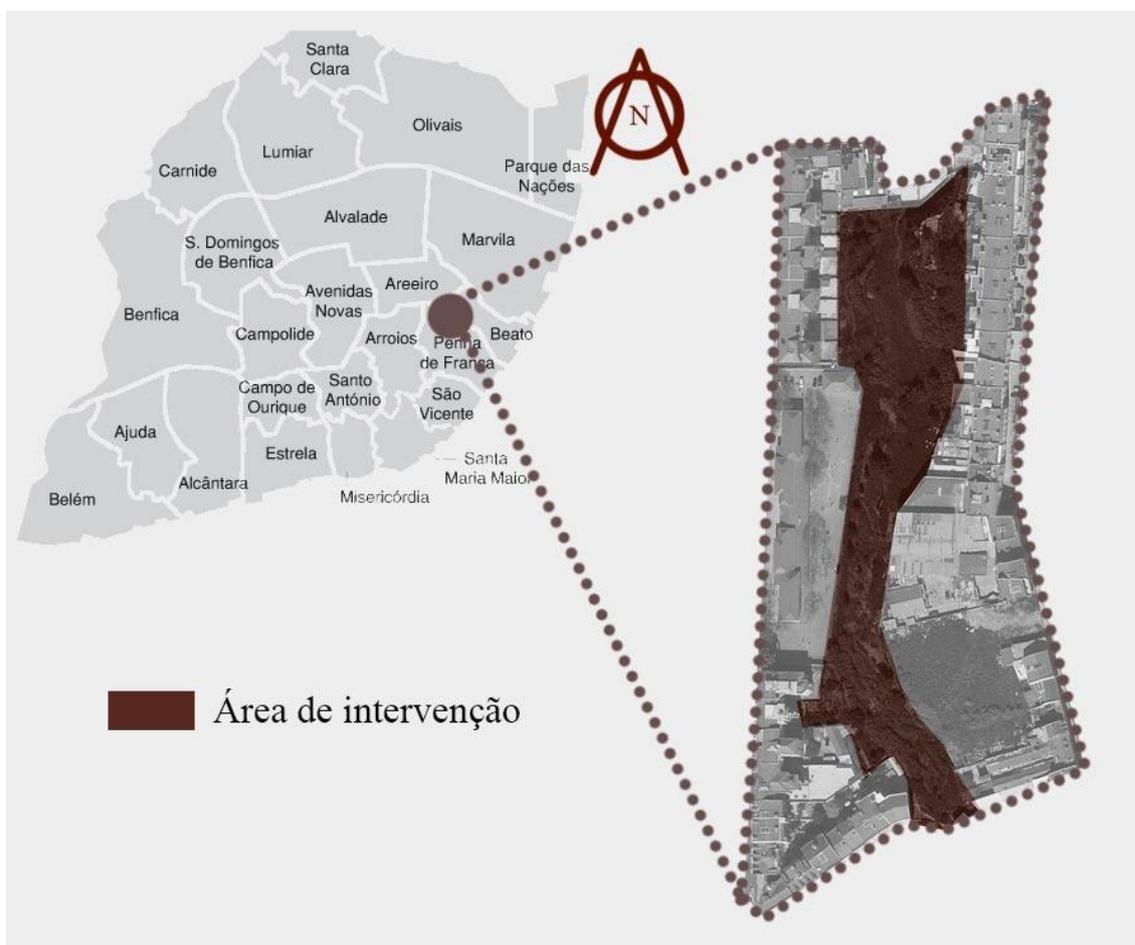


Ilustração 48 - Mapa de localização | Encosta do Alto do Pina

Apresenta como características mais evidentes o abandono a proliferação de lixo e entulho e observa-se um crescimento pouco controlado de vegetação. A mesma área, no entanto, oferece um declive bastante acentuado o que potencia uma vista absolutamente maravilhosa sobre a cidade de Lisboa (ver figura 46 e complementar com anexo 21), atribuindo-lhe uma situação de miradouro natural muito particular.

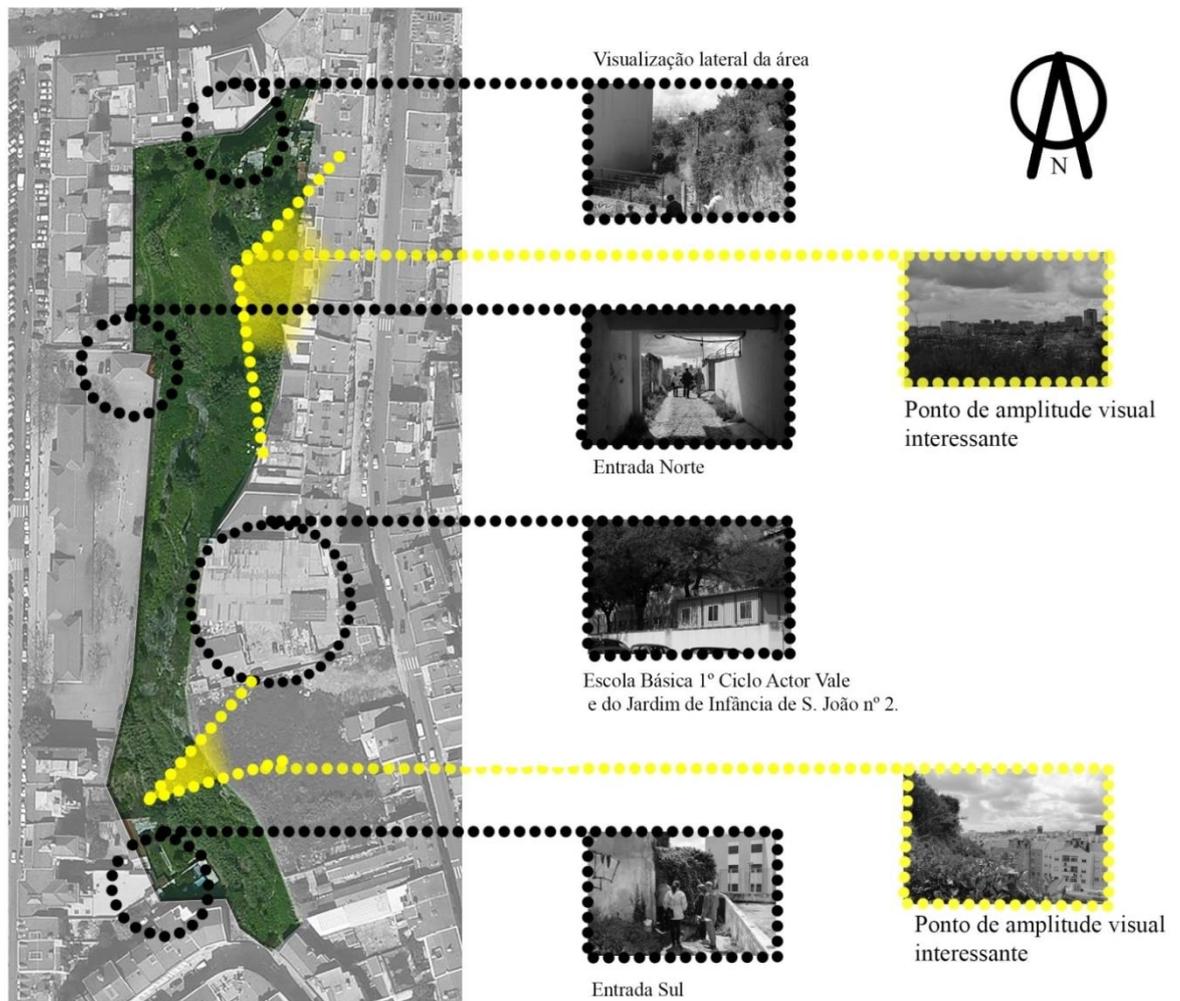


Ilustração 49- Mapa de discriminação de áreas. A presente figura encontra-se em maior formato no anexo 21| Encosta do Alto do Pina

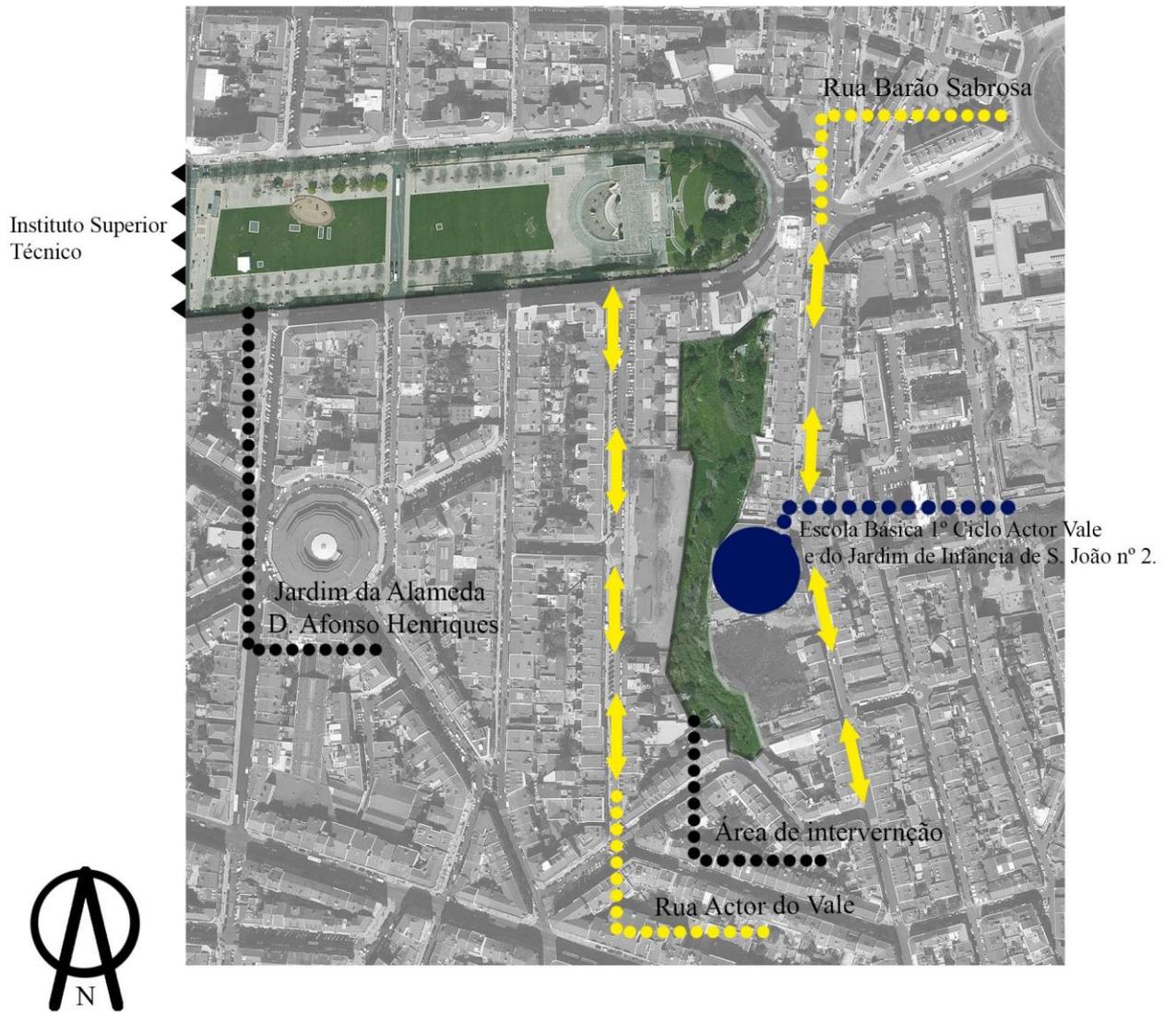


Ilustração 50-Análise da envolvente | Encosta do Alto do Pina



*Ilustração 51- Entrada Sul | Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 52- Entrada Sul área de intervenção | Encosta do Alto do Pina*



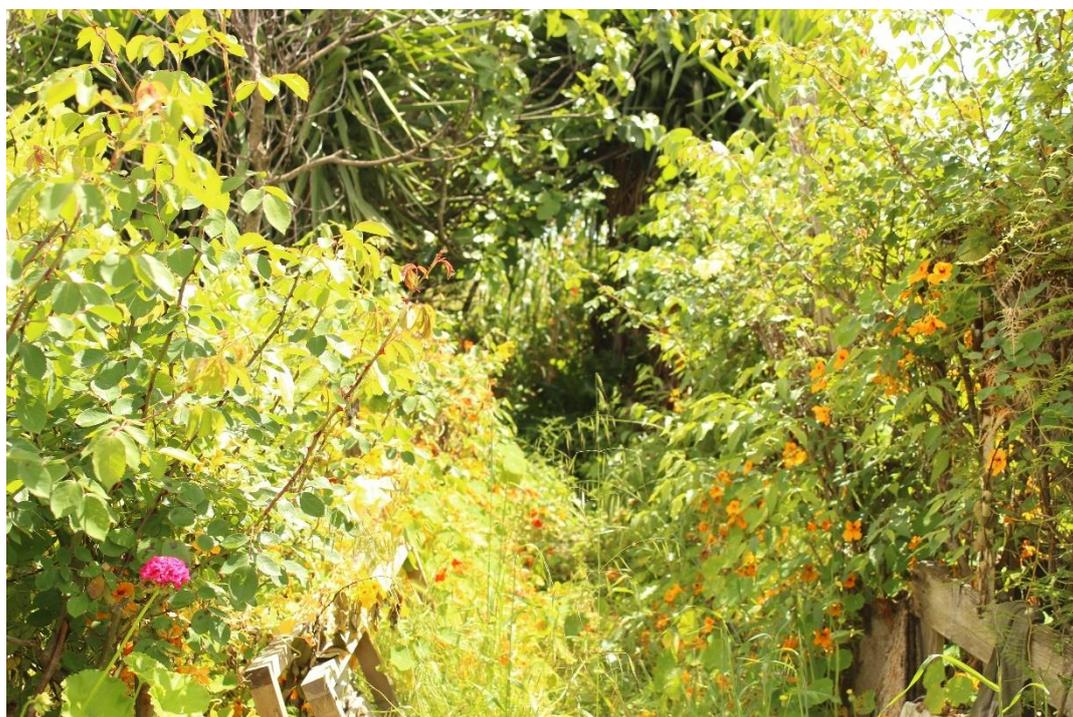
*Ilustração 53- 1º troço | Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 54- 1ºTroço | Vista sobre Lisboa | Encosta do Alto do Pina*

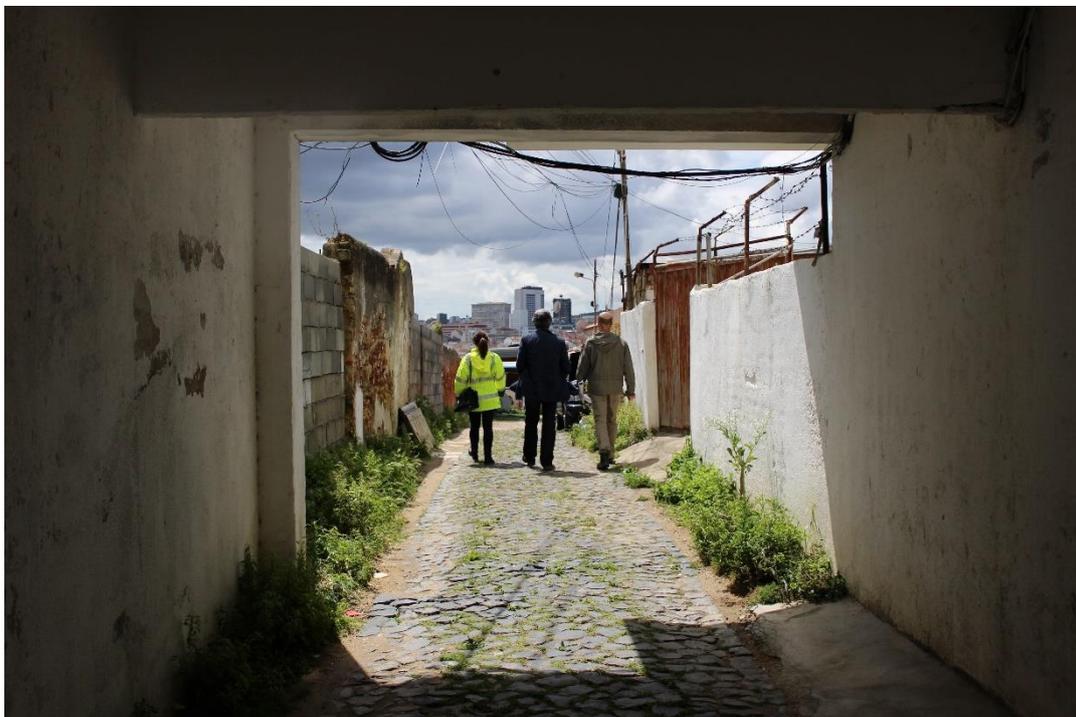


*Ilustração 55 - 1º Troço | Área de mata | Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 56- 1º Troço | Área de mata e entulho | Encosta do Alto do Pina*

A intervenção será orientada por forma a que sejam alcançadas e, posteriormente, potenciadas as características intrínsecas do local, entendendo-se desde cedo que as linhas orientadoras do desenho assentassem numa perspetiva de integração, onde intervenção seja quase impercetível, garantindo apenas a melhoria do existente.



*Ilustração 57- Entrada Norte| Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 58- Panorâmica 2º troço| Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 59- 2º troço vista I | Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 60- 2º troço vista II | Área de mata e entulho | Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 61- 2º troço vista III | Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 62- Panorâmica da vista do 2º troço | Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 63- Vista lateral | Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 64- Vista por trás da escola | Encosta do Alto do Pina*



*Ilustração 65- 3ª entrada. Portão da escola | Encosta do Alto do Pina*

### **3.4.3. Programa**

O programa, inicialmente lançado pela equipa técnica da Junta de Freguesia da Penha de França prevê:

- A criação de um miradouro, renovando as suas características como espaço de contemplação, permitindo ao espectador disfrutar da fabulosa vista que o local nos oferece;
- A implementação de novos caminho e trilhos, otimizando a circulação e mobilidade interna, dentro da malha urbana, permitindo ao utilizador apropriar-se do espaço e percorrê-lo;
- A formalização de acessos ao local que nos convidem a entrar e conhecê-lo;
- A conceção de um espaço de produção agrícola que lhe confira um carácter utilitário; estratégia que resultará numa melhor e mais eficaz preservação e conservação do mesmo;
- A introdução de mobiliário urbano, que permita a estadia, fomentando momentos de maior contacto com a envolvente potenciando a cumplicidade com o espaço, a natureza, a biodiversidade;
- A disponibilização de equipamentos fitness que fomentem o lazer e o desporto ativo, aumentando os fluxos dentro da área de intervenção;
- Uma arborização que se baseia em espécies maioritariamente autóctones promovendo uma renovação sustentável e um aumento da permeabilidade.

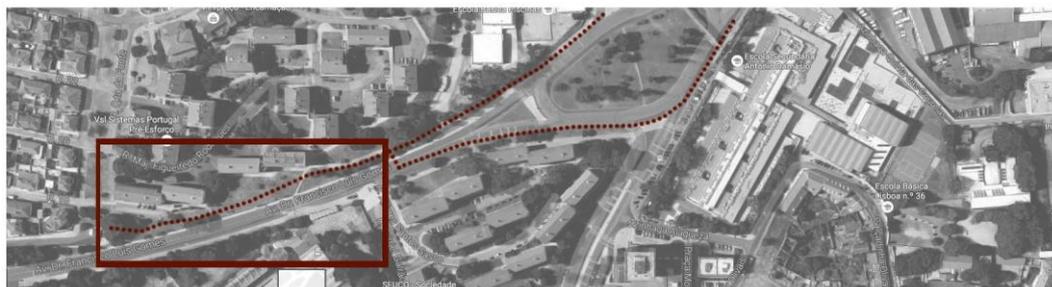
Após a ida ao local considerámos que as intenções propostas no programa eram absolutamente exequíveis e adaptadas à situação e ao local, o que facilitou em muito o nosso trabalho. Posteriormente foi dado início ao processo de recolha cadastral, assim como ao estabelecimento dos contactos no sentido de se efetuar a limpeza do local para futuramente se realizar o levantamento do local.

### **3.5. Modelação para Ecovia nos Olivais**



..... Troço de expansão da Ecovia

□ Área da modelação



*Ilustração 67- Futura localização do troço | Área destinada | Troço 24B- Alvalade*

A partir deste ponto, o troço passar-se-á a desenvolver do outro lado da rua, ou seja, do lado Sul até chegar à rotunda. Chegando a esta área o caminho irá bifurcar pelos lado Norte e sul da rotunda, sendo possível a ligação à Rede de Percursos e Corredores já implantado na área habitacional a Norte, garantindo igualmente, a Sul, o acesso à Escola Secundária António Damásio (ver anexo 22).

### **3.5.3. Proposta**

A presente proposta já apresentava um programa definido que desenhava com grande clareza, nomeadamente o traçado exato da ecovia, as dimensões, entre outros pormenores.

A minha colaboração prendeu-se com uma das matérias mais utilizadas no trabalho do Arquiteto Paisagista, a modelação do terreno, veja-se no anexo 23. O trabalho, que previa a implementação da via/pista num talude com uma inclinação acentuada revelou-se tecnicamente muito exigente, condicionante de ordem política, que rejeitava qualquer reajuste da localização da mesma, tendo em consideração as condições do terreno.

A presente proposta pretende a modelação do terreno do talude existente, por forma a que o mesmo integre a implantação da ecovia, estando previstas por isto, áreas de aterro e de escavação.

Pela inclinação do terreno e pelo próprio traçado da pista, julga-se totalmente incontornável o abate de duas árvores e quatro arbustos.

O revestimento do talude será em hidrossementeira de prado regado, BIODIVERSO (semeado à razão de 30g/m<sup>2</sup>).

### **3.6. Levantamento fotográfico da área adjacente à Escola Básica Integrada Patrício Prazeres**

### 3.6.1. Introdução

A minha intervenção relativamente ao projeto para à área adjacente à Escola Básica Patrício Prazeres iniciou-se com uma reunião, onde estiveram presentes alguns dos elementos que iriam dar continuidade a todo o processo após a minha saída, servindo os mesmos com elemento de transição de informação para as fases que se seguiriam. A minha participação focou-se no levantamento fotográfico assim como na recolha de alguma informação cadastral.

### 3.6.2. Localização

A área situa-se na Freguesia da Penha de França(ver imagem 68), no Corredor Verde Ribeirinho (pág. 50) perto da Escola Básica Patrício Prazeres e está ao abandono, descuidada, apresentando vegetação com um crescimento descontrolado, servindo ainda como depósito de entulho e de resíduos.

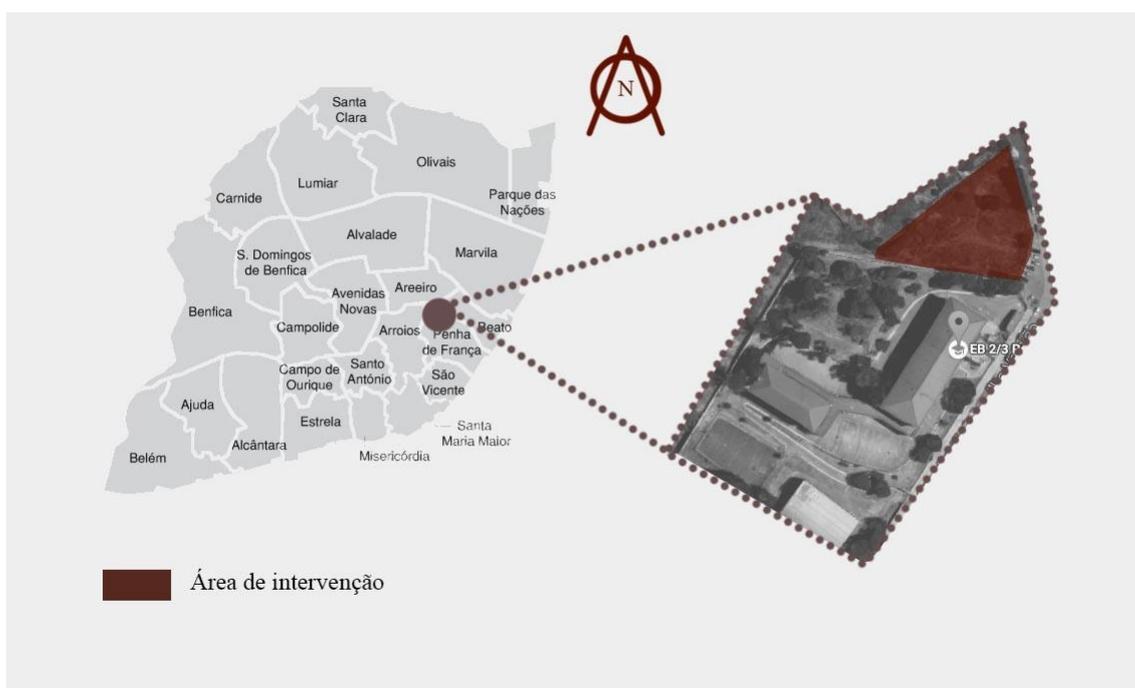


Ilustração 68- Mapa de localização| Área adjacente à Escola Básica Integrada Patrício Prazeres

### **3.6.3. Programa Prévio**

Relativamente ao programa, ainda se encontrava numa fase muito inicial, existindo apenas um mapa de intenções. Estima-se que a vontade dos decisores aponte como solução a criação de um espaço de recreio infantil onde se desenhará um campo de futebol informal.

### **3.6.4. Levantamento Fotográfico**



*Ilustração 69- Muro que limita a escola | Área adjacente à Escola Básica Integrada Patrício Prazeres*



*Ilustração 70- Acumulação evidente de entulho | Área adjacente à Escola Básica Integrada Patrício Prazeres*



*Ilustração 71- Área adjacente à Escola Básica Integrada Patrício Prazeres*



*Ilustração 72- Muro a Este | Área adjacente à Escola Básica Integrada Patrício Prazeres*



*Ilustração 73- Muro que limita a escola a Este | Área adjacente à Escola Básica Integrada Patrício Prazeres*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saída para o mundo do trabalho, em qualquer área do saber e a reflexão sobre as práticas profissionais e desafios que a mesma possibilita constituem uma experiência fundamental em qualquer estágio. A passagem de um ambiente acadêmico - onde ainda que alertada para as contrariedades da implementação do projeto em "situações reais" da cidade contemporânea - para o mundo do trabalho - onde somos confrontados com a diversidades e as adversidades do pensar da cidade - é extremamente desafiante e constitui um estímulo às nossas competências técnicas e à capacidade de resiliência.

O contexto acadêmico deu-me a possibilidade de escutar os relatos de muitos viajantes que pensam sobre a ordem invisível das cidades, o contexto profissional possibilitou-me fazer a viagem.

A experiência de projeto numa cidade com a escala e a complexidade da de Lisboa - onde milhares de acontecimentos se propagam em segundos, onde o tempo se potencia no espaço e onde a vertente social e cultural ganham elevadíssima importância pela densidade populacional deste território – ajudou-me na construção de um olhar atento aos pormenores, sem perder a noção de que a solução tem de partir do geral para o particular, integrando a panóplia de elementos que corroboraram posteriormente as minhas opções projetuais.

Pensar projeto e pensar Lisboa, é pensar de modo geral em contra relógio. A escassez de tempo, a velocidade da tomada de decisão face à necessidade de tempo para a resolução dos problemas levantados pelo atores que intervém nesse território, tornam complexo o exercício de "ponderar a cidade", de perceber a ordem invisível que a governa e “desenhá-la” de forma a que não defínhe.

*(...) Ao contemplar estas paisagens essenciais, Kublai reflectia sobre a ordem invisível que governa as cidades, sobre as regras a que corresponde o seu surgir e tomar forma e prosperar e adaptar-se às estações e murchar e arruinar-se. (...) Por vezes parecia-lhe que estava prestes a descobrir um sistema coerente e harmonioso que estava submetido às infinitas deformidades e desarmonias, mas nenhum modelo aguentava a comparação com o jogo de xadrez. (...).*

Calvino (2003, p.124).

Como Kublai procuro para a cidade os alicerces da paisagem essencial e reflito sobre essa cidade enquanto corpo vivo. Uma cidade enquanto território em permanente mudança, onde importa encontrar âncoras para desenhar um esqueleto, uma estrutura harmoniosa, que se enraíze e que se constitua como um contraponto aos ritmos frenéticos do crescimento. Neste “surgir, tomar forma e prosperar”, a cidade ganha novas dinâmicas, intensificando as suas particularidades e aprimorando os seus vícios. Cabe, pois, ao Arquiteto Paisagista procurar que a sua intervenção seja coerente e harmoniosa, aceitando tal como Kublai Kan, "as *deformidades e desarmonias*" (Calvino, 2003, p.124) intrínsecas à própria cidade, mas conferindo as condições necessárias para um desenvolvimento sustentável e ordenado.

Quando nos "apropriamos" de um determinado lugar importa considerar os fatores existentes, trabalhando a partir de uma boa análise, ainda que em muitos aspetos possa escapar à exatidão desse "*jogo de xadrez*" (Calvino, 2003, p.123).

Trabalhar com estas dinâmicas não significa que aceitá-las seja a opção mais benéfica para determinado local. Perceber a sua existência é um exercício fundamental na intervenção do arquiteto em qualquer escala. Contudo se na grande escala não renegarmos as principais componentes do lugar e o desenho resultar de um entendimento dos sistemas num retorno ao passado, onde o verdadeiro *genius loci* é respeitado, o projeto resultante será por si só muito mais fluido, autónomo e adaptado, o que representará uma mais valia no sucesso da nossa intervenção. Apesar de ainda não implementada, tomo como exemplo a minha intervenção no projeto do Bairro do Alvito, que resultou num desenho que sendo contemporâneo, respeita a envolvente e o contexto que o acolhe, potenciando as características intrínsecas do espaço, isto é, melhorando-o.

A prova viva de que um trabalho deu frutos e resultou em melhorias significativas, é quando o puzzle começa a ganhar forma e numa leitura geral identificamos as linhas basilares e definidoras de uma estrutura, tornando perceptível a identificação das falhas a colmatar, das peças em falta e onde as devemos colocar para que a continuidade seja assegurada. É perceber como projetos aparentemente "soltos", são na verdade, parte de um todo.

A resposta célere a velhas e renovadas problemáticas, requer uma automatização das soluções e decisões, respondendo de forma eficaz a um grande volume de trabalho de urgente execução, numa escala temporal curta e por vezes em condições adversas. Para que estas mesmas soluções surjam rapidamente e dentro de uma mesma linguagem, respeitando as características intrínsecas de cada lugar e a estrutura basilar já

enunciada, é necessária a existência de uma relação próxima com os planos e estratégias definidos para a cidade, nomeadamente, um conhecimento profundo do Plano Diretor Municipal e sua materialização no programa de Estrutura Ecológica para a cidade de Lisboa. Veja-se, por exemplo, como no caso do edifício do Entrepasto, o articular das nossas intenções projetuais com as intenções do PDM de Lisboa para as áreas da Estrutura Ecológica Integrada contribuiu para um melhor enquadramento das áreas edificadas, para uma melhoria qualitativa do espaço e conseqüentemente transformou aquele lugar não só em apenas mais uma charneira de articulação com a EEM existente como também numa ramificação da mesma, dando-lhe “espaço” para crescer e evoluir, e contribuindo assim para a consolidação da mesma, tal como se define nos objetivos deste trabalho.

Apesar de se encontrar ainda em fase de consolidação, o programa permite perceber o mapa de corredores verdes<sup>57</sup> da cidade de Lisboa, quer numa macro escala – onde podemos identificar facilmente as grandes manchas definidas por estes corredores – quer numa microescala – onde a análise do pormenor ajuda a reconhecer as carências, as principais quebras de continuidade e o desenvolvimento das diligências para que as mesmas gradualmente sejam colmatadas, passando a perceber a lógica de muitos dos desafios lançados no estágio.

Um dos trabalhos realizados no âmbito do presente estágio em colaboração com a Arquitecta Rita Galhardo, integrado na rede de Percurso e Corredores da cidade de Lisboa, teve como objetivo o "fechamento" da rede, viabilizando a ligação entre a Quinta de Conde dos Arcos e a Mata de Alvalade, nomeadamente o Troço 24B (ver ponto 3.4). Ele torna visível todo esforço que tem vindo a ser desenvolvido no sentido de criar um sistema contínuo de percursos, que respeitem as características inerentes a cada lugar, mas oferecendo uma matriz projetual comum, que automatize a capacidade de compreensão do mesmo e conseqüentemente aumenta a rapidez com que são idealizadas as novas soluções. O facto desta rede globalizada já ter instalada a sua estrutura basilar, permite que aos poucos a mesma vá sendo completada conforme as necessidades, disponibilidades orçamentais e/ou vontade política.

É indiscutível a importância do tempo de resposta na gestão urbanística da cidade, mas importa encontrar formas de acompanhar e equilibrar o crescimento da mesma. Pular etapas, tomando decisões precipitadas e infundadas, pode resultar em danos

---

<sup>57</sup> Consultar: Planta de Estrutura Ecológica Municipal. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/02\\_ECOLOGICA.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/02_ECOLOGICA.pdf) [accedido a 13 de fevereiro de 2017].

irredutíveis, soluções pouco eficazes, que conseqüentemente irão exponenciar custos económicos e temporais.

*Nesta altura Kublai Kan interrompia-o ou imaginava interrompe-lo, ou Marco Polo imaginava que era interrompido, com uma pergunta como: - Caminha sempre de cabeça virada para trás? – ou: - O que vês está sempre nas tuas costas? ou melhor: - A tua viagem só se faz no passado?*

Calvino ( 2003, p.30)

Por vezes é necessário recuar para poder seguir em frente e esta foi mais uma das aprendizagens que fiz na minha integração na equipa do DMEVAE, no caso específico da minha participação no projeto para a envolvente do edifício do Entrepasto.

A minha integração na equipa de projeto foi feita quando já existiam um conjunto de intenções delineadas pela Arquiteta Paisagista Gisela Costa e pelo Arquiteto Paisagista Estagiário João Neves. Esta entrada tardia resultou numa menor familiaridade com a área de intervenção, o que me deu uma maior perceção de como num projeto toda as fases são extremamente importantes e de como a falta de contacto com alguma delas pode revelar-se verdadeiramente incapacitante e/ou frustrante.

Era necessário intervir, apresentar uma proposta delineada e um programa final que fechasse o provisório já estabelecido anteriormente pela equipa. Pensar num conceito e pormenorizá-lo, de forma rápida e eficaz, revelava-se tarefa difícil quando existia ainda pouca intimidade com a área e "invadia" um trabalho já em curso.

Esta fase intermitente, marcada por opções menos conseguidas, foi ultrapassada, recuando, caminhando *com a cabeça virada para trás* (Calvino, 2003, p.30) e observando o que estava nas minhas *costas* (Calvino, 2003, p.124). A deslocação ao local, a leitura dos documentos orientadores e apreciação de alguns cadastros e posteriormente, a análise do programa provisório definido pela equipa, num aparente voltar atrás, possibilitou um passo gigante para o desenho de uma solução eficaz e que de facto respondesse às verdadeiras necessidades do local.

Reunidos todos os elementos para uma entrada plena na fase de estudo prévio, tornou-se claramente mais fácil encontrar o ritmo de trabalho que este desafio propunha e esboçar propostas que respondessem às necessidades do lugar e das pessoas.

Este exercício ajudou-me ainda a desempenhar de forma mais coerente, concisa e consciente as funções para as quais fui destacada durante a minha breve integração na equipa dos projetos para a Encosta do Alto do Pina (consultar capítulo 3.3) e para a envolvente da Escola Básica Integrada Patrício Prazeres (consultar capítulo 3.5), que se

sucederam. Nestes casos em particular a minha participação focou-se no levantamento fotográfico e cadastral das áreas em questão, para posterior estudo prévio e projeto de execução, a ser desenvolvido pelas equipas destacadas.

A recolha de informação cadastral e fotográfica, apesar de monótona, foi fundamental para o enriquecimento dos conteúdos em análise e para ganho de conhecimentos sobre as questões de processuais e burocráticas que acompanham o desenvolvimento de qualquer estudo.

O contacto com os *dossiers* e o conjunto de intenções já definido para ambos os locais, orientaram a intervenção e opções que vieram a ser tomadas.

No caso da proposta para a Encosta do Alto do Pina (consultar ponto 3.3) estive inteiramente de acordo com o programa prévio definido para o local porque potenciava em toda a sua plenitude as características intrínsecas do mesmo, das quais se destacavam a paisagem única e a valorização do sistema de vistas que tinha sobre a cidade de Lisboa. Já na intervenção para a área adjacente à Escola Básica Integrada Patrício Prazeres (consultar ponto 3.5), levantaram-se dúvidas e tive dificuldade em identificar-me com o conjunto de ideias inicialmente esboçadas. Na minha opinião a solução de campo de futebol informal que contemplava equipamento próprio para a prática do mesmo, não se revelou a mais apropriada para o espaço, achando que o mesmo deveria dar lugar a uma área de recreio informal, não limitando aquela área a uma única tipologia de utilização.

O facto da área de intervenção se situar perto de uma escola - ela própria já provida do equipamento necessário à prática desportiva - e de a visita ao bairro ter possibilitado a identificação de uma grande percentagem da população idosa, sugeria-me que um desenho modelado, potenciando as características morfológicas, deixando ao livre arbítrio do utilizador a sua apropriação do mesmo, resultaria numa solução mais eficaz e adequada, respondendo significativamente a uma maior percentagem de utilizadores.

*Marco Polo descreve uma ponte, pedra a pedra.*

*- Mas qual é a pedra que sustém a ponte? – pergunta Kublai Kan.*

*A ponte não é sustida por esta ou por aquela pedra – responde Marco, mas sim pela linha do arco que elas formam.*

*Kublai Kan permanece silencioso, refletindo. Depois acrescenta: - Porque me falas das pedras? É só o arco que me importa.*

*Polo responde: - Sem pedras não há arco.*

Calvino (2003, p.85)

Enquanto estudante de Arquitetura Paisagista fui, repetidas vezes, alertada para a importância que um caderno de encargos (ver anexos 1 e 2) completo tem no decurso e no resultado final de qualquer obra. No entanto muitas vezes o gosto pelo desenho e pela componente mais criativa do projeto sobrepunha-se, secundarizando incorretamente a vertente técnica. Pensar o desenho do projeto tendo subjacente toda a componente técnica é um trabalho complexo, e os resultados de um trabalho criativo acompanhado de uma consciência técnica lúcida são claramente mais positivos, contribuindo para um maior sucesso da intervenção.

A proposta para o "Miradouro do Bairro do Alvito" (consultar ponto 3.1), onde pela primeira vez acompanhei todo o processo, ofereceu-me a oportunidade de ganhar uma maior consciência do quão importante é respeitar as diferentes fases do ato de projetar em Arquitetura Paisagista.

O trabalho em parceria com uma equipa multidisciplinar que atua nas mais diversas áreas foi um dos maiores impulsionadores de uma nova forma de pensar o ato de desenhar. A cooperação entre os diversos elementos da equipa colocou-me em contato uma diversidade de questões, obrigando-me a redesenhar, reequacionar e reformular que a um primeiro olhar poderia parecer insignificante, mas que ganha uma outra dimensão no enquadramento geral.

Aprender a trabalhar com as peças técnicas, fundamentais a uma boa execução e utiliza-las a meu favor, não negligenciando nenhuma das etapas basilares ao projeto, foi uma das grandes aprendizagens que retirei desta colaboração, poi percebi aquilo para o qual Calvino me alertou: valorizar a beleza do arco sem menosprezar o jogo de tensão entre as pedras que o constituem.

Foi extremamente interessante perceber como o desenho passa sumariamente por duas fases, que apesar de aparentemente contraditórias, são complementares. Uma primeira onde se trabalham as grandes massas que constituirão o desenho, os grandes volumes, os cheios e os vazios, as diferentes tipologias de materiais, ou seja, onde somatizamos os traços gerais que caracterizarão o nosso conjunto de intenções. Posteriormente proceder-se-á à desmontagem de todo este desenho e da estrutura subjacente,

pensando agora isoladamente em cada um dos elementos que constituirão o nosso projeto e analisando quais as soluções a adotar que garantam o sucesso do projeto na sua globalidade. Nesta segunda fase podem alterar-se algumas das intenções previamente definidas e só a experiência das equipas pode apoiar a antecipação inteligente das questões, não como um retrocesso ou uma perda de tempo, mas como uma mais valia e um crescimento do próprio projeto.

Outra das questões cruciais no desenho de projeto é perceber como um caderno de encargos pouco pormenorizado pode levar a falhas na conceptualização das ideias influenciando o orçamento, podendo induzir a erros e/ou omissões em obra e a possibilidade de não as controlar. Perceber se o conjunto de intenções que temos para um determinado espaço é tecnicamente viável, contribuirá para a melhor rentabilização do tempo, para a redução de desvios ao orçamento inicialmente previsto, sendo os ajustes finais apenas pormenores que não inviabilizam o prosseguimento do processo.

Por vezes, apesar de bem-intencionada, a escolha da técnica utilizada não resulta na prática de forma tão eficaz como aquela que foi pensada na teoria. Fatores desta natureza podem implicar uma reformulação do desenho, comprometendo em tempo e custos adicionais todo um projeto.

O contacto com profissionais de excelência, conhecedores do mundo do trabalho nas suas múltiplas componentes, contribuiu fortemente para a minha reestruturação enquanto profissional da área, reforçando não só os alicerces que sustentam as minhas ideologias, mas também as defesas para enfrentar a entrada na vida profissional.

A importância de um projeto de execução assente num conjunto de peças técnicas, escritas e desenhadas, fortes e bem estruturadas, que pormenorizem o projeto em toda a sua abrangência, será a única ferramenta que pode garantir que uma obra decorra fiel àquilo que foi conceptualizado no desenho, prevenindo erros e más práticas, responsabilizando os diferentes intervenientes no processo, ficando a cargo do empreiteiro todos os encargos adicionais resultantes do não cumprimento desta peça, salvaguardando o projetista de "trabalhos a mais".

Por vezes as tentativas de encontrar soluções para uma intervenção num espaço, obrigam a sair do plano restrito da equipa técnica e auscultar quem o "habita". Uma forma de ilustrar esta prática foi a experiência vivida durante o projeto para o edifício do Entreposto, onde a relação com os utilizadores me permitiu encontrar uma nova perspectiva valorizando os seus contributos.

A óbvia necessidade de alterar todas as conformidades relacionadas com aquele espaço tão inóspito e impessoal, conduziu a equipa a estabelecer um desenho que resolvia as

principais problemáticas do espaço. O facto de essas mesmas ideias terem sido posteriormente apresentadas e discutidas com alguns dos trabalhadores que viviam o Entreposto quotidianamente, foi essencial para que identificação de outras questões, extremamente condicionantes à utilização da área, e que na primeira análise não tinha sido considerada como importantes.

Foi interessante perceber como esses contributos vieram apoiar a definição das verdadeiras necessidades do espaço, ainda que essa abertura tenha tornado mais complexa a compatibilização das novas ideias, com as nossas opções projetuais.

Por outro lado, percebi que a disponibilidade e vontade de participar podem transformar-se num acréscimo de responsabilidade e aumentar a complexidade do trabalho desenvolvido, constituindo um desafio para o arquiteto paisagista conciliar as vontades, com as soluções técnicas e a realidade orçamental.

No terreno entendi como uma solução de desenho que resulte da parceria entre a equipa técnica destacada para um determinado lugar e os utilizadores ativos do mesmo, dará melhores frutos e resultará em propostas mais eficazes, com soluções adaptadas à situação real. Um trabalho feito com as pessoas e não para as pessoas será mais facilmente aceite e abraçado por todos, contribuindo eventualmente para a manutenção e conservação da obra.

Saber ler e escutar quem habita os lugares adquiriu assim uma nova importância no desenvolvimento do meu trabalho já que a forma como olhamos o local altera-se quando confrontados com pormenores que apenas são visíveis a quem vive o espaço intensamente, sendo o desenho final o resultado da simbiose entre o olhar da equipa e do cliente.

Esta experiência constitui-se assim num exercício de humildade, companheirismo, mas sobretudo de compromissos. Observar como tudo se constrói, como se moldam relações e como podemos eventualmente contornar ou aceitar os obstáculos foi uma importante prova de dimensão humana, e de aprendizagem para o futuro.

As questões de ordem técnica, do pensar e estudar as diferentes soluções para um determinado desenho, desenvolvidas no âmbito da equipa pluridisciplinar que integrei, trouxeram-me novos desafios e competências, afirmando a minha disponibilidade para aprender, com quem, independentemente da posição hierárquica ou grau académico, o quis partilhar.

As diferentes formas de pensar um mesmo espaço permitem equacionar as diversas possibilidades de exploração dos recursos e potencialidades, e identificar as opções que

melhor respondem às necessidades tanto do lugar como das formas de vida que o habitam, encontrando soluções que se perpetuem no tempo e requeiram menor manutenção.

Dos muitos exemplos vividos durante este percurso, sublinho o acompanhamento de algumas obras que estavam em implementação durante o período de estágio. Por ser temporalmente impossível acompanhar uma obra que decorresse de um projeto em que eu tivesse participado, foi entendido pelo Arquiteto João Castro, ser extremamente importante para o meu crescimento como Arquitecta Paisagista, a presença em algumas das visitas realizadas. Neste processo ficou claro como o contacto direto e a proximidade com a obra, dão um maior sentido às aprendizagens feitas no âmbito da academia e que muitas vezes, a solução ideal, resulta exatamente do jogo entre a tentativa e o erro, que consequentemente só é adquirido com muitos anos de experiência e um bom domínio técnico.

Outro dos desafios que este exercício de estágio me colocou, foram as questões de natureza orçamental, comuns a qualquer um dos projetos em que participei, e com as quais me confrontei pela primeira vez. Esta questão pode impossibilitar a materialização de uma ideia por mais brilhante que ela seja.

A análise de um determinado local convida sempre a uma hierarquização dos problemas e as soluções desenham-se em função de realidades orçamentais concretas. No setor público, raramente existe disponibilidade orçamental suficiente para resolver todas as problemáticas, tornando-se um verdadeiro desafio trabalhar com essas condicionantes. Foi bastante interessante perceber como na generalidade dos trabalhos em que estive envolvida, os desenhos resultaram em soluções continuadas que se perpetuam no espaço, e não num mosaico de retalhos que apenas se limitava a resolver um problema. Creio ter contribuído quer para a concretização dos objetivos propostos nos programas como com o meu empenho e trabalho para uma melhor integração paisagística dos lugares e edifícios, em que tive o privilégio de trabalhar.

Esta aproximação ao mundo do trabalho revelou-se fundamental na organização de esquemas de análise, conceptualização, fundamentação e desenho, mostrando-me que a rapidez e eficácia das soluções é intrínseca ao conhecimento das características de um determinado local, sejam estas de cariz social, cultural, natural ou até mesmo político e económico. Reconhecendo a importância de cada uma dessas condicionantes no desenho de projeto, aquelas que neste estágio considero terem sido as mais difíceis de moldar ou contornar, foram sem dúvida as de carácter político e económico. Tomo como exemplos dois casos em particular:

O Troço 24 B para a Ciclovia dos Olivais (consultar ponto 3.4), onde o trabalho de modelação que me foi atribuído, foi altamente dificultado pela resistência dos elementos decisores, em relação à mudança do traçado de implementação para uma área adjacente, mais a Sul que claramente apresentava um declive e uma modelação mais propícia à instalação da mesma;

O projeto realizado para o Miradouro do Alvito (consultar ponto 3.1), onde a escolha do modelo do quiosque foi da responsabilidade dos decisores quando, na minha opinião, o objeto escolhido não se enquadra naquela que tinha sido definida como linha basilar do projeto.

Percebi "melhor" que a Arquitetura Paisagista não é uma ciência exata, mas implica um trabalho de análise documental, conceptual e técnica que permita um desenho de projeto orientado pelos valores e princípios estruturantes ao desempenho desta profissão. Ao trabalho do arquiteto paisagista que desenvolve a sua atividade numa autarquia, acrescem questões de decisão política que se constituem como condicionantes efetivas e que ultrapassam a intervenção do próprio. Esta tomada de consciência deste processo foi talvez uma das maiores lições que retirei deste percurso.

*Em Cloé, grande cidade, as pessoas que passam pelas ruas não se conhecem. Ao verem-se imaginam mil coisas umas das outras, os encontros que poderiam verificar-se entre elas, as conversas, as surpresas, as carícias, as ferroadas. Mas ninguém dirige uma saudação a ninguém, os olhares cruzam-se por um segundo e depois afastam-se, procurando novos olhares, não param. (...)*

Calvino (2003, p.53)

A intensa sede de crescimento que prolifera na grande metrópole fez com que os lugares de encontro e de partilha cada vez mais se tornassem lugares de passagem. Os antigos centros de negócio, lugares de relação e troca onde se davam a conhecer as mais raras especialidades e se partilhavam as experiências vividas, funcionam hoje como locais de cumprimento de tarefas, onde a eficácia da execução para os resultados constitui a principal orientação.

Como em Cloé, a grande cidade, as pessoas passam e não se conhecem, os lugares não estimulam a permanência, o ficar, o olhar, o viver, e a verdade é que o homem faz o lugar, mas o lugar também faz o homem e a Arquitetura Paisagista pode dar um contributo imprescindível na regulação permanente da relação entre o homem e o espaço.

Senti que este equilíbrio a que se refere Gonçalo Ribeiro Telles, não se resume apenas a um equilíbrio de formas, cores e proporções, mas sim um equilíbrio estruturante, que conjugue e harmonize todo o suporte físico e biológico, sobre o qual temos vindo a erguer muros, construir as cidades e alimentar o povo.

Compreender a paisagem, o seu ritmo, a sua panóplia de formas, de volumes e funções, aceitando que gerir os recursos disponíveis de forma sustentável é a única forma de perpetuarmos a vida na terra, tem sido uma luta obstinada, exaustiva e desgastante. Muitas das vezes inglória e, é assustador como diariamente, apenas atentando pequenas frações do nosso quotidiano, nos damos conta de quão suprimida está a nossa matriz aos interesses do sector económico e industrial.

Somos mastigados a um ritmo galopante pela sede de progresso e ascensão social, que se pensa apenas ser possível através de uma sociedade soberba, materialista e industrializada. Esquecemo-nos constantemente dos deveres sociais que nos deveriam ser intrínsecos e das responsabilidades culturais que asseguram a memória. Afinal a paisagem é isso mesmo, um relato vivo, de passagem sucessiva de geração em geração.

Tal como defendia o grande Professor Francisco Caldeira Cabral, (...) *a modelação da paisagem pelo homem se deveria fazer, atendendo à realidade social, à herança cultural recebida pensando no futuro* (Cabral, 1993, p.18).

Enquanto arte multidisciplinar ela assenta em duas vertentes principais, indissociáveis, o Ordenamento do Território e o Projeto. Para que o desenho de projeto seja um sucesso é necessária uma visão global do espaço, recursos, matérias, funções, representando por isto, um verdadeiro desafio.

O trabalho desenvolvido durante estes seis meses na Câmara Municipal de Lisboa fez-me compreender e olhar com mais clareza para o ato de projetar visando consequentemente a necessidade de ordenar.

Aprendi também que estabelecer e explicar o papel dinamizador e fulcral, que uma Estrutura Ecológica coesa tem na sustentabilidade da cidade, não é pacífico nem linear, sobretudo quando falamos da grande metrópole que é Lisboa.

A situação atual da cidade reflete não só a supremacia do sector privado em relação ao sector público, como uma definição ainda muito precária do que têm de ser as verdadeiras preocupações do poder administrativo. Existe ainda uma grande inversão de papéis, priorizando o supérfluo e desvalorizando o essencial, ainda que pelas calamidades provocadas pelo mau ordenamento, se assista lentamente a um ganho de

consciência ecológica e social, quer por parte de alguns segmentos da população e quer por parte de alguns governantes.

O meu percurso durante os seis meses de estágio na Câmara Municipal de Lisboa, ajudou-me a olhar a cidade não só como um sistema problemático, mas também como um centro de oferta de novas oportunidades e novos desafios. Marta Melo<sup>58</sup> na sua dissertação de mestrado, alerta-nos para o facto de que o homem que a habita para além de qualquer vertente intelectual que lhe possa ser associada, é um ser da natureza e como qualquer animal ele tem uma dependência intrínseca do meio que o envolve, sendo por isto um "escravo" da terra e do meio que o acolhe.

Com o passar dos anos e o evoluir da espécie, este ser dito racional, tem vindo a aprimorar as suas técnicas de manipulação do meio e a esquecer a sua função de cuidador, transformando muitas vezes a sua relação de simbiose numa relação de parasitismo, minando o espaço em que se insere.

As grandes áreas metropolitanas, como é o caso de Lisboa, são o exemplo de um crescimento desordenado, orientado pela implementação de bairros clandestinos, que posteriormente e em prole da qualidade de vida aos seus habitantes, foram progressivamente integrados no perímetro urbano, gozando hoje em dia das condições básicas de vida: saneamento, água potável, eletricidade.

Pensar o lugar desta forma, perceber quais as verdadeiras dependências que o ser humano tem do sistema que o suporta e tentar compreender que a evolução dos mesmos e a criação de novas dinâmicas não tem apenas um carácter negativo, será o primeiro passo para um desenho sustentável, articulado, e que resulte em opções inteligentes, para cidades inteligentes tal como Caraglin & Nijkamp (2011) as definem.

Ainda que o modelo de "*smart cities*" (INTELI,2012) em Portugal seja ainda embrionário e muito localizado em pequenas intervenções, durante o meu percurso na autarquia, pude observar que apesar de não lhes ser dada essa designação, algumas novas intervenções, baseiam-se nas dimensões e subdimensões defendidas por este programa (ver figura 1), como é o caso da sustentabilidade, mobilidade, inovação e inclusão. No entanto há ainda que aprimorar as questões relacionadas com a governação.

---

<sup>58</sup> Melo, M.T.P. (2013) *Desafios do projeto e do plano de desenho da cidade. Reflexões sobre o estágio realizado no atelier NPK Arquitetos Paisagistas Associados, LDA. Volume I.* Évora

Os resultados, por sua vez, serão mais facilmente alcançados se a concretização deste conjunto de intenções se refletir cada vez mais afincadamente no trabalho que já vem sendo desenvolvido no município de Lisboa.

Estes tipos de programas parecem desenhar-se como muito benéficos para o sistema que conhecemos como cidade, promovendo condições que asseguram a qualidade de vida dos seus habitantes e, sendo a cidade de Lisboa a capital, a mesma poderá funcionar como exemplo a copiar sempre que represente uma mais valia.

Regresso por momentos ao palácio real do grande Kan e recordo-lhe o pensamento " (...) *É tempo que o meu império, já demasiado crescido para fora (...) comece a crescer por dentro*" (Calvino, 2003, p.75) – e lembrei-me que talvez uma cidade inteligente seja uma cidade capaz de crescer por dentro e, de imediato, percebo que Lisboa tem esse potencial.

Neste processo de seis meses tive o privilégio de privar e aprender com grandes profissionais, que não abdicam da defesa dos princípios éticos da sua formação. O meu envolvimento em alguns projetos, onde vi serem implementados tantos dos conceitos expressos na revisão de literatura, leva-me a concluir que estamos a caminhar, ainda que lentamente, para um futuro melhor ainda que sem a celeridade desejada

Este estágio superou em muito as minhas expectativas. Ter acompanhado as diferentes fases de projeto, ao lado de técnicos mais experientes que me acolheram e integraram fez-me sentir parte de algo maior. A aceitação e debate de ideias e soluções, o permanente desafio à identificação de novos processos e a valorização dos meus contributos- mesmo inexperientes - foram uma imensa lição de generosidade e um exercício de humildade fundamental a quem se está a descobrir profissionalmente.

Talvez o tempo e a educação das mentalidades possam conseguir a complementaridade e harmonia entre os conceitos e técnicas desenvolvidas na academia e a vontade política e os recursos disponibilizados pelos órgãos governamentais, e que isso se traduza no respeito pelas nossas paisagens e resulte no desenvolvimento do conceito e do desenho de cidades inteligentes.

*Terminemos com o Prof. Caldeira Cabral:*

*«a primeira condição a que tem de satisfazer qualquer Paisagem Humanizada, o que quer dizer suporte viável de uma comunidade humana, é a permanência dos seus valores culturais e bióticos. Assim, no Ordenamento do Território, o Arquitecto Paisagista tem uma função importante:*

*Realizar a síntese dos pontos de vista culturais, económicos, técnicos e biológicos.»*

Caldeira Cabral in Ribeiro Telles (2016, pág. 120)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, I.A. (1961) *Problemas da Paisagem urbana*. Centro de Estudos de Urbanismo. Lisboa.
- Cabral, F.C. (1993) *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.
- Calvino, I. (2003). *As cidades invisíveis*. Editorial. 6ª Edição. Lisboa.
- Cancela d'Abreu, A., Adrião, J., Alfaiate, T., Ferreira do Amaral, A., Andresen, T. e Araújo, I., Cheis de Sousa, L. ,(2003) *A Utopia e os Pés na Terra*. Gonçalo Ribeiro Telles. Instituto Português dos Museus. Lisboa.
- Colóquio: A Política das cidades* (1997) Lisboa.
- Cordeiro, G.Í. (1997). *Um lugar na cidade: quotidiano, memória e representação no bairro da bica*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- Cullen, G. (1990) *Paisagem Urbana*. Edições 70. Lisboa.
- Magalhães, M.R., Abreu, M., Cortez, N. and Lousã, M. (2007) *A Estrutura Ecológica da Paisagem. Conceitos e delimitações – Escalas Regional e Municipal*. ISA Press. Lisboa.
- Melo, M.T.P. (2013) *Desafios do projeto e do plano de desenho da cidade. Reflexões sobre o estágio realizado no atelier NPK Arquitetos Paisagistas Associados, LDA. Volume I*. Évora
- Partidário, M. do R. (1999) *Introdução ao ordenamento do território*. Universidade Aberta. Lisboa.
- Ribeiro Telles, G. (no date) *Gonçalo Ribeiro Telles: Textos Escolhidos*. Argumentum.
- Santa-Rita, G. (1982) *Portugal: A expressão da paisagem*. Terra Livre. Lisboa.
- Saraiva, A.P. (1944) *Princípios da Arquitectura Paisagista e do Ordenamento do Território*. Livraria Escola Editora.
- (2012) *Índice das cidades inteligentes - Portugal* (2012) INTELI.

## Webgrafia

Câmara Municipal de Lisboa. *Publicacao pdm* (2012) Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao\\_pdm.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao_pdm.pdf) [acedido dia 11 de abril de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Alta do Lumiar*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/alta-do-lumiar> [acedido a 7 de outubro de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Central*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/central> [acedido a 21 de maio de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Corredores Verdes*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes> [acedido a 15 de fevereiro de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: História*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/historia> [acedido a 4 setembro de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Monsanto*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/monsanto> [acedido a 17 de março de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Ocidental do Rio Seco*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/ocidental-do-rio-seco> [acedido a 2 de outubro de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Olivais*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/olivais> [acedido a 21 de maio de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Oriental*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/oriental> [acedido a 4 de outubro de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Parque Florestal de Monsanto*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/parque-florestal-de-monsanto>

lisboa.pt/viver/ambiente/parque-florestal-de-monsanto [acedido a 17 de abril de 2017].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Periférico de Lisboa*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/periferico-de-lisboa> [acedido a 4 de outubro de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Ribeirinho*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/ribeirinho> [acedido a 4 de outubro de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa (sd) *Sítio da Câmara municipal de Lisboa: Vale de Alcântara*. Disponível: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes/vale-de-alcantara> [acedido a 2 de outubro 2016].

Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana (2012) *03 VISTAS*. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/03\\_VISTAS.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/03_VISTAS.pdf) [acedido a 11 de abril de 2016].

*AF REGULAMENTO PDM Lx* (sd) disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/AF\\_REGULAMENTO\\_PDM\\_Lx.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/AF_REGULAMENTO_PDM_Lx.pdf) [acedido a 8 de maio de 2016].

Araújo, M. (1940) *‘A Estrutura Ecológica da Cidade-Região’ - Arq. Ribeiro Telles*. Disponível em: <http://sustentabilidadenaopalavraeaccao.blogspot.pt/2013/03/a-estrutura-ecologica-da-cidade-regiao.html> [acedido a 4 de fevereiro de 2017].

Departamento de planeamento e reabilitação urbana (2012) *02 ECOLOGICA*. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/02\\_ECOLOGICA.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/02_ECOLOGICA.pdf) [acedido a 13 de fevereiro de 2017].

Departamento de planeamento e reabilitação urbana (2012) *06 CONDINFRA*. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/06\\_CONDINFRA.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/06_CONDINFRA.pdf) [acedido a 15 de maio de 2016].

Departamento de planeamento e reabilitação urbana (2012) *06 Planta de Situação Existente*. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/06\\_Planta\\_de\\_Situacao\\_Existente.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/06_Planta_de_Situacao_Existente.pdf)

lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/novoout2013/ea/06\_Planta\_de\_Situacao\_Existente.pdf [acedido a 7 de abril de 2016].

Digital, C.C. (2004) *Portal de Pesquisas Temáticas* Disponível em: [http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/ecologia.html](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/ecologia.html) [acedido a 5 de janeiro de 2017].

*Google maps* (sd) disponível em: <http://www.google.pt/maps?source=tldsi&hl=en> [acedido a 18 de julho de 2016].

Câmara Municipal de Lisboa. *Publicação pdm* (2012) disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao\\_pdm.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/publicacao_pdm.pdf) [acedido a 11 de abril de 2016].